



Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS
Programa de Pós - Graduação em Memória Social - PPGMS



Política, cultura e **DEMOCRACIA**

Andréa Côrtes Torres

Orientadora:
Prof. Dr. Evelyn Coyanee Dil. Ormio.



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS
Linha de Pesquisa: Memória & Linguagem

**A memória da Voz e a voz da Memória
o jornal *Voz da Unidade* (1980-1991)**

Andréa Côrtes Torres

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Memória Social
(PPGMS) da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro - UNIRIO, para obtenção do
Título de Mestre, sob a orientação da Profª Drª
Evelyn Goyannes Dill Orrico.

Rio de Janeiro

2009

A memória da Voz e a voz da Memória: o jornal ***Voz da Unidade*** (1980-1991)

Torres, Andréa Côrtes

A memória da Voz e a voz da Memória: o jornal *Voz da Unidade* (1980-1991) / Andréa Côrtes Torres. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH/PPGMS, 2009.

viii, 123 f. : il., tab.

Orientadora: Prof^a Dr^a Evelyn Goyannes Dill Orrico
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2009.

1. Memória social 2. Partido Comunista Brasileiro 3. Imprensa comunista 4. Voz da Unidade I. Orrico, Evelyn Goyannes Dill II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social III. Título

Andréa Côrtes Torres

A memória da Voz e a voz da Memória o jornal *Voz da Unidade* (1980-1991)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, para obtenção do Título de Mestre, sob a orientação da Prof^a Dr^a Evelyn Goyannes Dill Orrico.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Evelyn Goyannes Dill Orrico – Orientadora
UNIRIO – Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Prof^a Dr^a Lúcia Maria Alves Ferreira
UNIRIO – Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Prof^a Dr^a Bethania Sampaio Corrêa Mariani
UFF – Instituto de Letras

Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Ao Senhor Jesus seja toda a glória, meu louvor e gratidão!

A você mãe e amiga, que me ensinou – na voz, na ação e no exemplo – que “*mais vale lutar do que recolher tudo fácil. Antes acreditar, do que duvidar*”.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Aqueles que decidem e se lançam em uma empreitada acadêmica sabem que é uma tarefa nada fácil. É dedicação constante e exclusiva até o seu fim (!?). Para chegar até aqui muitos foram aqueles que me incentivaram a seguir em frente, por isto fazem parte desta dissertação. Não escolhemos aqueles que entram em nossa vida, mas os que permanecem sim. **A todos vocês, o meu muito obrigada!**

À minha orientadora Prof^a Evelyn Orrico pela amizade, paciência e atenção sempre constantes em suas observações e sugestões ao meu texto, e por ter me assistido na oportunidade singular em defender o meu projeto.

À Prof^a Lúcia Maria por ter aceito participar da Banca Examinadora, pelas considerações feitas ao meu texto de qualificação, e pelas excelentes referências bibliográficas que me foram indicadas.

Às Prof^as Diana Pinto, Regina Abreu, Joana D'Arc Ferraz e Vera Dodebei pelos debates em sala de aula que muito me ajudaram a (começar) a entender o binômio *memória social e discurso*.

Aos Profs. Icléia Thiesen e Marco Aurélio Santana pelos quais conheci o Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

À Prof^a Bethania Mariani que aceitou o nosso convite para participar da Banca Examinadora, pelas observações esclarecedoras no Curso *Análise do Discurso: Perspectivas Teóricas*, ministrado na Universidade Federal Fluminense no segundo semestre de 2007, e pelo empréstimo tão gentil de seus livros.

Ao Prof. Geraldo Prado que prontamente aceitou tomar parte na Banca Examinadora, por suas ótimas explicações no campo da História e pelas observações construtivas ao meu texto de qualificação.

A todos os colegas da turma do PPGMS de 2007 pelo bom convívio que tivemos em nossa jornada acadêmica, e em especial às companheiras da Linha de Pesquisa *Memória e Linguagem*: Cristina Botelho, Ana Cretton, Rosângela Sena e Gerlane Moraes.

Aos grandes amigos José Tavares, meu chefe, Zelaine e Antônio - equipe da Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de Ciência & Cultura (UFRJ) - que me deram todo apoio, incentivo, amizade e, principalmente, compreensão nos afastamentos temporários de que precisei para poder concluir este trabalho. Agradeço igualmente ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ representado na pessoa de sua coordenadora Paula Mello.

À querida amiga Monina Rapp pelo muito que me incentivou a cursar este mestrado, sempre me auxiliando com a avalanche de suas ideias e críticas positivas.

Aos amigos Felipe e Rafael, da Casa Martinho em Paty do Alferes (RJ), pelos momentos de paciência na digitalização das imagens do jornal **VOZ DA UNIDADE**.

À minha querida mãe por sua presença-amiga em todos os momentos da minha vida, me incentivando a buscar novos horizontes e oportunidades como pessoa e como profissional. Ao meu saudoso e querido pai *in memoriam*.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

*Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada
nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.*

(Bertolt Brecht – Nada é impossível de mudar)

RESUMO

Este trabalho versa sobre a construção da imagem do partido político mais antigo do Brasil – o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – por intermédio de sua construção discursiva, mais especialmente pelo jornal *VOZ DA UNIDADE* que lhe serviu de porta-voz oficial entre os anos de 1980 e 1991. O objetivo desta dissertação é compreender a trajetória discursiva do PCB – considerado a vanguarda do proletariado – desde a manchete inaugural do *VOZ* de 1980, quando o Partido divulga suas pretensões políticas sob o título “O que pretendemos”, até 1991 como *Partido Novo*. Nossa universo discursivo é composto pela coleção completa do *VOZ DA UNIDADE*, totalizando 516 fascículos. Ressaltamos, entretanto, que os dois últimos números, outubro e novembro de 1991, já trazem um outro título escolhido para o jornal, *Partido Novo*, anunciando mudanças no velho PCB e a crise instaurada na esquerda brasileira. Assumindo a importância da primeira página como pressuposto, a análise pautou-se na primeira página do fascículo inaugural (1980) do jornal e na primeira página de suas últimas edições (1991), ou seja, início e fim do *VOZ DA UNIDADE*. O nosso *corpus* de pesquisa constitui-se de um total de dez primeiras páginas, incluindo os dois últimos fascículos do novo porta-voz do PCB, o jornal *Partido Novo*. Objetivou-se, na análise, identificar a forma como o Partido Comunista Brasileiro enuncia a si mesmo, construindo e, porque não dizer, reconstruindo (após anos de governo ditatorial e silêncio de sua voz) a sua imagem como sujeito político e representante das massas trabalhadoras. O quadro teórico-metodológico que sustenta nossa análise é constituído da Análise de Discurso francesa (AD). Utilizamos igualmente os conceitos de discurso e interdiscurso (Pêcheux e Orlandi), e os de vozes e polifonia (Bakhtin). Nas edições analisadas, nos chama a atenção a recorrência para a semântica do novo. E o PCB, enunciando que precisa mudar desde o fascículo de lançamento, na medida em que diz pretender disputar o lugar que lhe seria por direito dentro da sociedade brasileira, ao longo da análise vamos perceber essa linha de construção discursiva do Partido nas páginas de seu órgão informativo oficial.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the process of image construction of the oldest political party in Brazil – the Partido Comunista Brasileiro (the Brazilian Communist Party) – through its discourse construction, especially the analysis of the weekly newspaper **VOZ DA UNIDADE**, which was its official voice between the years 1980 and 1991. The aim of this dissertation is to understand the PCB's discourse trajectory – considered to be the proletariat's avant-garde – from the original headline of the **VOZ** (1980), when the Party publicized its political intentions under the title "What we intend", until 1991 as the *Partido Novo*. Our universe of discourse is composed of the complete collection of the **VOZ DA UNIDADE**, with a total of 516 issues. However, it is important to point out that the two last issues, october and november 1991, came out with another title, *Partido Novo*, announcing changes to the old PCB and the crisis within the brazilian left. Taking the importance of the front page into consideration, our analysis was based on the first page of the first issue (1980), as well as on the first page of its last issues (1991); in other words, the beginning and the end of the **VOZ DA UNIDADE**. Our database is composed of a total of ten first pages, including the last two issues of the new voice of the PCB, the *Partido Novo* newspaper. In our analysis, we attempted to identify the way in which the Brazilian Communist Party expresses itself, constructing and reconstructing (after years of dictatorial government and repression of its voice) its image as a political subject and a representative of the working masses. The theoretical-methodological framework on which we base our analysis is French Discourse Analysis (AD). We also use Pêcheux and Orlandi's concepts of discourse and interdiscourse, and the concepts of voices and polyphony (Bakhtin). In the issues examined, our attention was drawn to the recurrence of the semantics of the new. As the PCB announces from the very first issue that it needs to change, insofar as it states it intends to fight for its rightful place within Brazilian society, throughout our analysis it is possible to identify the Party's line of discourse construction on the pages of its official voice.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira página do fascículo inaugural do <i>VOZ DA UNIDADE</i> (de 30 de março a 05 de abril de 1980)	63
Figura 2 – Primeira página do fascículo de 01 de janeiro de 1991	82
Figura 3 – Primeira página do fascículo de 01 de fevereiro de 1991	85
Figura 4 – Primeira página do fascículo de 01 de março de 1991	86
Figura 5 – Primeira página do fascículo de 01 de abril de 1991	90
Figura 6 – Primeira página do fascículo de 01 de maio de 1991	91
Figura 7 – Primeira página do fascículo de 15 de maio de 1991	92
Figura 8 – Primeira página do fascículo de 15 de junho de 1991	94
Figura 9 – Primeira página do fascículo de outubro de 1991 (<i>VOZ DA UNIDADE</i> já com o seu título transmutado para <i>Partido Novo</i>)	96
Figura 10 – Primeira página do fascículo de novembro de 1991	98

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 - As (muitas) vozes presentes nos enunciados da manchete inaugural do <i>VOZ DA UNIDADE</i> (1980)	69
Quadro 2 - Algumas seqüências discursivas extraídas das edições de 1989 do <i>VOZ DA UNIDADE</i> enunciando o novo no PCB	77
Quadro 3 - Algumas seqüências discursivas de designação das alas renovadora e conservadora do PCB enunciados pelo opositor de cada um (extraídos da edição de 01 de março de 1991 do <i>VOZ DA UNIDADE</i>)	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. 1980: MOMENTO DE ABERTURA E DE VOZ	7
1.1. A imprensa comunista e o PCB no ano de 1980, Partido da ordem e da legalidade	7
1.2. O PCB e o seu “outro”	22
1.3. O porquê do título <i>VOZ DA UNIDADE</i>	27
1.4. <i>VOZ DA UNIDADE</i> : suas seções e suplementos	32
2. QUADRO TEÓRICO QUE SUSTENTA A MINHA VOZ	41
2.1. A Análise <i>francesa</i> de Discurso (AD)	41
2.1.1. A ideologia no marxismo e na AD francesa	45
2.2. A voz e o discurso da memória	48
2.3. Discurso e Interdiscurso	52
2.4. Vozes e Polifonia	54
3. O DISCURSO DO VOZ DA UNIDADE: a voz fala e... se cala	58
3.1. 1980, ano de lançamento do jornal: o que eles pretendem?	59
3.2. 1991, o que eles pretendiam?	76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
6. ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

“Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível”.

(Michel Foucault, *A ordem do discurso*, 2006)

Por que se debruçar sobre um jornal comunista de décadas passadas? Por que analisar seu discurso e sua inserção na trajetória da política brasileira? Quais as razões e questionamentos que me conduziram a ele - **VOZ DA UNIDADE** -, último periódico nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que vigorou por pouco mais de 11 anos?

Em sua conferência *A consciência e a vida*, proferida na Universidade de Birmingham em 1911, e embora antiga muito atual, Henri Bergson (filósofo francês, 1859-1941) associa a memória à consciência. Para ele, “toda consciência é antecipação do futuro”, e, segundo o autor, sendo essa expectativa no devir a função que ocupa boa parte de nossa vida é ela que nos permite avançar na “rota do tempo”... fazendo-nos agir continuadamente, ou seja, retendo o que já não é, e antecipando o que ainda virá a ser (BERGSON, 1974, p. 77). E a espessura que divide o que passou do que há de vir é exatamente uma duração de tempo que se compõe dessas duas partes: passado imediato e futuro iminente, fazendo com que a nossa consciência seja o “ traço de união entre o que foi e o que será” (Ibid). Assim, afirma Bergson, sobre o passado nos apoiamos e sobre o futuro nos debruçamos. Apoiar-se e debruçar-se constituem-se, no campo dos estudos da Memória Social, em ações que nos levam a conhecer e entender (às vezes...) fatos passados, e é justamente a partir das rememorações e lembranças vividas que podemos lançar um olhar no futuro que nos cerca e... que está sempre pronto para acontecer. E foi exatamente essa ponte entre passado e futuro que me levou até o último semanário comunista **VOZ DA UNIDADE**, voz que acompanhou o desmanche do regime - fim da ditadura militar - e o processo de redemocratização do país na década de 80.

E esse processo de redemocratização se constituiu igualmente em um processo de lutas discursivas. Quando focamos o discurso como espaço específico de análise podemos observar língua e história se unindo pela ideologia. E é através dessa relação que apreendemos como a língua se manifesta na ideologia e como esta se materializa na própria língua, atestando que o sentido de um discurso é história, e não literal (ORLANDI, 2005, p. 95). Considerando os fundamentos teóricos adotados, a ideologia funciona como a relação essencial entre linguagem e mundo, sendo a “condição [necessária] para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Ibid, p. 46).

Desse modo, a questão que norteou a nossa investigação é esta: como o Partido Comunista Brasileiro pelo – e no – discurso jornalístico, construiu a sua identidade? O objetivo deste trabalho será, então, analisar e compreender como o PCB, saindo de um silêncio imposto e arbitrário, se construiu discursivamente nas páginas de seu instrumento informativo oficial – o jornal semanal *VOZ DA UNIDADE* – ao longo da abertura política e volta do país à democracia.

O Partido Comunista Brasileiro foi considerado por seus militantes como um exército em permanente guerra sagrada do Trabalho contra o Capital (SABARÁBUSSÚ apud PANDOLFI, 1995, p. 41). E, procurando seguir seu ideário, toda vez que me referir ao PCB utilizarei a palavra **Partido** com P maiúsculo, pois sendo visto como “objeto de um verdadeiro culto, [...] todo-poderoso, infalível, protetor, transcendente”, apresentando-se sempre totalmente personificado, e, desta forma, sempre reputado como “o” Partido, para seus integrantes sagrado e totalitário (DUVERGER, 1987, p. 158).

O caminho percorrido pelo PCB – quase 70 anos – é parte constitutiva da história do Brasil e de sua memória, caminho este que trilhou buscando conjugar socialismo e democracia em toda a sua atuação política, legal ou não (PANDOLFI, 1991, p. 33). Considero que apreender a construção discursiva do porta-voz oficial do Partido Comunista Brasileiro – o jornal *VOZ DA UNIDADE* – além de ser uma oportunidade de ampliar os estudos no campo da Memória Social, podemos igualmente, através deste estudo, analisar um dos momentos cruciais para o Brasil que foi o fim do regime militar na década de 80 e a transição política, passando às mãos dos civis o governo do país. O *VOZ DA UNIDADE* vem a ser, então, para a história e a memória brasileiras, um instrumento informativo (e... discursivo) que nos possibilita conhecer os debates internos do PCB nos planos econômico, social e, sobretudo, político, bem como o desenrolar do desmanche militar e o processo de implantação de um governo liberal-democrático. O último jornal do Partido criado em 1922 assume uma função relevante não só para a memória política nacional, mas igualmente para um mundo que se caracteriza pelo encontro e conflito entre diferentes culturas e posições ideológicas (SANTOS, 2003, p. 13), culturas e posições estas construídas na linguagem, no discurso.

Conheci o jornal *VOZ DA UNIDADE* quando em 2004 fui integrar a equipe da Biblioteca do Fórum de Ciência & Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao ter contato com o seu rico acervo – entre obras raras e históricas – identifiquei que a Biblioteca possuía a coleção integral do *VOZ* doada para a nossa instituição pela Fundação Universitária

José Bonifácio. Ao deparar-me com o jornal, e explorar suas páginas entre textos e imagens, pude identificar fatos que acompanhei na TV, em outros periódicos da época e até mesmo nas assembléias sindicais que aconteciam no colégio em que estudava, Colégio 1º de Maio mantido por um sindicato de trabalhadores na área de energia e que era palco constante dos debates por direitos trabalhistas e reivindicações salariais.

E tendo disponível e às mãos sua coleção completa, exatamente na instituição da qual faço parte, imediatamente considerei que seria uma excelente oportunidade para promover o conhecimento, a reflexão e a pesquisa acerca dessa fase do Brasil que certamente ficou gravada na memória de muitos brasileiros, inclusive na minha: a década de 80, tempo de ebulação das lutas políticas e dos movimentos sociais nos quais o Partido Comunista Brasileiro sempre esteve inserido e atuante.

Com o lançamento do *VOZ* acontecia também a chegada dos meus 15 anos, tempo de muitas mudanças, descobertas e escolhas importantes. Tempo em que passamos a observar o mundo ao nosso redor com olhos mais inquisitivos e atentos. E mesmo sendo eu ainda uma adolescente e sem muito compreender de política e seus partidos, palavras como democracia, sindicatos, direitos dos trabalhadores, anistia, exilados habitavam o meu universo – até então incipiente – de (jovem) cidadã. E via nas manifestações políticas da época a constante presença (ou menção) do PCB como aquele que lutava por uma nova sociedade, por uma vida melhor da classe trabalhadora e do povo brasileiro, objetivando conduzi-los a uma verdadeira democracia e procurando aguçar nos “filhos deste solo” uma consciência política mais crítica e participativa.

E em se tratando do território da Memória Social, uma lembrança ou a escolha de um documento para pesquisa e análise jamais é inócuia, inocente ou despretensiosa (GONDAR, 2005, p. 17), pois o ato de recordar e guardar revela nosso comprometimento – ético e político – em relação ao futuro que desejamos (*Ibid*). Assim, explicando em outras (e mais) palavras, o próprio período de vida do jornal já denuncia sua importância para a memória nacional. O *VOZ DA UNIDADE* viveu de março de 1980 a junho de 1991, período este considerado marcante para o Brasil e seus brasileiros, e realmente o foi, porque o país nessa época preparava-se para sair do Estado ditador marchando em direção à implantação de um governo democrático. Evidentemente os motivos que me despertaram para o *VOZ DA UNIDADE* foram um só: a memória. A memória de um Brasil pós-ditadura, buscando o retorno das liberdades

democráticas perdidas no governo militar, e mobilizado na luta por sua reconstrução social e política. E a minha própria memória, em que pude rever alguns acontecimentos que presenciei na minha juventude se fundindo com rememorações – um tanto recentes – da formação de uma nova república brasileira.

Julgo relevante para o campo da memória nacional saber como o grupo político mais antigo do país divulgou suas ideias e projetos no momento em que o regime preparava-se para sair de cena, lutando para reforçar seu papel de representante do proletariado e historiando um Brasil pós-ditadura militar. Resgatar a história do Partido na década de 80 através do *VOZ DA UNIDADE* é recuperar a memória de um novo Brasil emergente, que implica não somente a compreensão do passado histórico da repressão e sua distensão, mas especialmente o uso dessa compreensão para melhor entender o presente, descortinando novas perspectivas para as gerações futuras.

Em um mundo globalizado, as culturas de memória estão essencialmente ligadas a processos de democratização, às lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Tudo isso no intuito de estender o debate público e trazer cura (se isto for possível...) às feridas e traumas provocados pelo passado (HUYSEN, 2000, p. 34-35). Interessou-me, então, observar como o PCB se construiu discursivamente nos embates desse retorno à democracia, um Partido que sempre foi visto como inimigo da nação, mas que ao despontar dos anos 80 buscava entrar na luta política pelo caminho da ordem e da legalidade (PANDOLFI, 1995, p. 232).

Folheando suas páginas, ao chegarmos ao ano de 1991 – fim do *VOZ DA UNIDADE* e racha no PCB – notamos algumas recorrências discursivas que evidenciavam (nova) crise no Partido, e, conseqüentemente, crise na edição de seu porta-voz. Sintagmas como *mudança radical, vai mudar, partido novo, nova política, novo partido* levou nosso projeto para outra questão. Inclusive a periodicidade do *VOZ* foi visivelmente alterada, saindo de semanal para mensal e, em algumas edições, até quinzenal. Os (últimos) fascículos de 1991 traziam matérias falando sobre mudanças no Partido Comunista Brasileiro e a crise instaurada na esquerda, apresentando o PCB como um *Partido Novo*. E eis, então, a nossa pergunta: por que *novo* se o PCB não alterou os seus propósitos, já que sempre se apresentou como aquele que era a “vanguarda consciente dos trabalhadores” (DOMENACH, 2001, p. 9)?

Na Análise de Discurso francesa – arcabouço teórico-metodológico no qual nos embasaremos (ao que me referirei doravante por AD) – o discurso é visto em suas relações de linguagem com os sujeitos, produzindo nestes efeitos de sentidos múltiplos e variados. No âmbito da AD, os sentidos das palavras não existem nelas mesmas, uma vez que estes não estão presos à sua literalidade. Isto quer dizer que as palavras mudam de sentido segundo a posição ideológica daqueles que as utilizam, em um (constante) jogo de embates no processo sócio-histórico no qual essas palavras são (re)produzidas e (re)significadas. E é a partir de uma dada posição do interlocutor que determina o que pode e deve ser dito, processo este conhecido como formação discursiva (ORLANDI, 2005, p. 42-43). Por isto, para a AD, não existe o sujeito centrado, senhor de seus dizeres, totalmente livre e autônomo, mas a posição-sujeito, uma vez que este é pensado discursivamente como uma posição entre outras. O sujeito do discurso, em sua relação com a língua, estabelece um processo de constituição mútua, constituindo-se e constituindo-a no seio dos acontecimentos histórico-sociais.

Partindo das premissas e explicações apresentadas acima, nossa proposta de análise limitou o seu espectro para compreender por que o Partido – vanguarda do proletariado – se colocou discursivamente em 1991 como *Partido Novo*, e confrontar essa (nova) posição, doutrinária e ideológica, com a manchete inaugural do *VOZ* de 1980 quando o PCB divulga suas pretensões políticas sob o título “O que pretendemos”, momento em que o Partido já enunciava mudanças. Ressaltamos, entretanto, que, quando se trata de refletir sobre a linguagem, a AD possibilita levar em conta as particularidades histórico-políticas dos diferentes contextos em que ela – linguagem – se desenvolve (ORLANDI, 1990, p. 33), e, como um discurso é também construído em vários enunciados, podemos complementar nossa análise consultando outras páginas no corpo do próprio jornal **VOZ DA UNIDADE**.

Nosso universo discursivo é composto pela coleção completa do **VOZ DA UNIDADE**, publicado de março de 1980 a junho de 1991 e totalizando 516 fascículos. Salientamos, entretanto, que, devido à crise no mundo socialista no início da década de 90, a partir de junho de 1991 o *VOZ* cessa sua publicação, somente retomando suas edições em outubro e novembro do mesmo ano, trazendo um outro título escolhido para o jornal e novamente anunciando (e enunciando) mudanças doutrinárias no PCB. Mas devido ao tempo limitado do mestrado e as infindas possibilidades de análise no próprio jornal, entre dados textuais e imagéticos, nos deteremos na primeira página do fascículo inaugural (1980) do jornal e na primeira página de suas últimas edições (1991), ou seja, início e fim do **VOZ DA UNIDADE**, constituindo

o nosso *corpus* de pesquisa e perfazendo um total de dez primeiras páginas, incluindo os dois fascículos do novo porta-voz do PCB, o jornal *Partido Novo*.

Nessas primeiras páginas foi feito um recorte considerando somente as manchetes nas quais o próprio Partido enuncia a si mesmo, construindo e, porque não dizer, reconstruindo (após anos de governo ditatorial e silêncio de sua voz) a sua imagem como sujeito político e representante das massas trabalhadoras. A primeira página foi escolhida por ser considerada como aquela que apresenta a “realidade exterior à publicação, a que ela se refere [e] perante a qual se situa” (BRAGA, 1991, p. 168), fazendo com que este espaço do jornal se torne em vitrine e “proeminência do item noticioso” (CAMPOLLO e CALDEIRA, 2005, p. 77).

Para dar conta dessa empreitada, quatro capítulos foram construídos. No **Capítulo 1**, em uma tentativa de evidenciar nosso objeto, apresentaremos o perfil da imprensa comunista e o Partido Comunista Brasileiro da ordem e da legalidade no ano de 1980, o PCB e o seu “outro” e o porquê do título *VOZ DA UNIDADE*, suas seções e suplementos na época de seu lançamento (1980).

O **Capítulo 2** trará o quadro teórico-metodológico que sustenta nossa análise. Apresentaremos a Análise de Discurso francesa (AD), a ideologia no marxismo e na AD, a memória como fator integrante das construções discursivas do jornal, e os conceitos de discurso e interdiscurso (Pêcheux e Orlandi), e os de vozes e polifonia (Bakhtin).

Realizaremos a análise de nosso recorte discursivo no **Capítulo 3**, composto da primeira página do fascículo inaugural (1980) do jornal e da primeira página de suas últimas edições (1991). O ano de 1991 foi o momento de profunda crise interna e racha no Partido, provocando o fim do *VOZ DA UNIDADE* e a fundação do Partido Popular Socialista (PPS) em 1992, sendo este considerado (por alguns) como o herdeiro do histórico PCB. E no **Capítulo 4** apresentaremos as considerações finais.

1) 1980: MOMENTO DE ABERTURA E DE VOZ

“Celebrar é freqüentar solenemente o passado. Comemorar é captar no presente as promessas do passado para não esquecê-las, saber se foram ou não cumpridas e o que nos cabe fazer para que se cumpram”.

(Marilena Chauí, *Folheto Comemorativo da Declaração dos Direitos do Homem*, 1989)

Estaremos neste capítulo contextualizando o ano de 1980, ano de lançamento do jornal comunista **VOZ DA UNIDADE** e início da última fase do regime militar: a sua dissolução (1979-1985). A política de distensão, iniciada no Governo Geisel em 1974, somada à desagregação do regime ditatorial-militar (CODATO, 2005, p. 83) e à extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) no início de 1979, proporcionou um momento favorável para o lançamento do **VOZ** e retorno dos comunistas à cena política.

Já nesse ano os controles à imprensa haviam desaparecido, levando os brasileiros a usufruírem uma relativa liberdade em que podiam se manifestar, resgatando novamente a sua voz cidadã (FAUSTO, 2000, p. 494). E apesar das (muitas) divergências internas, o Partido lança o seu porta-voz oficial – o semanário **VOZ DA UNIDADE** – apresentando suas propostas iniciais e afirmando que buscará contribuir para que a classe operária e o povo brasileiro compreendam que só o socialismo tem as soluções definitivas para os problemas do país, quer sejam estes políticos, econômicos e sociais.

Apresentaremos também alguns princípios da imprensa comunista e como o PCB, buscando inserir-se no jogo político, tornou-se o Partido da ordem e da legalidade na década de 80, o porquê da escolha do título **VOZ DA UNIDADE**, suas seções e suplementos no ano de seu lançamento (1980).

1.1) A imprensa comunista e o PCB no ano de 1980, Partido da ordem e da legalidade

Os tipos móveis de Gutenberg revolucionaram o mundo e as informações. Desde sua criação, no século XV, a imprensa foi usada como instrumento fundamental para a divulgação de ideias que fomentavam as transformações sociais. Sendo uma das maiores máquinas de mudança socioeconômica e cultural na história, tornou-se numa produtora considerável de notícias diversas, possibilitando às classes mais desfavorecidas o acesso à informação e ao saber.

Os jornais – um dos principais itens da mídia impressa – armazenam informações que fornecem ao indivíduo um processo de marcação, memorização e registro, levando-os a pensar e, em consequência, influir como atores políticos. Desta forma, estando a imprensa imersa na vida social e política, ela é essencial aos debates e às reflexões de uma nação, reunindo componentes do passado que podem “lançar luz”, entendimento e ação “sobre os problemas contemporâneos” (BARBOSA, 2007a, p. 12).

E os líderes políticos utilizam a imprensa, sobretudo, como um forte instrumento para a conquista, a preservação e a consolidação do poder, sendo ela o meio mais adequado para popularizar seus nomes entre as massas e influir na opinião pública (MICHELS, 1972, p. 168). Na imprensa comunista um propagandista educado no método leninista tem o dever de denunciar “infatigavelmente todas as injustiças suscitadas pelo regime capitalista” (DOMENACH, 2001), utilizando a “palavra de ordem” que leva ao “aspecto combativo e construtivo desse tipo de propaganda”, sintetizando a linha política do momento (Ibid). A propaganda de tipo leninista empenha-se por unir a parte ao todo, ou seja, a “luta de classes” (MARX e ENGELS, 1998) e a luta econômica devem transpor as relações entre operários e patrões e a atividade puramente sindical, levando as massas (eminentemente) à consciência política. Isto quer dizer que o Partido Comunista deve primar pela educação política dos indivíduos e não somente agitar as massas, ligando-os ao próprio Partido e à “vanguarda na compreensão e na ação” (DOMENACH, 2001).

Para Marx “a consciência de classe é a base da consciência política” (Ibid). Ele considerava que quando o proletariado tomasse consciência de sua situação e das condições sociais, históricas e econômicas em que estava inserido, isto o levaria a se organizar e a lutar contra a opressão da nova burguesia que surgia naquela época, determinando, assim, o seu objetivo de luta.

E para que haja tal consciência, segundo o método leninista de propaganda, é necessário que “toda palavra de ordem” corresponda não só à situação política propriamente, mas, inclusive, “ao nível de consciência das massas”, uma vez que a “palavra de ordem” – a voz consciente – é considerada como “a tradução verbal de uma fase da tática revolucionária”, vista como o conceito motriz que expressa, de forma clara, breve e bem-sonante, o objetivo mais importante do momento, levando ao “aniquilamento do adversário e um escopo unitário para as massas” – unidade de objetivos (Ibid). No momento de abertura política, desagregação do regime e mesmo passando por dissidências internas, o Partido Comunista Brasileiro lança seu

órgão informativo oficial enunciando as suas palavras de ordem *voz* e *unidade*, ou seja, voz cidadã e unidade doutrinária e ideológica.

Marx e Engels, autores do *Manifesto Comunista* de 1848, afirmaram que a imprensa é a “consumação da liberdade humana” e a livre luta de opiniões equivale a dar livre curso à luta de classes no terreno da imprensa. Para eles, a função da imprensa é ser “[...] o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes”, o olho e a boca onipresentes (MARX apud MORAES, 1994, p. 59).

Os jornais que são publicações de partidos políticos baseiam-se no interesse e objetivos comuns do próprio partido, aspirando à coerência de ação e à unidade de seus militantes. E o partido político é visto como uma organização social cuja característica é ser mais especializado e menos universal do que uma instituição, possuindo estruturas fundamentadas em determinada visão de mundo. Podemos afirmar que o partido político se enquadra no tipo de organização normativa, ou seja, os controles se fundamentam em padrões de comportamento e seus membros apresentam atitude moralmente orientada, tendo como objetivo a realização de determinados serviços ou de determinada ação externa (LAKATOS, 1999, p. 168, 217-218). No caso do Partido Comunista Brasileiro esta ação seria a implantação do socialismo no país através do proletariado. E os militantes comunistas, segundo exigência leninista, deveriam possuir um forte espírito de abnegação pessoal servindo de modelo às pessoas comuns, demonstrando sua devoção à causa, disciplina ao Partido e exemplo de conduta nos planos familiar, moral e profissional. (FERREIRA apud ALBUQUERQUE e SILVA, 2007, p. 13).

Duverger (1987, p. 158) afirma que o partido totalitário, como é o caso do PCB, constitui a “mola mestra da vida de seus membros”, exigindo de seus militantes envolvimento absoluto e atividade política intensa, não admitindo distinção entre vida pública e vida privada, regulamentando esta nos mesmos moldes daquela. Para os comunistas, a pátria, a família, o cônjuge, os amigos estão ligados e subordinados aos interesses do Partido, às “malhas do grupo” (Ibid, p. 156).

As “malhas do grupo” de um partido comunista constituem a vida inteira de seu militante. Nos partidos totalitários não se admite ou tolera divisões internas, tendências, facções, somente dedicação e lealdade totais. Para um comunista “a homogeneidade é rigorosa”: quem discordar deve sair (ALCOFORADO, 1997, p. 40). E é nessa composição

uniforme e coerente, somada ao exercício de unidade, que o PCB deseja fazer a sua revolução e disseminar sua ideologia junto ao povo.

Através da propaganda ideológica, as publicações do PCB ajustam os discursos às condições sociais e à capacidade cultural dos interlocutores, afirmando-se junto aos seus leitores como “instâncias catalisadoras de aspirações por uma sociedade igualitária”. E mesmo não sendo um partido político, o *VOZ DA UNIDADE* se comporta como tal, expressando e disseminando os programas, os debates internos e as linhas de ação do Partido Comunista Brasileiro, atuando como seu porta-voz oficial e a sua fala autorizada. Lênin afirmou que a imprensa comunista deveria defender o ponto de vista da classe operária, ter firmeza ideológica, orientar o povo, possuir veracidade e internacionalismo operário. Fundamentados nestes princípios, os periódicos do PCB foram concebidos como meios de educação ideológica e de busca para a coesão interna, tendo como pressupostos uma trilogia de ação: **educar** as massas para elevar o nível de consciência política; **organizar** os setores mais combativos da classe operária em torno do Partido; e **propagar** a sua linha ideológica (MORAES, 1994, p. 47-63).

Mas, apesar de todos esses princípios que vigoraram por décadas no mundo comunista, em 1980 o PCB ansiava por mostrar uma nova face do Partido, voltada muito mais para o diálogo político do que para o “doutrinário”, segundo declaração do primeiro editor-chefe do *VOZ DA UNIDADE*, Gildo Marçal Brandão. Brandão ressalta que o *VOZ* só seria possível e eficaz se ele atuasse como um “instrumento de fazer política”, tendo seu compromisso com a realidade e a verdade, “e não com a agitação pura e simples”. Ele ainda afirmou que:

[...] o que a realidade brasileira está exigindo dos comunistas é a feitura de um jornal legal, de caráter nacional e, sobretudo, político. [...] O que a realidade política do país está exigindo dos comunistas é a feitura de um jornal que apresente a face real e nova dos partidários dessa corrente de pensamento que há 16 anos esteve proibida de expor e testar as suas propostas de organização da vida nacional, diante de toda a sociedade brasileira. [...] significa dizer que os comunistas resolveram assumir os riscos de botar o bloco na rua e disputar o lugar que lhes cabe dentro da sociedade brasileira até por direito histórico (*VOZ DA UNIDADE*, nº 13, p. 8, de 26 junho a 04 julho de 1980).

Ao enunciar “botar o bloco na rua”, Brandão utiliza uma expressão popular conhecida que valida a proximidade do PCB com os seus leitores, reconstruindo e intensificando seu caráter de representante político do povo brasileiro e de suas reivindicações. Nesse extrato também nos chama a atenção a presença da palavra nova, e já em 1980 o PCB anuncia que precisa mudar.

Apesar de o Partido ter sofrido a perda de sua hegemonia sobre as esquerdas no campo político nacional (ROEDEL, 2002, p. 68), na medida em que diz pretender disputar o lugar que, segundo ele, lhe seria de direito dentro da sociedade brasileira, iremos, ao longo deste estudo, perceber essa linha de construção discursiva imersa no novo e sob a égide da mudança, uma vez que desde a sua fundação o PCB enunciou o seu papel de representante político como sendo a vanguarda dos trabalhadores.

Nos 16 anos que se passaram desde o golpe de 64 até 1980, e aproveitando a abertura política ora em andamento, Brandão manifesta o desejo de voz “dessa corrente de pensamento”, que é o próprio Partido, sufocada até então por imposição arbitrária do regime militar. Podemos observar na seqüência citada anteriormente que o *VOZ DA UNIDADE*, lançado como o Órgão Central do PCB, reclamava inserção na “vida nacional”, legalidade partidária, conquista de seu espaço e participação na grande política. Para Gildo Marçal Brandão, o PCB deveria, além de “botar o bloco na rua”, [...] “sair das catacumbas, se livrar do mofo acumulado, vir à luz do dia e não temer respirar o ar fresco da superfície e o ar poluído das grandes cidades industriais”, caso ele quisesse construir um “grande partido de massas” (Ibid). Isto significava constituir um partido que tivesse influência real e decisiva na “totalidade da vida política brasileira” (Ibid), abarcando tanto os brasileiros do campo (que respiram o “ar fresco”) quanto os da metrópole (envolvidos com o “ar poluído das grandes cidades industriais”), buscando, para isto, (re)conquistar a sua legalidade, luta que envolveu o PCB durante o lento processo de redemocratização do país, e que somente foi ganha em 1985.

Entre 1974 e 1990 mais de 30 países, inclusive o Brasil, retornaram à democracia após viverem sob diversas formas de autoritarismo. Os processos de democratização têm levado muitos pesquisadores a refletir sobre esse quadro, uma vez que as diversas trajetórias da transição política resultaram em diferentes regimes democráticos (ABREU, 2001b, p. 7). A transição política aqui no Brasil começou com a “política de distensão” – Governo Geisel 1974-1979 – sendo seguida pela “política de abertura” – Governo Figueiredo 1979-1985 (WEFFORT, 1986, p. 15). E é nessa busca pela democracia que grupos e partidos, que representam interesses e ideologias diversas, lutam pelo poder (Ibid, p. 59). Segundo Weffort (Ibid, p. 97 e 99), é através da política que a sociedade civil se revela em uma sociedade de classes, isto porque “expressando as desigualdades regionais do desenvolvimento do capitalismo no país, a sociedade civil também expressa desigualdades entre as classes sociais”. Para o autor, a questão democrática que uniu liberais, socialistas, comunistas, bem como sindicalistas e empresários

contra o Estado autoritário, na década de 80 começava a dar sinais de uma “diferenciação social”, passando às mãos das classes populares, especialmente da classe operária e dos setores de classe média, as bandeiras da democracia, uma vez que “quanto mais se caminha no sentido da democracia, tanto mais se definem as identidades políticas e sociais dos que dela participam”. Nessa trajetória, o PCB ocupa um papel importante. Esforçando-se por ser a liderança no campo das forças progressistas do país, o Partido promoveu o debate das oposições dentro do cenário político de abertura, ainda que disputando essa liderança com o ascenso do Partido dos Trabalhadores (PT).

O PCB é o mais antigo de todos os partidos políticos brasileiros. Viveu o maior tempo de sua vida na clandestinidade, mas não na obscuridade. Levantou uma série de bandeiras em prol das causas nacionais, do proletariado e da liberdade e autonomia sindicais. Integrou, como oposição, o rol daqueles que eminentemente defendiam e lutavam por igualdade social, direitos trabalhistas e liberdade democrática, sendo considerado por muito tempo “a” esquerda no Brasil, exercendo grande atração desde a classe proletária até os intelectuais. Por isto, para Brandão (1997, p. 15) ele é considerado, inclusive, como “sujeito histórico”. Essa metáfora ajuda, em nosso estudo, a construir discursivamente o papel desempenhado pelo Partido no âmbito da sociedade brasileira.

Na década de 80, o Brasil vivia, então, a quarta grande fase de seu governo militar (1979-1985): a desagregação do regime (CODATO, 2005, p. 83). Assim como o país, o PCB também passava por transformações e divergências internas entre seus dirigentes. Renascendo das cinzas, após anos de ditadura ferrenha e na clandestinidade, o Partido volta à luz buscando inserir-se no momento de abertura, ou seja, na política de distensão que teve seu início em 1974 no Governo Geisel, e que, em palavras do próprio Presidente, seria lenta, gradual e segura, sem rupturas e sem traumatismos (WEFFORT, 1986, p. 86), e como agir dali pra frente foi o principal divisor de águas dentro do Partido Comunista. País e Partido, igualmente, viviam e respiravam um momento de transição. A do país, social e política, e a do Partido, doutrinária e ideológica.

O PCB, mantendo esta mesma sigla, nasceu Partido Comunista do Brasil em 25 de março de 1922. Por ser considerado um partido internacional comandado por Moscou, em 1961 mudou o seu nome para Partido Comunista Brasileiro, visando facilitar seu registro eleitoral e a sua legalização (ABREU, 2001a, v. 4, p. 4260). Desde sua fundação aqui no Brasil, o PCB atravessou diferentes e tumultuados períodos entre atuação política legal, repressão e ilegalidade. Na verdade, esta última condição foi a que ocupou a maior parte de sua trajetória: a

de exclusão formal da vida política brasileira. O PCB viveu legalmente de março a julho de 1922, e de janeiro a agosto de 1927. Novo período de legalidade ocorreu entre março de 1945 e maio de 1947, e, depois disto, somente em 1985 com a recuperação de seu registro partidário (PANDOLFI, 1998, p. 23). Em seus primeiros anos de atuação, os comunistas eram preocupados exclusivamente em ganhar a classe operária, principalmente divulgando notícias e documentos sobre a Revolução Russa de 1917 e sobre o movimento internacional. Mas, com a vigência da política de abertura e o desmanche do Estado autoritário no início dos anos 80, o Partido inicia uma (nova) luta em defesa daquela que seria a sua tarefa prioritária para o momento: a unidade em torno da construção de um governo democrático (Id., 1991, p. 3 e 31).

Na primeira página de sua edição inaugural, o *VOZ DA UNIDADE* – lançado como porta-voz oficial do Partido – expressa claramente esse seu desejo e empenho político, procurando reforçar ainda mais o perfil democrático do PCB. O jornal afirma que lutaria “por um regime de amplas liberdades democráticas”, que as soluções para os problemas da nação somente “um governo verdadeiramente democrático” estaria apto a realizar e que a diversidade das correntes políticas pró-democracia não seria obstáculo para a ação dessa “ampla frente unitária em defesa de um Brasil democrático” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 1, p. 1, de 30 de março a 5 de abril de 1980).

Carlos Nelson Coutinho, intelectual marxista que na década de 80 defendeu uma revisão sobre o posicionamento do PCB frente à questão democrática, também teve uma matéria sua publicada no *VOZ* falando sobre a unificação das correntes políticas em prol da implantação de um regime democrático. Responsabilizando a ditadura pela adulteração de sua imagem, e que por causa da clandestinidade forçada a “opinião pública nacional praticamente não teve nenhum contato com o pensamento político dos comunistas brasileiros” (Ibid, p. 14), Coutinho traz para conhecimento o livro *O PCB no quadro atual da política brasileira*, onde seis membros do Comitê Central são entrevistados pelo jornalista Pedro del Picchia. Nas entrevistas, os líderes comunistas abordam diferentes temas e expõem diretrizes básicas do pensamento do Partido. Ao final dessa matéria, Coutinho explica que:

O que unifica os seis depoimentos é a firme convicção de todos os dirigentes comunistas entrevistados de que somente com a conquista e consolidação de um regime democrático, aberto à mais ampla participação popular organizada, será possível encaminhar a solução das grandes questões nacionais. Essa convicção é muito bem expressa por Armênio Guedes quando afirma: “Pensamos que o socialismo no Brasil vai ser uma conquista das massas [...]. E, para isso, o terreno mais favorável é o da luta democrática, o da comparação entre as posições das várias forças que vão apresentar alternativas para a vida do país” (Ibid).

Aqui no Brasil, o perfil revolucionário do Partido delineou-se em função de seu vínculo inicial com o anarquismo, movimento que acreditava na organização da sociedade sem a presença do Estado, rejeitando, inclusive, o princípio da autoridade política, sendo esta considerada dispensável para a ordem social (BOTTONMORE, 1988, p. 11). Nos primeiros anos da República havia greves para reivindicar melhores salários, redução da jornada de trabalho para oito horas, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças e o estabelecimento do repouso semanal. Até a década de 20, o movimento operário era liderado basicamente pelos anarquistas. Mas entre 1916 e 1919 houve uma intensificação das greves com reivindicações mais agressivas. Foi nesse momento que criaram-se espaços para o fortalecimento de outros grupos como condutores de demandas políticas. E, por considerar a Revolução Russa um movimento de tipo libertário, também nesse momento os anarquistas demonstraram grande interesse pelas ideias de Marx e Engels, ideias essas que foram expostas em seu *Manifesto Comunista* e que menciona as “massas de operários” como “servos da classe burguesa [...] e] escravizados pela máquina”. Assim, já em 1918 antigos militantes anarquistas, simpatizantes do comunismo, começam a fundar associações comunistas, sedimentando ainda mais a imagem do Partido com a de revolução e rebelião (ABREU, 2001a, v. 4, p. 4261). O Partido Comunista Brasileiro foi fundado por nove ativistas, oito dos quais egressos do anarcossindicalismo (HISTÓRIA VIVA, p. 36).

Mesmo nos períodos de clandestinidade forçada, o Partido seguiu os princípios leninistas de possuir uma “estrutura fortemente disciplinar” (ALBUQUERQUE e SILVA, 2007, p. 9), ou seja, coesão ideológica e sólido respeito à hierarquia partidária, modelo que foi colocado em discussão em 1979 com o manifesto de Carlos Nelson Coutinho, asseverando que os comunistas deveriam reconhecer a democracia e as liberdades individuais como valores universais.

Na década de 80, aproveitando o processo de distensão do regime, o PCB acreditava que o seu crescimento e fortalecimento seriam uma consequência natural do avanço da democracia (PANDOLFI, 1995, p. 232), processo que só completaria o seu ciclo com a promulgação de uma nova Constituição brasileira e a recuperação de seu registro partidário, ou seja, por vias legais (*Ibid*). E mesmo tendo encabeçado por décadas – como partido político – a luta do Trabalho contra o Capital, o PCB veste-se, então, de partido da legalidade e da ordem.

Legitimando essa nova postura do Partido, Giocondo Dias – sucessor de Prestes na secretaria-geral do PCB em 1980 – declarou no *VOZ* que:

A classe operária e os comunistas têm todo interesse em participar na defesa das poucas liberdades democráticas conquistadas, em desenvolver com inteligência e energia a luta pela ampliação dos **direitos civis** (grifo meu). Pois é nossa convicção que, em regime capitalista, é o conjunto desses direitos que torna mais ampla a possibilidade de desenvolver a luta de classes, de defender **por meios legais** (grifo meu) as reivindicações e os interesses imediatos e de lutar com maiores possibilidades de êxito pelos objetivos mais gerais que, enquanto classe, os trabalhadores se propõem (*VOZ DA UNIDADE*, nº 3, p. 4, de 17 a 23 abril de 1980).

O Partido Comunista Brasileiro, desde a fundação, sempre dispôs de uma ampla rede de órgãos de divulgação de suas ideias e ideais (VER Anexo I). O semanário *VOZ DA UNIDADE* nasceu, então, para atuar como (mais um) instrumento informativo do PCB, e aproveitando a volta do país à democracia e a saída dos militares do governo pôde assumir-se publicamente como o porta-voz do Partido (MORAES, 1994, p. 71).

Antes do *VOZ DA UNIDADE*, o PCB possuiu, dentre outros, um semanário igualmente reconhecido como órgão oficial do Partido: o *VOZ OPERÁRIA*. Este jornal também foi editado em períodos de ilegalidade do PCB (a saber, entre 1949-1959, 1964-1975, de então até agosto de 1979 editado no exterior) e na vigência de um governo autoritário. O *VOZ OPERÁRIA* – inicialmente semanal e depois mensal – foi criado para divulgar e discutir as principais teses do Partido entre seus próprios militantes. Mas, buscando ser a voz de toda a sociedade brasileira, e não somente a do operariado, o PCB procurou direcionar o jornal para um público mais amplo, “preocupado com as condições de vida dos trabalhadores e com sua mobilização política” (ABREU, 2001a, v. 5, p. 6104). O Partido definiu que o *VOZ OPERÁRIA* deveria ter um caráter “sem fronteiras estreitas e objetivos limitados, abrangendo todo o povo, do médico à dona-de-casa, do cientista ao operário” (*Ibid*), considerando que a importância e a influência da classe trabalhadora no mundo político é diretamente proporcional à sua força numérica (MICHELS, 1972, v. 1, p. 68). As páginas do *VOZ OPERÁRIA* foram palco para conflitos latentes dentro do Partido, momento que se repetiria anos mais tarde no *VOZ DA UNIDADE*, dividindo o PCB em dois grupos: um que refundaria o histórico Partidão, e o outro que traria para o cenário político nacional um novo partido de cunho socialista, o Partido Popular Socialista (PPS).

No papel de locutor autorizado, tomamos, então, a produção jornalística do *VOZ DA UNIDADE* como a do próprio PCB, em que pese os conflitos e as lutas pré-existentes. Consideramos, para fins desta análise, que as formulações de linguagem recorrentes são frutos vitoriosos da luta discursiva previamente travada. Dessa luta é possível depreender uma formação discursiva de transformação que perpassa todo o período de existência do Partido, face ao que vemos no fascículo de lançamento do *VOZ DA UNIDADE* e naqueles próximos ao encerramento da publicação.

Em 1980 o PCB também passava por mudanças. E a que causou maior impacto para o Partido, foi o rompimento público do “Cavaleiro da Esperança” Luiz Carlos Prestes após quase 40 anos como seu secretário-geral, cargo máximo da hierarquia partidária, posição militante que levou o Partido Comunista Brasileiro a ser considerado um Partido personalista, julgado muito mais “prestista” do que “pecebista” (HISTÓRIA VIVA, p. 41).

As críticas de Prestes em relação às posições reformistas do PCB, seu prolongado exílio de 1971 a 1979 e o fortalecimento da corrente antiprestista foram alguns dos motivos que o levaram a se retirar (PANDOLFI, 1995, p. 219). Prestes, em sua carta dirigida aos comunistas brasileiros, afirmou que:

[...] o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma séria crise já flagrante e de conhecimento público, que está sendo habilmente aproveitada pela reação no sentido de tentar transformá-lo num partido reformista, desprovido do seu caráter revolucionário e dócil aos objetivos do regime ditatorial, [...] a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos (*VOZ DA UNIDADE*, nº 2, p. 4, de 10 a 16 abril de 1980).

Condenando qualquer “saída negociada para o fim do governo militar (ROEDEL, 2002, p. 69), Prestes afirmava que o verdadeiro papel de um Partido de vanguarda deveria ser a formação de uma Frente de Esquerda liderada pelo PCB, fazendo com que este continuasse a ser “o” genuíno representante e líder das forças oposicionistas. “O Velho”, como também era conhecido por seus camaradas, reclamou da falta de democracia interna dentro do Partido, declarando que não podia admitir que seu nome continuasse a ser usado para dar “cobertura a uma falsa unidade”, algo que há muito já não existia, mas enfatizou que a luta pela democracia “em nossa terra” era parte integrante da luta pelo socialismo (ABREU, 2001a, v. 4, p. 4278). Prestes ainda defendia a luta armada como forma de chegada ao poder; contudo, criticava a ideia de uma Assembléia Nacional Constituinte na vigência do Governo Figueiredo proposta

por setores do Comitê Central (SANTANA, 2001, p. 213), ação que para ele significava curvar-se perante os objetivos do regime militar, denegando, assim, o caráter revolucionário do Partido.

Passadas as primeiras emoções de alegria, exaltação e otimismo da volta dos exilados – inclusive dirigentes do PCB – vieram à tona publicamente as diferenças e embates entre os integrantes do Comitê Central. A questão era quanto aos novos passos políticos que o Partido deveria dar no processo em curso, ou seja, na saída dos militares do governo. Giocondo Dias defendeu a unidade de todas as forças de oposição na conquista da democracia, iniciando a campanha pela legalização do Partido (ABREU, 2001a, v. 4, p. 4278). Discordando de Prestes, Armênio Guedes não acreditava que a passagem ao regime socialista no Brasil se faria por luta armada, pois isto, na opinião dele, resultaria num socialismo de tipo autoritário e não-democrático. Armênio enfatizava que aquele momento era de luta pela redemocratização do país, e não de transição para o socialismo, crendo que a mudança do regime ditatorial para um regime liberal-democrático aconteceria de forma gradual, sendo impulsionada pelo próprio movimento democrático (Site do CPDOC).

Como se vê, o Partido – representado em seus líderes – caminhava em descompasso, e... não era para menos. A dura repressão que se abateu sobre ele durante o regime militar, o assassinato de muitos de seus dirigentes, rachas desde a sua fundação, exílio de militantes, tortura, luta armada (silenciada)... enfim, fizeram uma combinação adversa que trouxe ao PCB profundas dissidências internas relativas à sua estratégia de atuação. O Brasil, seus filhos e o Partido saíam mudados da ditadura, buscando arduamente “um jeito novo de caminhar” (WEFFORT, 1986, p. 17).

“Meus caminhos de hoje são os mesmos de ontem, o que é novo em mim é o jeito de caminhar”. Esta frase foi dita por um poeta militante de 1968 (MELLO apud WEFFORT, 1986, p. 19), e, ao que nos parece, era exatamente isto que o PCB vinha fazendo. Mesmo com toda a violência exercida sobre a esquerda brasileira durante a ditadura, os comunistas não perderam a “compreensão da importância e da complexidade dos problemas da democracia na sociedade brasileira” (PANDOLFI, 1995, p. 211), e tentavam encontrar – pelos caminhos da transformação e da mudança, enfim, do novo, os rumos que eles percebiam desalinhados.

Esse jeito novo de caminhar era considerado – pela ala renovadora do Partido composta pelos eurocomunistas, grupo que desejava a independência das lideranças do bloco comunista oriental e alcançar o poder através de coligações e outras vias institucionais – como um

movimento de restauração e de renovação para a construção não só de um Partido “de massas, democrático e nacional, plenamente autônomo”, mas igualmente de um Partido laico, ou seja, independente da influência do modelo soviético e de fundamentos filosóficos e obrigatórios, adequando os princípios marxistas às condições do mundo atual entre as nações, que se constituíam em diálogo e negociação (COUTINHO, 1984, p. 116). A recorrência para o novo no discurso do PCB na década de 80 objetivava, além de romper com o Partido personalista de Prestes, desvinculando sua imagem de lideranças carismáticas e subjetivas (ROEDEL, 2002, p. 69) que vigorou durante décadas sob a liderança de “O Velho”, igualmente construir um Partido muito mais voltado para as reais questões internas do país, e não encerrado em moldes doutrinários, quer fossem estes soviéticos ou... prestistas. Nesse sentido, para o Partido o novo representava estar alinhado às novas configurações sócio-históricas, e o velho vinculado à imagem de lideranças personalísticas, e, de certa forma, totalitárias, posição contrária ao caráter democrático do Partido.

Destarte, buscando reivindicar um sentido universal para o tema democracia, alguns marxistas procuravam demonstrar que as liberdades políticas e a democracia formal não eram propriedades exclusivas do regime capitalista. Carlos Nelson Coutinho, um dos expoentes dessa corrente renovadora, em seu artigo *A democracia como valor universal* (mais tarde publicado como livro) ressalta a importância da democracia para o socialismo (PANDOLFI, 1995, p. 216). Para o autor, era preciso aliar à socialização da economia a socialização da política, ou seja, “a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos” (Op. cit., p. 27), e não apenas a instauração de uma sociedade comunista baseada no sistema de propriedade coletiva dos meios de produção. Assim, sem democracia não poderia haver socialismo.

Em seu texto, Coutinho afirma que o vínculo entre socialismo e democracia é parte integrante do “patrimônio categorial do marxismo”. O autor declara que o modelo soviético já não era mais considerado o modelo único ou universal de socialismo entre os marxistas ocidentais, levando à emergência de uma nova concepção do vínculo entre socialismo e democracia. Por ser universal, o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. E que para democratizar a economia nacional deve-se criar uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro, que se torna cada vez mais produtivo, revertam em favor da grande maioria da população, extinguindo o chamado “capitalismo selvagem” e trazendo para a “condição de sujeitos” parcelas da população em situação subumana.

Coutinho ainda esclarece que os próprios Marx e Engels colocaram como exigência do socialismo “que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos” (COUTINHO, 1984, p. 18-25, 39). E foi esse grupo – que trouxe para debate um novo viés do comunismo – que se uniu em torno do *VOZ DA UNIDADE* na tentativa de atingir e conquistar toda a sociedade brasileira, levando suas teses para além dos comunistas.

Para essa corrente renovadora, a presença de diferentes ideias e conceitos de democracia entre as correntes políticas representantes dos interesses populares e os da massa trabalhadora era algo “normal e até saudável” (Ibid). Entretanto, o que deveria unir os oposicionistas era, eminentemente, “a luta pela conquista e consolidação de um regime de liberdades político-formais” que colocasse definitivamente o fim ao regime de exceção (Ibid), ou seja, ao regime militar que ainda dominava no ano de 1980. Nessa medida, o jornal *VOZ DA UNIDADE* se coloca como uma espécie de ágora, promovendo o debate das questões democráticas e das reivindicações que estavam na ordem do dia da sociedade civil brasileira, primando pela unidade nessa luta, mas não significando a completa homogeneização de pensamentos (Ibid), e que através da livre conscientização política de cada um, houvesse a livre conscientização política de todos.

Nessa conjuntura – buscando ter voz cidadã e unidade doutrinária e ideológica – que o PCB lança o seu jornal. Para seus militantes, o trabalho com o *VOZ DA UNIDADE* era um “elo material do vínculo político e ideológico com o Partido” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 438, p. 8, de 24 a 30 março de 1989). A publicação inicia-se nos marcos da luta pela legalização do Partido, luta que somente seria vencida em 1985 com a recuperação de seu registro partidário. Mesmo o PCB estando ainda ilegal, o *VOZ DA UNIDADE* foi claramente identificado como o órgão informativo oficial do Partido, com seus colaboradores identificados por seus nomes verdadeiros e não por codinomes, como em períodos anteriores (ABREU, 2001a, v. 5, p. 6103).

Dessa forma, na década de 80 o PCB, ainda que buscando manter-se alinhado com o ideário comunista – que via no interior do movimento a ideia de revolução como sinônimo de uma ruptura brusca e radical com a ordem econômica, política e social dominante – tinha grande preocupação com a questão democrática, tentando deixar para trás seu perfil combativo e encapsulado e adotando uma faceta de conciliação, diálogo e entendimentos com o governo da época. A novidade era, então, ser conciliador em detrimento da postura anterior de ruptura brusca e radical. E procurando inserir-se na realidade política brasileira do momento, o *VOZ DA UNIDADE* declara que chegou para ser o “principal instrumento de organização, propaganda e educação política dos comunistas, porta-voz da orientação política nacional do

Partido e meio unificador de sua ação" (Op. cit. p. 8), objetivando conciliar as forças democráticas do país em prol da reconstrução de um Brasil pós-ditadura, possuindo voz e unidade. Mas essa proposta também aponta para o papel centralizador do Partido, a considerar a função que o PCB se atribui de ser o conciliador e, consequentemente, o enunciador de uma só voz, e ainda por meio de unidade.

O *VOZ DA UNIDADE* vigorou, ininterruptamente, por pouco mais de 11 anos, de março de 1980 até junho de 1991. Entretanto, como consequência da crise interna pela qual passava o PCB e do declínio do sistema socialista no mundo, os dois fascículos de outubro e novembro de 1991 já trazem o título do jornal alterado para *Partido Novo*. Fonte textual com muitos elementos iconográficos, entre fotos e diversas charges, publicou um total de 516 fascículos, sendo editado em formato tablóide, com periodicidade semanal e vendido legalmente nas bancas, na época a Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros).

Este valor, no mês e no ano de lançamento do jornal, representava 7% do salário mínimo, calculado em Cr\$ 2.932,80 (Site do Ministério do Trabalho e Emprego). E apesar de o país ter passado por grandes e expressivas transformações entre os anos de 1950 e 1980, como urbanização, índices elevados de crescimento econômico e avanços no plano social, a partir de 1980 o cenário mudou. Os sinais de desenvolvimento enfraqueceram e vários anos se seguiram de medidas recessivas, afetando grandemente a vida do cidadão, medidas essas que tiveram o seu impacto nos índices de desemprego e nos assalariados com carteira assinada. Não foi à toa que a década de 1980 foi chamada de "década perdida" (FAUSTO, 2000, p. 545-546). Entende-se, então, que, para um jornal porta-voz de um partido político representante do proletariado, cobrar 7% do salário de um trabalhador era um percentual significativo tanto para a classe operária quanto para a sociedade em geral, cidadãos que lutavam contra os altos índices inflacionários e as perdas salariais.

A historiadora Dulce Pandolfi, em seu livro *Camaradas e companheiros*, revela que o Partido, desde seu nascimento até o seu fim (!?), foi alterando sua identidade de acordo com alguns ingredientes: o cenário político do momento, seu vínculo e subordinação ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), suas alianças, seus momentos de clandestinidade e poucos de legalidade. Na década de 80 e início dos anos 90, para se adequar ao processo de redemocratização do país, o Partido reforça seu contorno democrático voltando a ser o "partido do proletariado" e abandonando o "partido da insurreição", ambos instituídos em 1922 (PANDOLFI, 1995, p. 125).

Sempre envolto em dissidências internas, fato que ocasionou o surgimento de outros grupos e organizações de esquerda, no começo dos anos 70 uma questão de estratégia política contra o governo militar interrogou a esquerda brasileira: “a luta contra a ditadura será pacífica ou violenta?” (HISTÓRIA VIVA, p. 20). Muitos militantes, insatisfeitos com a opção do PCB pela via pacífica de negociação, se desligaram do Partido e criaram outras facções voltadas para a guerra, ficando, assim, conhecidos como a esquerda armada (*Ibid.*).

A guerrilha urbana, sendo o resultado dos conflitos internos provindos do PCB, somada ao longo período de clandestinidade em que viveu o Partido, contribuíram para aguçar na sociedade brasileira a imagem de que os comunistas eram revolucionários, subversivos e inimigos da nação. Essa imagem anticomunista, alimentada, em parte, pela própria esquerda armada, e reforçada pelos militares durante o regime, foi um dos motivos que levou o PCB a se construir discursivamente na década de 80 como o Partido “da legalidade e da ordem” (PANDOLFI, 1995, p. 232). E para retornar ao cenário político era necessário desvincular sua imagem de partido guerrilheiro, armado e da insurreição, e para tal o PCB se apresenta com um novo perfil, ou seja, o de conciliador e unificador em prol de uma revolução pacífica que, a princípio, se constituía na conquista de um regime democrático.

Santana (2001, p. 27) explica que o PCB, marcado por perseguições, muitos rachas, e o extenso período em que ficou banido da vida política brasileira, esforçou-se para:

[...] desenvolver um rápido caminho de ocupação de espaços no movimento sindical que lhe servissem como instrumentos para contrabalançar sua condição de partido ilegal e o credenciar como força ativa no cenário político nacional. O partido buscava articular como podia as duas inserções. [...] a organização fazia de seus vínculos com a classe operária e seu suposto ou real controle sobre os sindicatos um elemento importante de sua tentativa de: primeiro, se manter no sistema político – tendo em vista as inúmeras pressões para o seu banimento –; depois, quando efetivada a sua ilegalidade, voltar por um caminho alternativo para dentro do sistema.

Não é sem interesse, então, que o jornal enuncie na primeira página de seu fascículo de lançamento a matéria “Metalúrgicos unidos defenderão sindicato: Ministro Macedo não passará à história” (VOZ DA UNIDADE, nº 1, p. 1, de 30 de março a 5 de abril de 1980), fazendo valer, assim, a ligação original que ainda possuía com a classe operária, sempre buscando ser o representante político dos trabalhadores brasileiros, posição (e hegemonia) que seria disputada com um outro grupo político recém fundado em 1980 (10 de fevereiro): o Partido dos Trabalhadores (PT).

1.2) O PCB e o seu “outro”

“General, o homem é muito útil. Sabe voar, sabe matar.
Tem, porém, um defeito: Ele sabe pensar”

(Bertolt Brecht, citado por Voesem *Vozes sociais citadas e sobrepostas*, 2002)

Nos estudos do Círculo de Bakhtin, “a linguagem verbal” é sempre considerada como um acontecimento entre sujeitos. Para este grupo, o diálogo não é apenas “a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN apud MARCHEZAN, 2006, p. 117). Esse caráter dialógico da linguagem, conhecido como dialogismo, consiste em que todo o dizer tem necessariamente em si a presença do “outro”. Não há como expressar nossa posição, quer seja ideológica, política ou cultural, sem correlacioná-la com outras posições; e é por esta razão que podemos introduzir em nossas palavras as palavras alheias, fazendo com que um enunciado seja “repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1992, p. 316).

Na verdade, considerando os princípios bakhtinianos, nenhuma palavra pode ser tomada como nossa, mas como “o ponto de intersecção de muitos diálogos, cruzamento das vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas” (BARROS apud PEDROSA, 2007, p. 56). Nos estudos da linguagem, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 1986, p. 32). Ele está aberto a “situações que o provocam, [...] a consequências por ele ocasionadas, mas igualmente “à repetição, à transformação, à reativação [...], a [outros] enunciados que o precedem e o seguem” (Ibid).

Assim, compreendemos que no contexto bakhtiniano a palavra diálogo é entendida

[...] como reação do eu ao outro, como reação da palavra à palavra de outrem, como ponto de tensão entre o eu e o outro, entre círculos de valores, entre forças sociais. A essa perspectiva interessa não a palavra passiva e solitária, mas a palavra na atuação complexa e heterogênea dos sujeitos sociais, vinculada a situações, a falas passadas e antecipadas (MARCHEZAN, 2006, p. 123).

Como já mencionado anteriormente, o perfil revolucionário do Partido Comunista Brasileiro chegou até nós devido às suas origens com o movimento anarquista e, mais tarde, com a Revolução Russa de 1917. O socialismo anarquista, sendo avesso a “estruturas burocratizadas e hierarquizadas de organização (HISTÓRIA VIVA, p. 30), se diferenciava grandemente do socialismo marxista. Este possuía, além de uma doutrina rígida e totalitária, uma centralização muito desenvolvida (DUVERGER, 1987, p. 36). Assim, no início do século XX, e com a posterior fundação do PCB, ser comunista era não ser anarquista.

Já na segunda metade do século XX, no 20º Congresso do PC da União Soviética (PCUS), em 1956, foi divulgado o documento que levaria o mundo comunista ao espanto, embaraço e decepção: o Relatório Kruschev. Nikita Kruschev – na época, primeiro-ministro e chefe do PCUS – denunciou em seu relatório os crimes, as arbitrariedades, a violência e o culto à personalidade vigentes no governo de Stalin (1922-1953). Aqui no Brasil, houve grande desilusão com o modelo soviético, fazendo com que muitos militantes se desligassem do Partido (HISTÓRIA VIVA, p. 47).

As deliberações dos órgãos dirigentes passaram a ser contestadas, levando o PCB a perder o “monopólio da doutrina marxista” e a presenciar o aparecimento de outras organizações socialista-marxistas (Ibid), sendo uma delas o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB.

Criado em fevereiro de 1962 por ex-dirigentes do PCB, afastados do Partido em 1961 em decorrência da crise provocada pelo debate em torno do Relatório Kruschev, o PCdoB defendia uma ação política de confronto com os países capitalistas e a luta armada para a implantação do regime socialista no país, em oposição ao que vinha propondo o PCB, ou seja, a via pacífica para a revolução brasileira (ABREU, 2001a, v. 4, p. 4279-4280). A partir de então, novos embates discursivos passaram a existir. O PCB acusava a nova agremiação de sectária, dogmática e fracionista (SALES, 2002, p. 160), criticando-a por ainda estar apegada “à orientação errônea do passado” e resistindo “à modificação dos métodos já condenados”, promovendo, assim, nova cisão e conflitos dentro do Partido. Já o PCdoB impunha à direção do Partido Comunista Brasileiro o peso de ter “traído os princípios marxista-leninistas”, declarando-se, inclusive, o “verdadeiro partido do proletariado” (Ibid, p. 159-160).

Ambos os partidos, na busca por coesão ideológica e doutrinária, e cada um disputando o legado comunista brasileiro instituído desde 1922, reconheciam no mesmo o seu “outro”, uma vez que tanto o PCB quanto o PCdoB reivindicavam para si o posto de representante oficial do proletariado. Segundo Pollak (1989, p. 9), é através da memória – “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” – que é possível definir e reforçar sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais entre diferentes coletividades, e os partidos políticos estão nesse bojo. Pois a constante referência ao seu passado (do partido político) “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis (Ibid).

Após a divulgação do Relatório Kruschev, e na tentativa de saldar os erros cometidos pela orientação política soviética, em 1958, através do documento histórico conhecido como a Declaração de Março, o PCB decide pela estratégia da via pacífica, democrática e de massas na transição do sistema capitalista para o socialista, determinando a ruptura do grupo identificado dentro do Partido como stalinista.

O Partido compreendeu que:

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade [...] em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e extraparlamentar (Declaração de Março de 1958, p. 10).

Neste extrato da Declaração de Março, o PCB busca romper (mais uma vez) com o que lhe associava a um partido personalista e despótico, o chamado stalinismo, negando-lhe, assim, um caráter democrático. Mas discursivamente reitera seu perfil revolucionário, ainda que pacífico, granjeado por caminhos legais e democráticos de luta. Rompendo, então, com o dogmatismo soviético, os comunistas aceitaram pela primeira vez “a tese da possibilidade de coexistência pacífica, internacionalmente, de regimes diferentes, capitalismo e socialismo” (HISTÓRIA VIVA, p. 47).

Na Declaração de Março, o PCB ratifica esta posição afirmando que:

O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas antiimperialistas e democráticas no Brasil. A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, à libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional. Estas condições são especialmente favoráveis à aplicação de uma política externa independente e de paz, em benefício da emancipação econômica da nação. Uma política desta ordem, que muitos países do mundo capitalista já praticam, encontra o apoio de poderosas forças que atuam no cenário mundial. [...] Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo por um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antiimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira (Declaração de Março de 1958, p. 5 e 11).

Ser comunista em 1958 era, então, não ser um stalinista, mas um engajado político que, apesar de ainda considerar os “princípios universais do marxismo-leninismo como síntese

científica da experiência do movimento operário mundial”, deveria, sobretudo, conhecer as “particularidades concretas do próprio país” e fazer a revolução através de uma política de paz, diálogo e entendimento (Ibid, p. 12). Se até então o Partido, condenando os crimes praticados no governo de Stalin, excluía os stalinistas de sua concepção de partido democrático (e tudo o que este nome – stalinistas – representava em termos de socialismo de tipo autoritário), a partir do golpe de 64, muitos militantes comunistas dissidentes do PCB dão lugar à guerrilha urbana na conquista do poder e derrubada da ditadura, fazendo com que os opositores do Partido o vissem como o “perigo comunista” (PANDOLFI, 1995, p. 10) e o exército armado. E a censura política instaurada no regime militar serviu ainda mais para incitar na sociedade essa visão de que os comunistas representavam uma ameaça para o país, pois além de serem vistos como um perigo para a nação, também eram considerados “maus brasileiros” (MARIANI, 1998, p. 120), uma vez que, por causa da luta armada, eles eram noticiados nos jornais da época como bandidos e assassinos (Ibid, p. 125).

E buscando construir-se como um Partido (sempre) novo, o PCB excluía de seu discurso qualquer antívalor para si, ou seja, aquilo que ele não queria para sua boa imagem de Partido democrático, negando ser um grupo político voltado para a rebelião sangrenta, stalinista e ditador, mas comprometido com o caminho pacífico da revolução brasileira.

Na década de 70, com a instauração da ditadura e inexistindo o “discurso dos” comunistas, a imagem do Partido é construída, pela imprensa de referência (e esta, sobretudo, controlada pelo governo militar), através de uma rede interdiscursiva (a memória do dizer) que traz denominações como: “agitadores comunistas, líderes revolucionários, terrorista, representante do partidão de Prestes, catequistas a soldo de Moscou...” (MARIANI, 1998, p. 124-125), evocando os momentos históricos do país nos quais, de alguma forma, o PCB esteve inserido.

Mas em 1979, já iniciado o processo de desagregação do regime militar (CODATO, 2005, p. 83), o Partido coloca a sua preocupação em realizar uma renovação interna e se tornar um partido legal, tanto no que se referia à obtenção de seu registro partidário – saindo da longa clandestinidade – quanto ter a sua voz legalizada, voltando a atuar na grande política e a influir no processo de redemocratização do país.

Para Carlos Nelson Coutinho (1984, p. 48) as “tarefas da renovação democrática” aconteceriam em dois planos principais. Primeiro, “conquistar e depois consolidar um regime

de liberdades fundamentais”, trabalhando a “unidade com todas as forças interessadas nessa conquista”. E em segundo, promover as alianças necessárias visando ao aprofundamento da “democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular” (Ibid). Esta nova concepção explica-se. Essencialmente, no âmbito da esfera político-institucional, a democracia consiste em uma forma política definida pela faculdade de conviver e de acolher os conflitos, “legitimando-os pela institucionalização dos partidos e pelo mecanismo eleitoral” (CHAUÍ, 1980, p. 149), considerando que a existência de um partido único gera a impossibilidade para a prática democrática. E acompanhando a política de abertura, a *Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos* extinguiu, em dezembro de 1979, o bipartidarismo que, até então, era composto pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de ocasião, e pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição, sinalizando a possibilidade de serem formalizadas novas agremiações políticas, dando espaço ao pluripartidarismo (FAUSTO, 2000, p. 506).

E inserido nesse processo de renovação democrática, o *VOZ DA UNIDADE* publica em sua primeira página, sob o título “O que pretendemos”, os seus objetivos, e que de igual modo são os objetivos do PCB, enunciando que veio para **ajudar, romper, contribuir, enfrentar, aberto à participação das grandes massas, lutar, e cumprir a sua missão** (*VOZ DA UNIDADE*, nº 1, p. 1, de 30 de março a 5 de abril de 1980).

Por outro lado, o porta-voz do Partido apresenta os seus “outros”: [...] **privilégios dos monopólios, banqueiros e latifundiários [...], [...] privilégios e o controle exercido pelas multinacionais na economia brasileira [...], [...] pressões por parte dos poderosos** (Ibid). O Partido, além de se colocar como um igual ao povo, solidário em lutar por suas reivindicações econômicas, sociais e trabalhistas, ainda traça o perfil de seu opositor: o regime ditatorial-militar da época, que ainda governava, e os capitalistas com seu lucro exacerbado, uma vez que a partir de 1980 os índices de crescimento econômico declinaram fortemente, tornando os brasileiros assalariados mais pobres e aumentando os níveis de desemprego (FAUSTO, 2000, p. 545-546). E no esforço de demarcar sua inserção e objetivos políticos, o PCB manifesta seu vínculo histórico com o socialismo marxista e a democracia, composição que marcou o processo de formação de seu pensamento político, o que ilustra a afirmação de que a linguagem não é neutra, “mas atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada” (BAKHTIN apud MUSSALIM, 2001, p. 127).

O Partido Comunista Brasileiro chega, assim, aos anos 80: reconhecendo estar em crise e precisando de mudanças. No **VOZ DA UNIDADE** de 11 a 18 de dezembro de 1981, em matéria intitulada “Do Partido que temos ao Partido que queremos”, publicada no suplemento especial DEBATE, o PCB coloca sua preocupação em realizar uma ação pela “via da política, da análise concreta da realidade brasileira e da luta aberta pela legalização do PCB”. O jornal afirma que:

Precisamos de um PCB que assuma sem dubiedades e vacilações a democracia. Que saiba compreender – despindo-se de todo e qualquer sectarismo ou doutrinário – a defesa da democracia não como uma moda intelectual, um desvio oportunista de direita ou eurocomunismo, mas como uma imposição da realidade do mundo contemporâneo e, em particular, do Brasil, onde a conquista da democracia política representará uma verdadeira revolução. Que saiba compreender a democracia com valor permanente e como expressão concreta da luta histórica do movimento operário, como a própria razão de ser da organização deste movimento em partido político.

Semanticamente, revolução significa um movimento abrupto contra o poder estabelecido. Mas, segundo o extrato acima, o regresso dos direitos políticos e sociais merecia, uma “verdadeira revolução”, ou seja, quebrar o antigo sistema político (o bipartidarismo) e trazer à cena o novo do pluripartidarismo. Impulsionado pela “força histórica” da democracia ascendente, a revolução proposta pelo Partido na década de 80 se constituía da “liberdade política como afirmação das reivindicações e movimentos sociais” (HISTÓRIA VIVA, p. 101), desafio que acabou sendo disputado pelo surgimento de um novo – e “outro” – representante da esquerda, o Partido dos Trabalhadores, alterando a dança das cadeiras na busca pela hegemonia partidária no cenário político brasileiro, e levando o PCB a mais uma vez demarcar sua identidade, sua voz e sua unidade.

1.3. O porquê do título **VOZ DA UNIDADE**

Historicamente é conhecido que voz e unidade comunistas foram severamente reprimidas durante a ditadura. Quem não lia (e obedecia) a cartilha dos militares era considerado suspeito, perigoso e até mesmo criminoso. Entre 1964 e 1969 foram expedidos instrumentos ditatoriais – atos institucionais – que permitiram ao regime exercer, “na prática, sua fé fascista e antidemocrática” (SOARES, 1995). A deposição do Presidente João Goulart não fora o único objetivo do “movimento político-militar”. Sua meta fundamental era combater a “subversão e a corrupção”, e, com igual ou maior força, a “infiltração comunista [...] em todos

os setores da vida nacional”, tornando o PCB um Partido cassado politicamente e caçado impetuosamente (ABREU, 2001a, v. 1, p. 418 e 420).

A ditadura, aqui no Brasil, foi governada pelos AIs, atos institucionais que varreram os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Ao todo foram promulgados dezessete AIs que concederam um alto grau de centralização ao regime militar referente à política e à administração do país (Ibid, p. 418). Com a decretação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, que segundo a crônica política foi o “golpe dentro do golpe” (PILAGALLO, 2004, p. 65), o Presidente General adquiriu plena liberdade de (co)ação, com poderes sem limites para exercer, independente de qualquer apreciação judicial, medidas repressivas, arbitrárias e antidemocráticas. Qualquer sinal de oposição e resistência seria duramente reprimido, reduzindo a sociedade brasileira à total impotência e a qualquer forma de representação civil, ou seja, silenciando sua voz e expressão. Ao contrário dos atos institucionais anteriores, o AI-5 não possuía um prazo determinado para a sua vigência. Foi somente ao final do Governo Geisel e início do Governo Figueiredo (1979), com a política de abertura, que a liberdade de imprensa e a voz dos brasileiros foram novamente restaurados no Brasil (SOARES, 1995).

O Estado ditador implantou no país medo, violência e silêncio da voz cidadã, agindo contra pessoas e instituições opositoras a ele. Assim, entendemos que há momentos na sociedade em que procedimentos de “exclusão” e “interdição” – a palavra proibida – atingem o discurso e a linguagem, quer seja esta oral ou não (FOUCAULT, 2006, p. 9).

Michel Foucault conclui que:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Ibid).

E com a deflagração do golpe militar e a instauração de seu governo, a grande preocupação naquele momento era com a “força da palavra” e a propagação de ideias revolucionárias ou, segundo os “homens do poder” militar, subversivas, fato que poderia “desequilibrar a ordem imposta” (CARNEIRO, 2002, p. 21). A “intelligentsia” (NOVINSKY, 2002, p. 31), considerada a vanguarda intelectual ou artística de qualquer país, composta por integrantes da esquerda, era uma constante ameaça para as “autoridades oficiais que viam o

intelectual e o profissional de imprensa como cidadãos perigosos e, se comunistas, desde há muito, tanto mais temíveis" (Op. cit.).

E para obter o fortalecimento do poder totalitário é necessário calar qualquer dissidência e controlar a sociedade em todas as suas esferas, existindo somente uma verdade – a oficial – que não admite “pluralidade de pensamento” nem a “livre iniciativa” (NOVINSKY, 2002, p. 31). O controle da informação, do debate público e da circulação de ideias foi inerente ao regime de 64, desde sua implantação até a sua liberalização, iniciada, parcialmente, no Governo Geisel.

Para sobreviver, a esquerda brasileira se viu obrigada a rever suas razões e motivações. Conforme já relatado, após o golpe houve grande êxodo de militantes insatisfeitos que saíram do PCB e “se organizaram como núcleos de resistência armada, alguns até como embriões de novos partidos revolucionários” (HISTÓRIA VIVA, p. 14), causando, mais uma vez, muitas cisões no Partido e minando profundamente a sua unidade.

O sintagma **VOZ DA UNIDADE**, escolhido pelos dirigentes do PCB para compor o título do porta-voz oficial do Partido após o período de exceção, simboliza bem a oposição aos anos de chumbo e de censura arbitrária que transcorreram durante a ditadura. Logo após o seu lançamento, na edição de 08 a 14 de maio de 1980 (página 3), o informativo publica o artigo “Que Voz querem os comunistas?”. Neste texto, o **VOZ** enuncia que “há um interesse vital no debate”, e que seu objetivo quanto à unidade era “buscar o máximo de homogeneidade e coesão possível”.

O jornal ainda afirma que:

Devemos reconhecer, antes de mais nada, que ao aparecer com face própria, subordinada a uma orientação clara, a **Voz** (grifo do jornal) está simplesmente atendendo a uma imposição do próprio movimento democrático, que hoje exige, dada a complexidade por ele adquirida, que as diversas opiniões que o integram apareçam com clareza e autonomia. Assegura-se a unidade na medida em que cada opinião buscar acima de tudo representar o movimento político em seu conjunto, sem qualquer sectarismo. É por isso que, como jornal da classe operária, a **Voz** (grifo do jornal) não se pode relacionar de forma estreita com os problemas desta classe: tem que expor e examinar **todos** (grifo do jornal) os problemas democráticos, ser um órgão do conjunto da democracia brasileira. Em outros termos, para ser fiel à sua própria orientação, o jornal deverá buscar o diálogo franco com as demais correntes de pensamento, abrindo suas páginas à livre manifestação destas.

O *VOZ DA UNIDADE*, em oposição ao regime e ao dispersar-se, tinha como objetivo cardeal dar a palavra – o direito de voz – para um contingente de sujeitos sociais que – até aquele momento e por causa do Estado ditador – não era contemplado por outros veículos de comunicação, e, indo além e por esta razão, com pretensões de unidade, embora ressalte que quer dar espaço para o debate. Finalizando este artigo, o jornal afirma que “poderá se impor como um legítimo interlocutor da luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil”.

O jornal, na maioria de seus fascículos, traz a palavra inicial de seu título – *VOZ* – em vermelho. A cor vermelha, na memória política, é considerada a cor da ação, da imposição e dos processos revolucionários (GUIMARÃES, 2001, p. 121). O vermelho se opõe ao branco, oposição eterna e histórica que representa a divisão parlamentar entre esquerda e direita. É a cor favorita de Karl Marx, da extinta União Soviética, do Exército Vermelho da China e da cartilha de Mao-Tsé-Tung, o livro vermelho. A cor vermelha está muito ligada às manifestações e reivindicações populares quando orientadas por grupos políticos. Por esta razão, e em se tratando do comunismo, o vermelho está diretamente associado a indivíduo ou instituição da ex-URSS, imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas e ideológicas. O título *VOZ DA UNIDADE* nesta cor mobiliza os sentidos daqueles que pertencem, apóiam ou simpatizam com a revolução bolchevique, e daqueles que são de esquerda, quer comunistas ou socialistas, ao mesmo tempo em que evoca no “outro” – seu opositor – o sentido de que este grupo é inimigo da nação e, ainda, um partido da rebelião e ligado à Revolução Russa.

Na edição de nº 298 (de 16 a 22 de maio de 1986) a legalização do Partido se refletiu na apresentação formal do *VOZ DA UNIDADE* que incorporou a foice e o martelo ao seu logotipo, símbolos que atravessaram gerações representando a ditadura de proletários e camponeses, integrantes da Revolução Russa. Segundo Brait e Melo (2007, p. 72), ao analisar um “enunciado verbo-visual”, ou seja, “imagens (cores, figuras, lugar que ocupam no espaço enunciativo, etc.) e seqüências verbais inteiramente [...] interatuantes”, podemos entender o “projeto discursivo” do locutor, e em nosso estudo o dos comunistas.

Essas escolhas verbo-visuais, que são adotadas pelo porta-voz do PCB, têm direta relação com a posição e o perfil do próprio Partido. A cor vermelha funciona como sua marca e seu (ainda) vínculo com os fundamentos marxistas, matiz que preencheu todo o título *VOZ DA UNIDADE* durante a sua vigência.

Em outubro de 1988, juntamente com a promulgação da nova Constituição brasileira, o jornal passou a apresentar abaixo de seu título a legenda “Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro”, designação que, segundo Lênin, “é a voz do partido e deve repercutir o essencial de suas teses” (LÊNIN apud MORAES, 1994, p. 62). Mouillaud (2002a, p. 86) afirma que “a propriedade mais trivial do nome-de-jornal é a de ser o primeiro enunciado que um jornal oferece à visão no espaço e no tempo”. Ao intitular-se “Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro”, o *VOZ DA UNIDADE* enuncia um “status” que o remete a um outro nome, àquele do próprio Partido, destacando que o seu título não denomina apenas um jornal, mas um órgão do PCB. Isto deixa patente aos leitores do jornal que ele é o instrumento e a voz do Partido, seu agente e sua fala, seu “locutor autorizado” (Ibid, p. 96-97) e oficial, colocando-se, sobretudo e inclusive, como representante de um “sujeito político coletivo” (COUTINHO, 1984, p. 26): o próprio Partido Comunista Brasileiro.

O espaço gráfico ocupado pelo nome do jornal também faz parte de uma estratégia discursiva para a produção de sentido. As letras em vermelho somadas ao título *VOZ DA UNIDADE* é o primeiro enunciado que é percebido ao se ler o jornal, conclamando militantes e simpatizantes da causa socialista ao engajamento político e social na busca pela redemocratização, enunciando para o país a sua “palavra de ordem” (DOMENACH, 2001): **voz e unidade**.

Sob o título *VOZ DA UNIDADE*, na cor vermelha e com a foice e o martelo alojados em seu nome, existem sentidos e enunciados que trazem à memória a própria trajetória do PCB nas circunstâncias políticas e sociais vividas, sofrendo construções e reconstruções, considerando que os enunciados, segundo Bakhtin (1992, p. 311), não possuem significação, mas sentido, “a emoção, o juízo de valor, a expressão”. Ao dar esse título ao seu porta-voz, o Partido Comunista Brasileiro parte das intenções que norteiam para o todo do enunciado, ou seja, objetivando recuperar aquilo que lhe fora tirado durante o regime militar: a sua voz cidadã e a sua unidade. Na década de 80, para o PCB, poder usar sua voz política e lutar por uma unidade partidária tornou-se, então, a sua verdadeira revolução.

1.4. **VOZ DA UNIDADE**: suas seções e suplementos

O jornal **VOZ DA UNIDADE**, trazido a público pela Editora Juruá Ltda., teve seu início na cidade de São Paulo em março de 1980, vigorando, ininterruptamente, até junho de 1991. Inaugurou, mais tarde, sucursais nacionais em diversas cidades e capitais do país, e no exterior, em Portugal e Itália. Valendo-se do “verão da abertura” (PILAGALLO, 2006, p. 12) e da liberalização do regime militar, sua chegada foi comemorada em grande festa popular. O palco para este evento foi o picadeiro do Circo dos Bancários, onde teve desde a famosa barraca de churrasco até discursos de líderes comunistas. Com a extinção do AI-5 no primeiro dia de 1979 e a sanção da *Lei da Anistia*, em agosto do mesmo ano, muitos exilados políticos retornaram ao Brasil (Id., 2004, p. 95), fazendo com que a volta dos “irmãos do Henfil” creditasse maior importância ao lançamento do **VOZ**, ofertando ao momento um ar solene de comemoração cívica.

Neste sub-item destacamos que, para dar uma ideia abrangente da composição do jornal durante o período em que vigorou, interessa-nos uma recuperação geral de seções e temas publicados, além do *corpus* analisado nesta dissertação, e que está apresentado no **Capítulo 3**.

Os primeiros integrantes que participaram da fundação do jornal eram ligados ao eurocomunismo, segmento que via para além das reflexões teóricas e da prática política um “modo dialeticamente novo” de conceber a relação entre democracia e socialismo, deixando de lado a “via burocrática dos stalinistas” e afirmando ser esse novo matiz do comunismo um “movimento de restauração e de renovação” (COUTINHO, 1984, p. 19 e 114), buscando, inclusive, a independência das lideranças do bloco comunista oriental. Já na fundação do jornal podemos observar uma forte linha de construção discursiva sob a égide da mudança e do novo.

Compondo o seu primeiro Conselho Editorial, o **VOZ DA UNIDADE** teve lideranças comunistas, algumas, inclusive, históricas, como Armênio Guedes, secretário de Luís Carlos Prestes e um dos redatores-chave da *Declaração de Março* (1958); Lindolfo Silva, um dos fundadores e primeiro presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização vinculada ao PCB e que em 1963 se transformaria na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); e Gildo Marçal Brandão como primeiro editor-chefe do jornal, atualmente cientista político, professor da USP e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

O *VOZ DA UNIDADE* deu continuidade à tradição do Partido de dispôr de um jornal próprio para veicular suas posições doutrinárias e ativar “sua participação no jogo político” (MORAES, 1986, p. 7). O semanário acompanhou o fim da ditadura e a transição do poder para os civis. E publicou em suas edições temas e acontecimentos que estavam em relevo na época, noticiando fatos referentes a essas transformações. Mas também trouxe a público história e memória do Partido bem como da Revolução que o originou. O *VOZ*, além de refletir o curso político, social e econômico que o país estava tomando a caminho da tão almejada democracia, igualmente mostrava os debates internos do Partido frente aos (antigos e...) novos anseios da sociedade brasileira que também respirava ventos de mudança.

Em seu primeiro ano de vida, o *VOZ DA UNIDADE* trazia seu editorial na primeira página. No mundo jornalístico, o editorial é considerado como o ponto de vista da empresa responsável pelo jornal, ou de seu redator-chefe, em relação a determinado assunto. A partir da edição de número 3 (de 17 a 23 de abril de 1980), o “nome-de-jornal” e o título-tema do editorial de determinada semana passaram a ser impressos na mesma cor vermelha, evidenciando que no editorial residia a posição do Partido atinente às questões nacionais e internacionais, ou seja, a voz do PCB. Em seu editorial, o jornal veiculava temas diretamente ligados às questões política e social, buscando incentivar a intervenção das massas no processo de abertura.

Em 1980, suas seções eram distribuídas em: **cartas, política, sindicalismo, economia, educação, internacional, cultura, questões da mulher cidadã e esportes**. Estas seções eram fixas no jornal; entretanto, conforme a urgência e a importância da notícia, outros temas eram somados ao corpo do *VOZ* como, por exemplo, energia nuclear, violência, terrorismo, habitação, movimentos urbanos e direitos humanos, sem faltar, é claro, matérias sobre a história do Partido e de suas ações políticas no decorrer dos anos de sua existência. Destacamos que é interessante observar a estréia de matérias para a mulher e uma seção destinada a elas, iniciando espaço para as lutas de gênero no campo político.

Esta divisão em temas diversos e amplos, que integram e afetam a vida diária dos cidadãos, faz parte do caráter totalitário dos partidos comunistas. Isto porque o objetivo fundamental do marxismo é fornecer “um sistema total de explicação do mundo”, funcionando como uma “filosofia completa, um método de pensamento”, um conjunto pleno de doutrinas para a realidade social de seus militantes, fazendo com que em “todos os fatos isolados, em todos os domínios, ali encontram seu lugar e sua razão de ser” (DUVERGER, 1987, p. 154). Os diversos temas trazidos pelo jornal também se constituíam em mais um espaço para a discussão

sobre a unidade do Partido e o diálogo com outras correntes democráticas de oposição ao governo militar, espaço também para as lutas discursivas.

As primeiras **cartas** de leitores que foram publicadas no **VOZ** traziam cumprimentos calorosos, votos de êxito e manifestações de alegria pelo lançamento do jornal. Mais tarde, foram se incorporando correspondências tratando de temas políticos, sociais, comunitários e até mesmo solicitação para o envio de fascículos que não foram obtidos pelo leitor e notas de falecimento de militantes comunistas.

Na edição de número 37 (**VOZ DA UNIDADE**, de 12 a 18 de dezembro de 1980) o jornal faz um convite para a “Festa Nacional da Voz”, evento de encerramento do ano e que teria como “objetivo principal [...] levantar recursos para manter” sua circulação no ano vindouro, e também fazer “um balanço das lutas políticas travadas” em 1980 (Ibid, p. 1). Mas a festa foi proibida por uma determinação anônima, e a Superintendência da Polícia Federal julgou que se tratava de uma “promoção coordenada por um órgão de imprensa de notória vinculação com uma organização partidária proscrita” (Ibid), ato que foi considerado pelas correntes democráticas como mais uma grave e violenta ação arbitrária do regime (que ainda vigorava) contra a democracia e as liberdades civis dos brasileiros. Este acontecimento fez com que a seção de **cartas** recebesse muitas correspondências, e de diversos segmentos, expressando solidariedade ao **VOZ DA UNIDADE**, sendo estas publicadas em páginas inteiras do jornal. Declararam seu apoio ao **VOZ** desde Miguel Arraes (Executiva Nacional do PMDB), Chico Buarque, Ivete Vargas até Movimentos Feministas e a Liga dos Direitos dos Povos da Itália.

Na seção de **política**, o **VOZ DA UNIDADE** trazia matérias sobre reforma partidária, liberdade e diálogo democráticos, legalização do PCB, manifestações contra a ditadura, e o entendimento e a unidade entre os partidos de oposição ao regime, ação considerada pelos comunistas como uma tática influente para destituí-lo definitivamente do poder. Mas a grande tônica refletida nas edições de 1980 foi a luta pela formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, incumbida de elaborar uma nova Carta Magna para o país (FAUSTO, 2001, p. 286), aquela que seria aclamada a Constituição cidadã, reunindo “em seu texto as aspirações de segurança, desenvolvimento, direitos, participação política e democracia (RIBEIRO, 2007b, p. 287). As bandeiras da Constituinte e da democracia impulsionaram o PCB na busca por sua legalidade, disposição que levou o Partido a um maior diálogo com as demais opiniões, objetivando promover a unificação da classe operária e da frente democrática (**VOZ DA UNIDADE**, nº 6, p. 3, de 08 a 14 de maio de 1980).

A luta pela democracia e a unidade das categorias trabalhistas também eram apregoadas na seção de **sindicalismo**. Como representante do proletariado, o PCB coloca nas páginas de seu jornal matérias que interessavam a todos os grupos sindicais, desde os médicos, bancários, agricultores, ferroviários, jornalistas e docentes até os portuários, petroquímicos, funcionários públicos e trabalhadores do campo.

Mas, buscando unir as forças de oposição ao regime, nas páginas do **VOZ** os metalúrgicos do ABCD paulista tiveram, à parte, uma posição de destaque na seção de **sindicalismo**. A luta da classe operária, segundo Brandão (1997, p. 190), vinha ampliando-se desde 1952, e, com o crescimento do movimento sindical, toda uma geração de líderes operários foi-se forjando, conduzindo as organizações sindicais ao fortalecimento (*Ibid*). Este fato tornaria a voltar ao cenário político com o acirramento das lutas do operariado do ABC paulista contra o regime militar, movimento que levou à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

O **VOZ DA UNIDADE** publicou muitas matérias divulgando seu apoio a esta categoria, editando, inclusive, em seu fascículo inaugural um artigo intitulado “A força dos metalúrgicos” (**VOZ DA UNIDADE**, nº 1, p. 4, de 30 de março a 5 de abril de 1980). Forjado e fortalecido nas lutas e greves sindicais dessa região – considerada como um importante pólo industrial do Estado de São Paulo – o Partido dos Trabalhadores (PT) atraiu para o seu bojo “intelectuais, militantes de esquerda, religiosos católicos, estudantes e uma parcela da classe média” (PILAGALLO, 2006, p. 13-14), inclusive, alguns comunistas.

Entretanto, a projeção que o Partido dos Trabalhadores teve no cenário político brasileiro tornou-se algo inesperado para o PCB. Tendo granjeado para a sua composição social um número de militantes comunistas, o PT foi considerado por estes como uma “perspectiva de ação independente para o movimento operário e para os trabalhadores em geral” (WEFFORT, 1986, p. 83). O que o PCB iniciou em 1922, ou seja, ser o representante político do proletariado brasileiro, em 1980 o PT conquistou, sendo pela sua “relativa inserção no movimento organizativo dos trabalhadores”, adquirida nas grandes greves do ABC paulista, e apresentando “disposição para buscar sua hegemonia” (SANTANA, 2001, p. 200) no campo das esquerdas brasileiras, fato que fez com que o PCB passasse, então, a dividir com o PT a representação política dos trabalhadores no cenário nacional.

Marco Aurélio Santana (Ibid, p. 214) conclui que:

Se no período pós-1945 o PCB trafegou, de certa forma, tranqüilo nas faixas sindicais e de representação dos trabalhadores, tendo de lidar ou com grupos bastante minoritários, ou com um PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] que não oferecia problemas maiores nas disputas, de forma organizada, na base. Após o golpe, com um certo *tampão* (grifo do autor) colocado sobre a disputa e a repressão fazendo vítimas em todos os níveis e escalas, o partido teve de lidar também com grupos que ou não se jogaram em contato direto com os trabalhadores ou, se o fizeram, não tinham o grau de expressão e amplitude conseguido pelo então *Partidão* (grifo do autor). Agora, o quadro se modificava sobremaneira. Os grupos representados no interior do *sindicalismo autêntico* (grifo do autor) e no PT seriam adversários de envergadura e disposição que o PCB jamais havia enfrentado. E serão estes mesmos grupos que acabarão por superar o PCB no espaço político e sindical, conseguindo ocupar o papel que outrora pertencia ao *Partidão* (grifo do autor).

O PT nasceu do crescimento e da articulação dos movimentos sociais (Ibid, p. 237), circunscrevendo seu lugar no cenário político mais como um porta-voz dos trabalhadores (uma vez que teve sua experiência no sindicalismo metalúrgico) do que como um condutor das massas. Diferentemente seria o PCB. Inserido nos dogmas leninistas, o Partido, “ainda que baseado nos movimentos e nas reivindicações da classe, deveria servir como condutor e agenciador dessas demandas”, atingindo “um grau de generalidade que precipitasse a mudança social” (Ibid), ou seja, a conscientização dos cidadãos para a implantação de um governo socialista no país.

Esse embate entre o PCB e o PT no campo sindical começou antes mesmo da fundação deste último. Após a extinção do AI-5, e iniciado a descompressão do regime, os setores empreendidos nas reivindicações dos trabalhadores brasileiros retornaram à luz, trazendo seu posicionamento em relação à nova “cena política nacional” (Ibid, p. 215). Iniciava-se, então, entre esses grupos, e principalmente entre o PCB e o PT, a disputa na conquista da classe trabalhadora e a liderança no que se refere à sua representação. Era importante, então, que o órgão oficial do PCB construísse discursivamente a sua posição. Nesse sentido, tornou-se vital que o Partido anunciasse a alteração de modelos antigos pela nova concepção democrática, investida do diálogo e unificando a oposição.

As reivindicações salariais de uma categoria estão diretamente vinculadas à política econômica do país, sendo este um assunto que interessa a todos os cidadãos. A seção de **economia** do **VOZ DA UNIDADE** publicava matérias que falavam sobre desemprego, controle da inflação, combate à recessão, a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI), pressões dos banqueiros e a especulação contra o povo e o trabalhador. Isto se explica. No Governo Geisel (1974-1979) houve resultados satisfatórios no campo da política econômica. O produto

interno bruto (PIB) – indicador que revela o valor de toda a riqueza gerada no país – expandiu à taxa média de 6,9% ao ano e as exportações e importações continuaram a crescer. Porém, a inflação e o aumento da dívida externa foram às alturas (QUINTELLA, 2008, p. 18), e a correção dos salários de ano em ano contribuiu “para agravar o descontentamento dos assalariados” (FAUSTO, 2000, p. 498). Essa situação continuou no Governo Figueiredo (1979-1985), acometendo o país de uma forte recessão em 1981 e 1983, e acelerada inflação, levando ao desemprego muitos trabalhadores (Op. cit., p. 19).

O jornal, nesta seção, também publicava considerações de comunistas estrangeiros em relação às transformações do mundo e ao movimento operário, objetivando levar a classe proletária à conscientização de seus direitos e, como saldo positivo desta postura, à participação no processo de abertura política. Muitos líderes comunistas saíram do movimento estudantil universitário. Os partidos de esquerda costumam atrair para a composição de seu quadro social segmentos “de escolaridade elevada, estudantes, intelectuais em início de carreira ou relativamente marginalizados no campo cultural” (HISTÓRIA VIVA, p. 85). A seção de **educação** trazia artigos sobre a luta pelo ensino superior público e gratuito, verbas para este, greves, docentes, artigos sobre pensadores na educação (como, por exemplo, Jean Piaget, falecido em setembro de 1980), movimentos, encontros e unidade estudantis e muitas matérias sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE), estimada como “herdeira da mais heróica tradição de lutas da juventude brasileira” (VOZ DA UNIDADE, nº 23, p. 8-9, de 05 a 11 de setembro de 1980). Para propagar o comunismo, segundo Lênin, não bastava apenas “agitar e catequizar a classe operária”, mas era “preciso ir a todas as classes da população [...] passando da agitação à educação política” (DOMENACH, 2001). O **VOZ** afirma, inclusive, que “os universitários comunistas [é] a mais antiga corrente política do movimento estudantil”, possuindo certa percepção crítica para analisar, inferir e atuar no processo democrático (Op. cit.), participação que foi reprimida e silenciada no governo militar.

Mas com o fim do regime, o jornal buscou integrar-se em todas as áreas inerentes a um partido político, e os assuntos internacionais não poderiam ficar excluídos. Na seção **internacional** o **VOZ** trazia matérias sobre Cuba, o socialismo em outros países, presidentes comunistas no exterior, sobre a (ainda) União Soviética, e temas que estavam em destaque na época, como, por exemplo, a guerra entre o Irã e o Iraque iniciada em 1980, e a libertação de alguns países do regime ditador que, até então, os dominava.

Contra a dominação, e também como uma forma de engajamento e conscientização cidadã, os comunistas usufruem a cultura para tratar e discutir as questões sociais e políticas do país. Na seção de **cultura** o jornal traz a público a divulgação de livros comunistas, peças teatrais que continham em si a discussão sobre o autoritarismo e a repressão, militantes intelectuais comunistas (escritores, pintores...), censura, cinema denunciativo e cultura popular no Brasil, incluindo matérias sobre o marxismo e programas de TV que, de alguma forma, suscitavam o debate democrático sobre algum tema da realidade cotidiana brasileira.

A libertação da mulher e sua expressão mais conhecida – os movimentos feministas – cresceram grandemente nas duas últimas décadas do século XX. Em 1980, elas estavam em franca participação na vida do país, engrossando o número das categorias dos “novos movimentos sociais” (SANTOS, 1994, p. 221). Na seção **questões da mulher cidadã**, o jornal procurava informar sobre reuniões de grupos femininos e temas pertinentes a elas, como aborto e participação política. Apesar de essa seção ter publicado poucas matérias no ano de 1980, a atuação da mulher aparecia em destaque em muitas outras do próprio jornal, reafirmando sua inserção política e cidadã.

A seção de **esportes**, além de falar sobre os Jogos Olímpicos de 1980 (realizados em Moscou), futebol (é claro... não poderia faltar), campeonato brasileiro (exaltando as potencialidades do nosso), trazia também matérias que incorporavam semanticamente o aspecto político, como foi o caso das edições: de 01 a 07 de agosto de 1980 – “Povo faminto não ganha Olimpíada” (p. 8); de 22 a 28 de agosto de 1980 – “Renascem as esperanças” (p. 16) e a de 26 de setembro a 02 de outubro de 1980 – “O medo acabou” (p. 16).

Na AD o discurso é visto como uma prática, ou seja, para apreender sua regularidade discursiva não se analisam seus produtos, mas as condições de sua produção (ORLANDI, 1993, p. 55), fazendo com que o discurso seja considerado um “objeto histórico-social” (Ibid, p. 17). Assim, as palavras constroem o sentido na formação discursiva em que foram produzidas.

Em 1980, falar de esperanças renovadas e que o medo acabou caracterizavam um discurso inserido em uma formação discursiva de abertura política, volta à democracia e à descompressão do regime militar, mobilizando os sentidos de liberdade cidadã e retorno dos direitos civis ao povo brasileiro, mas também evoca sentidos silenciados, ou seja, a censura que preencheu toda a vigência do governo militar no país, entre atos violentos e ditoriais, entre o medo e a falta de esperança.

No decorrer dos anos, e buscando acompanhar a evolução e as tendências do mundo jornalístico, mas sem esquecer a sua função de “prática comunicacional alternativa de efeito ideológico” (MORAES, 1986, p. 8), o jornal alterou, algumas vezes, as suas seções. Em fevereiro de 1981, o editorial migrou da primeira página para a de número 3, ladeado por outra seção intitulada Opinião/Nacional. Ambos inseridos no tema **política**. Mas esta ordem nas seções costumava variar.

Já em todos os fascículos dos anos de 1988 e de 1989, ilustrando a sua inserção nas questões de seu tempo, e relacionando fatos históricos que enaltecem a luta contra a opressão e governos despóticos, o **VOZ DA UNIDADE** trouxe em sua última página, respectivamente, textos referentes aos 100 anos da abolição da escravatura no Brasil (1888-1988) e sobre o centenário da proclamação da república. Nesses dois anos, o jornal também editou um suplemento intitulado **Voz Sindical**. Com o fortalecimento do movimento sindical e o ascenso político do PT, os trabalhadores operários fabris e das indústrias, e até mesmo os aposentados dessas categorias, ganharam um espaço extra nas páginas do **VOZ**.

1989 também foi o ano de eleição presidencial, fim do Governo Sarney (1985-1989). E acompanhando este momento o jornal passou a editar a seção **sucessão**. Mesmo não trazendo notícias sobre o Partido na primeira página, o **VOZ** publicava assuntos referentes à economia, sindicatos, trabalhadores, e, em alguns números, trazia matérias de opinião sobre esses temas, demonstrando seu esforço em participar de questões relevantes para a política brasileira.

Como acontece com todo jornal, no fascículo de número 239 (de 02 a 08 de março de 1985, p. 3) foram anunciadas mudanças no projeto gráfico do **VOZ**. As inovações consistiam em: redução substancial do tamanho das matérias (com o máximo de 60 linhas), decisão fruto de estudos e debates que considerou que aquelas excessivamente longas acabariam tornando-se desinteressantes para o leitor; padronização de textos, o que implicaria na reelaboração das matérias que chegavam das sucursais e dos colaboradores; e matérias assinadas de caráter opinativo que poderiam ser publicadas ou não, sem, contudo, haver reelaboração destas.

Essas providências foram no sentido de atender a “inúmeras críticas, sugestões e opiniões individuais e coletivas de companheiros e leitores da Voz”. O jornal pede, inclusive, a compreensão de todos os colaboradores que voluntariamente vinham ajudando a sustentar e desenvolver a imprensa comunista (**VOZ DA UNIDADE**, nº 240, p. 2, de 09 a 15 de março de

1985). A preocupação do jornal não era apenas com sua inclusão – como porta-voz do PCB – no mundo da esquerda brasileira, mas igualmente ajustar-se às regras do mundo jornalístico.

Nos cinco primeiros fascículos de 1991 – último ano de vida do jornal – o *VOZ DA UNIDADE* trouxe o caderno **Tribuna de Debates**, no qual vários militantes comunistas teciam considerações, análises e ideias sobre a renovação do Partido e seu futuro, interrogações e questionamentos que seriam discutidos em seu IX Congresso. Após a realização deste evento, na edição de 15 de junho, o jornal divulga a “Declaração Política” do PCB já aprovada. No item II (p. 5) o *VOZ* afirma que “a nova época e o novo mundo que está surgindo determinaram novas formas de luta de classes, colocando a questão da guerra e da paz acima de todas as demais”. Sem dúvida, a “nova época e o novo mundo” deram lugar ao jornal **PARTIDO NOVO**, título escolhido como substituto do *VOZ DA UNIDADE* e tendo sido publicado unicamente em dois números, fato que precedeu o racha no histórico PCB, em 1992, e anunciou o fim do jornal *VOZ DA UNIDADE*.

Apesar de chegar ao ano de 1980 com sua força militante fragilizada, o Partido Comunista Brasileiro lança seu porta-voz oficial *VOZ DA UNIDADE* afirmando sua condição de representante da classe trabalhadora brasileira, comprometido com todas as lutas democráticas e populares do país. Mas o PCB não contava com a consolidação e destaque de um “outro” representante da classe operária na cena política, o PT. Este acontecimento levou o Partido a uma nova luta: a disputa pela hegemonia partidária no campo das esquerdas brasileiras.

2. QUADRO TEÓRICO QUE SUSTENTA A MINHA VOZ

Apresentaremos neste capítulo o conjunto teórico-metodológico que irá fundamentar a análise de nosso objeto de pesquisa: o jornal *VOZ DA UNIDADE*. Para isto, adotamos os conceitos da Análise de Discurso francesa (AD) que vê o discurso em uma ação transformadora e participante da vida humana, constituindo os atos sociais e igualmente sendo constituído por eles. O projeto da AD se inscreve em um objetivo político, e é a Lingüística que oferece mecanismos para abordar tal política, considerando que é na linguagem que o ideológico, o político e o histórico se instalam e se constroem (MUSSALIM, 2001, p. 101-102), trabalhando a “temporalidade do texto” (ORLANDI, 2004, p. 55) e os sentidos que dele procedem. Os conceitos escolhidos foram aqueles que julgamos mais pertinentes para compor nossa análise, a saber: ideologia, memória, discurso e interdiscurso, e os de vozes e polifonia, ressaltando que a articulação dos conceitos teóricos adotados é uma eleição pessoal para esta pesquisa.

Nosso estudo se insere no paradigma da pesquisa qualitativa, trabalhando especialmente com o segmento verbal dos dados. A pesquisa qualitativa procura entender as interações sociais, seus embates e soluções possíveis dentro de um espaço temporal ou histórico, analisando, para isto, a construção verbal dos dados. A pesquisa qualitativa objetiva tratar das construções da realidade – suas próprias construções – e daquelas que encontra no campo e nos grupos sociais que estuda, contemplando o contexto discursivo no qual os enunciados ocorrem (FLICK, 2004, p. 27-28, 45).

O jornal *VOZ DA UNIDADE*, lançado, então, como órgão oficial do PCB na década de 80, seu porta-voz, servirá de base para a compreensão das formações discursivas do Partido durante a vigência da publicação. Entendemos que a formação discursiva em AD compreende os enunciados que podem e devem ser ditos a partir de uma dada posição em determinadas situações sociais, no caso do *VOZ*, a transição política com a saída dos militares do governo e o processo de redemocratização do país.

2.1. A Análise *francesa* de Discurso (AD)

Desde a Antiguidade o texto tem um lugar privilegiado de reflexão e análise no âmbito dos estudos da Filologia, da Gramática, da Retórica e da Dialética. A grande Biblioteca de Alexandria (Egito) – uma das maiores bibliotecas do mundo antigo – acredita-se que tenha sido fundada no início do século III a.C. e possuído um acervo em mais de 400.000 rolos de papiro.

Era o local de conhecimento e saber. Sua intenção era “encyclopédica”, ou seja, reunir num mesmo lugar todos os livros da Terra: presentes ou passados, gregos e bárbaros (JACOB, 2000, p. 45). Com este extenso número de textos, e de diferentes tradições, havia a necessidade de interpretá-los, classificá-los, catalogá-los e comentá-los. A difusão dos enunciados e dos saberes, e em seguida sua reutilização e transformação em novos escritos, eram tarefas importantes dos filólogos alexandrinos, atividades que deram início aos estudos do texto como objeto de pesquisa e avaliação crítica.

Para Michael Alexander K. Halliday, lingüista e professor australiano, a vocação natural da linguagem é ser texto (apud ORLANDI, 2006, p. 9). Ela é imanente ao homem, sistema de signos e seu meio natural de comunicação. Ao unirmos palavras soltas, a princípio sem qualquer ligação entre elas, e formarmos sentenças coerentes num entrelaçamento de ideias, já estaremos aí fazendo nascer um texto. Mas em se tratando da AD, o texto – que pode ser tanto falado quanto escrito – é visto como unidade de sentido no processo de análise, ou seja, é analisando o texto em sua discursividade, em seu funcionamento com a sua exterioridade que podemos apreender como ele produz sentido (Ibid, p. 16). Por isto ele é considerado como um “objeto lingüístico-histórico” [...] sendo “um processo que se desenvolve de múltiplas formas em determinadas situações sociais” (Ibid, p. 22).

Mas também podemos desmembrá-lo segundo as diversas categorias que se apresentam para sua análise. As gramáticas e o método de se estudar a língua são diferentes em épocas, em tendências e em autores, e foi exatamente pensando que há muitas maneiras de se significar que os estudiosos passaram a se aprofundar na análise da linguagem como discurso, dando origem à Análise de Discurso (Id., 2005, p. 15).

A AD francesa nasceu em uma ocasião de rompimento vigoroso com os padrões estabelecidos na época. Ao final dos anos 60 uma outra França começava a se agitar. Um movimento de contestação, de luta contra o poder vigente tomou vulto e contagiou todo o país. Nessa inquietação social e política, a maioria dos insurgentes era adepta das concepções esquerdistas, comunistas ou anarquistas, acreditando que o levante revolucionário do momento seria a oportunidade e o caminho para repelir antigos valores da velha sociedade, inclusive – e principalmente – ideias sobre o ensino e o saber, era o *Maio de 68*.

Sob a influência de estudantes em protesto, praticamente todos os setores da sociedade francesa se envolveram em certa medida, e milhares de pessoas começaram a questionar todo princípio hierárquico, atacando alguns dos principais pilares da civilização contemporânea: a sociedade de consumo, o caráter divino da Universidade e de outras fontes da cultura e da ciência capitalista, e a divisão exacerbada entre trabalhadores manuais e intelectuais. E a linguagem reapareceu com força, descontinuando algo novo, jovial e sedutor, fato que seria impossível não acontecer, pois é ela que dá corpo às nossas ideias e aos nossos sentimentos. E foi nesse solo fértil que surgiu, em 1969, a Análise de Discurso francesa, desatando os laços com o estruturalismo histórico que via os fatos lingüísticos a partir das concepções saussurianas de estrutura e de sistema, dando um novo enfoque e roupagem ao tema discurso, estendendo seu significado para além do conhecimento lingüístico, ligando-o diretamente ao histórico e ao político.

A gênese da AD aconteceu, então, pelas mentes (e mãos) de dois pesquisadores franceses: Jean Dubois (lingüista e lexicólogo), envolvido com os acontecimentos da Lingüística de sua época, e Michel Pêcheux (filósofo francês, 1938-1983), interessado nos debates em torno das ideias marxistas, da psicanálise e da epistemologia. Ambos foram atraídos pelo conjunto teórico do marxismo e da política, compartilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social. E foi nesse entramado campo de reflexões que nasceu o projeto seminal da Análise (francesa) de Discurso.

Michel Pêcheux fundamentou-se criticamente em Saussure para elaborar a noção de discurso, reconhecendo neste autor o ponto de origem da ciência lingüística. Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi um lingüista suíço cujas teorias muito contribuíram para o desenvolvimento da ciência lingüística, e seu pensamento estimulou grande parte dos questionamentos que vieram constituir a Lingüística do século XX. Antes de Saussure, a língua era vista e considerada apenas como um conjunto de signos, estável e puro. Em sua teorização, esse autor elaborou um divisor entre *langue* (língua) e *parole* (fala), separação esta que seria profícua às reflexões de Pêcheux.

Para Saussure, a *langue* é um sistema de signos que se opõem uns aos outros e que está armazenado como um produto social na mente de cada locutor de um determinado grupo, possuindo homogeneidade e, por isto mesmo, vindo a constituir o objeto da Lingüística propriamente dita. Já a *parole* é vista como um ato “individual de vontade e de inteligência”,

subjetivo e “no qual convém distinguir as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua em vista de exprimir seu pensamento pessoal” (ROBIN, 1977, p. 24).

Quebrando o vínculo com o estruturalismo clássico que figurava na França como o real paradigma de constituição das ideias e do mundo, Pêcheux passa a defender que é na linguagem que a ideologia se manifesta em seus efeitos. Esse autor afirma que a linguagem não é transparente, sendo um sistema sujeito a ambigüidades, passível de equívocos e de percorrer diferentes sentidos. Em suas reflexões, Pêcheux apresenta o discurso como um campo onde acontecem os processos de identificação dos sujeitos, funcionando como mediação necessária entre o homem, sua realidade e mundo. Nessa perspectiva, o discurso – considerado, então, como “ato social” – é o lugar simbólico onde habitam os “conflitos, reconhecimentos, relações de poder [e] constituição de identidades” (ORLANDI, 1993, p. 17).

Pêcheux parte da concepção de Saussure e trabalha mesclando o lingüístico ao social, ao histórico e ao ideológico. Em AD, a língua não é vista apenas como um código que leva a mensagem de uma pessoa a outra, pois em seu quadro teórico é no

[...] funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, [que] temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, e não meramente transmissão de informação. [...] As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2005, p. 21).

Esses sentidos resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do próprio discurso, dentro de determinados contextos sociais. Daí advém a relação do discurso com a sua historicidade. Em AD, historicidade não é um conjunto de fatores que constitui a história, mas sentidos que trabalham em um constante movimento pendular que podem ser ora apagados ora resignificados.

Sobre a linguagem, Pêcheux propôs uma nova forma de reflexão que não aceita o conformar-se nas evidências e no lugar já-feito, ou seja, sua proposta recai na arte de refletir na tessitura da linguagem, falada ou escrita, aquilo que não está explícito ou diretamente expresso: o não-dito. Assim, a AD se preocupa e se detém nos “entremeios” do discurso, levando em conta, eminentemente, o enlace da história com a língua, diáde que constitui a materialidade específica do discurso (PÊCHEUX, 2006, p. 8), e é por esta razão que ela é considerada uma “disciplina de entremeio”. O filósofo francês afirma que “todo enunciado é intrinsecamente

suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro" (Ibid, p. 53), e é nesta fronteira que a AD trabalha.

O trabalho da Análise de Discurso é "extrair sentidos dos textos" e responder à questão "como este texto significa?" (ORLANDI, 2005, p. 17). Assim, é no discurso que podemos observar o trabalho da ideologia e da língua se materializando, reforçando sentidos já sedimentados na memória ou deslocando esses mesmos para outros "processos de significação" (Ibid, p. 36).

2.1.1. A ideologia no marxismo e na AD francesa

"Uma ideia é forte, verdadeira e significativa
se sabe tocar aspectos essenciais da vida
de um determinado grupo social, se consegue
clarear a posição fundamental deste
ou daquele grupo na luta de classes [...]"

(Voloshinov, citado por Miotello em *Ideologia*, 2007)

O conceito de ideologia também é fundamental para o trabalho do discurso na AD. Ela é uma forma constitutiva necessária entre linguagem e mundo, funcionando em uma relação de refração, sendo que ambos – linguagem e mundo – têm um efeito imaginário e simbólico de um sobre o outro.

O termo ideologia surgiu, em 1796, como uma tradução direta da nova palavra francesa *idéologie*. Foi proposto naquele ano pelo filósofo francês Destutt de Tracy, e, segundo ele, ideologia representava a filosofia da mente ou a ciência das ideias (WILLIAMS, 1981, p. 126). Mas, consoante as motivações e os objetivos de cada um, este tema suscitou muitas discussões e diferentes pontos de vista.

No campo da política, a palavra ideologia está diretamente ligada a movimentos democráticos ou socialistas, e no século XIX ser um ideólogo era equivalente a ser um revolucionário, algo que acometia somente "rapazes impetuosos e entusiastas insanos" (Ibid, p. 127). Mas a percepção de ideologia como ilusão, falsa consciência, irrealidade ou realidade confusa é predominante no trabalho de Marx e Engels. Engels acreditava que as ideologias eminentes – a filosofia e a religião – foram mais deslocadas de interesses materiais do que de

ideologias vindas diretamente da política e das leis. Eles acreditavam que a ideologia deveria concentrar sua preocupação a partir dos processos reais da história – história da luta de classes – inspirando o homem a pensar conscientemente as suas condições sociais.

Para Karl Marx, ideologia é um conjunto de ideias e conceitos que corresponde aos interesses de uma classe social. Segundo ele, de modo pragmático, “as formas ideológicas são expressões das mudanças nas condições econômicas de produção”, e essas mudanças devem levar em conta as formas legal, política, religiosa, estética ou filosófica e, em menor grau, a ideológica (Ibid, p. 128). A ideologia findaria – afirmou Engels – quando o homem apreendesse suas reais condições de vida e, consequentemente, seus reais motivos. Isto o levaria a uma consciência genuinamente científica, colocando-o, assim, em contato com sua realidade e mundo. Para os fundamentos marxistas “a idade de ouro está ante nós, a era da sociedade sem classe, a era do fim da exploração do homem pelo homem, a era da prosperidade e da felicidade”. O comunismo considera os “homens comuns” e “sua pureza original”, uma vez que é o capitalismo que os corrompe, e é através da “soberania da razão e da ciência” que a classe operária destituirá o “Estado burguês” (DUVERGER, 1987, p. 298-299), ação que se constitui em sua verdadeira ideologia.

Em AD, ideologia aparece, em termos discursivos, como o efeito da relação necessária da língua com a história, (re)produzindo e (re)significando os sentidos. Isto significa que palavras e expressões “recebem o seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (ORLANDI, 2006, p. 17), e o sentido das proposições afeta o sujeito que utiliza a linguagem. O sujeito em AD é visto como descentrado, dividido, clivado entre consciente e inconsciente, pois a ideia de que ele é a fonte ou origem de suas palavras quebra-se quando o “outro” torna-se parte de seu dizer, dizer este que oscila ora entre o **eu** ora entre o **tu**, em uma relação dual nos meandros da identidade e da alteridade.

E os sujeitos no discurso são constituídos através da interpelação ideológica. Todo indivíduo social só pode ser agente de uma prática se ele se revestir da forma-sujeito (ALTHUSSER apud ORLANDI, 2006, p. 18), ou seja, é o sujeito que se desdobra (inconscientemente) assumindo posições no discurso. Desta forma, para a AD, não há como pensar os sentidos e o sujeito sem pensar a ideologia, pois é na linguagem que ela se materializa.

Nesta formulação, o discurso torna-se o observatório da relação entre língua e ideologia. Pêcheux definiu que a história está na língua, considerando que os fatos históricos existem sob efeito de interpretação (FERREIRA, 2003, p. 191). E a ideologia é vista, a partir da linguagem, trabalhando como um mecanismo estruturante do processo de significação. Para o fundador da AD, nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes, e nem o mundo diretamente apreensível quando se trata do simbólico, “pois o vivido dos sujeitos é informado [e] constituído pela estrutura da ideologia” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2005, p. 49). Se o sujeito não se submeter à língua e à história ele não se constitui e não produz sentidos.

Sabemos que não há neutralidade no mais simples enunciado. Estamos constantemente, mesmo que incôncios ou sem prestar muita atenção, envolvidos com os sentidos, o político e a ideologia. Não há como não interpretar, não ajuizar nossa opinião em tais e tais situações, sobre esse ou aquele assunto. Em nosso quadro teórico, a ideologia se liga, indissociavelmente, à interpretação como fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta (se) significa no discurso.

Tudo o que dizemos possui um traço ideológico que, por sua vez, põe-se em relação a outros traços ideológicos, traços estes que se materializam na linguagem, constituindo o discurso um “continuum” na cadeia enunciativa (ORLANDI, 1993, p. 18-19). Essa relação pressupõe transversalidades e conflitos culturais que afetam o próprio discurso, fazendo com que os sentidos tenham seu processo de constituição (e de significação) como algo eminentemente histórico, e que “só podem ser lidos se atrelados à teia intertextual que o constitui e que produz e faz falar efeitos” (ROMÃO e PACÍFICO, 2006, p. 18), processo este conhecido como interdiscurso. O interdiscurso trabalha em uma rede de formações discursivas, e estas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas que lhes correspondem. As formações ideológicas são determinadas historicamente, considerando que o discurso é construído pela realidade e esta igualmente o constrói.

Michel Pêcheux reverteu completamente o conceito de discurso para novos e diferentes espaços: o político e o histórico, e igualmente refutou as concepções de ideologia até então aceitas. Segundo Orlandi (2005, p. 15), “o trabalho simbólico está na base da produção da existência humana”, pois é na AD que se procura compreender a língua como mediação essencial entre o homem e as suas realidades: natural, social e histórica.

2.2. A voz e o discurso da memória

“O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”.

(Changeux, citado por Le Goff em *Memória*, Enclopédia Einaudi, 1984a)

História e memória estão intimamente interligadas desde a formação do homem. A história, além de mapear os acontecimentos da sociedade, tem a missão precípua de observar as mudanças que a afetam. Ela carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias. Já a memória é sempre uma (re)construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Após os estudos de Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês, este tema passou a ocupar um lugar eminentemente privilegiado no campo das pesquisas sociais.

O clássico e póstumo livro de Halbwachs, *A Memória Coletiva*, trouxe-nos um estudo para além da sociologia clássica. Na verdade, esta obra reúne uma série de manuscritos do autor que trazem reflexões suas sobre as memórias individual, coletiva e histórica, tempo e espaço, publicados após 1938. Nesta época, a memória era considerada primordialmente como um fenômeno individual e subjetivo. Mas Halbwachs desatou o nó que ligava a memória de maneira unívoca à faculdade humana de seu laime com o passado. Considerando-a sobretudo como um resultado de representações coletivas construídas no presente, sua função é manter coeso o grupo e o sentimento de pertencimento entre seus membros, não pela força ou imposição, mas pela adesão afetiva e similar aos pares, inserindo-a, inclusive, no campo da construção social.

Mas, além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas, personagens que, por sua vez, igualmente nos constituíram, perpetuando, assim, sentimentos e “imagens” que constroem a substância de nosso pensamento mais íntimo (HALBWACHS, 1990, p. 28): as nossas reminiscências. O sociólogo francês realizou vários estudos que contribuíram para a compreensão dos quadros sociais que, segundo ele, compõem a nossa memória, a saber: a família, a escola, o trabalho, os grupos de interesses comuns, enfim. Para ele a memória aparentemente mais particular remete a um grupo, sendo a linguagem um dos elementos mais importantes que afirmam o caráter social da memória. As trocas entre os membros de um grupo – lembrar e narrar – se fazem por meio de linguagem. Mas a memória também é seletiva, considerando que “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203), pois refleti-la como uma “reconstrução racional do passado” nos conduz a um “posicionamento político [...], a um foco de resistência no seio das relações de poder” (GONDAR, 2005, p. 16),

levando-nos a lembrar aquilo que nos afeta e aquilo que nos aponta “caminhos possíveis”, em um embate sem fim entre as “forças da lembrança [e...] as forças que impelem ao esquecimento” (Ibid, p. 22 e 25).

Sendo a linguagem o instrumento socializador da memória, ela trabalha reduzindo, unificando e aproximando – em um mesmo espaço cultural – vivências tão diversas como o sonho, as lembranças e as experiências. E no desejo de perpetuá-los, pois o “instante é fugaz” (OLIVEIRA e ORRICO, 2005, p. 73), lançamos mão das marcas “que nos ficam na instância memorial”, pois são justamente elas – as lembranças – “que nos salvam trazendo aquilo que precisamos manter e continuar, e o esquecimento nos ajuda a deixar para trás o que não queremos ou não precisamos” (Ibid).

Assim, Oliveira e Orrico (Ibid, p. 73-74) afirmam que:

A linguagem é uma das principais faculdades humanas e os estudos relacionados à memória, associados àqueles referentes à própria linguagem, mostram que a relação entre as duas tem seu papel na nossa manutenção. O termo manutenção deve ser tomado aqui em sentido amplo: a manutenção do sujeito social, do grupo e da comunidade como tais, a manutenção do Estado como entidade identificável para aqueles que nele se referenciam, assim como as instituições, que acabam por legitimar as relações sociais. Por isso, os estudos que relacionam expressividade humana e memória terem hoje um caminho nas análises empreendidas na materialidade discursiva, seja esta escrita, oral, ou imagética.

Desta forma, lembrar é uma (re)construção a partir de nossa atitude em relação a experiências e acontecimentos do passado que comumente manifestam-se na linguagem, seja verbal ou imagética, evidenciando a interação social do indivíduo com a memória e com o seu meio (BARTLETT apud SANTOS, 2003, p. 53-54).

Com o estudo da memória social – ora em retração, ora em transbordamento – podemos analisar os problemas dos tempos e da história. Nas sociedades atuais, os meios de comunicação desempenham um papel mediador na relação dos sujeitos com as transformações de seu cotidiano, produzindo sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos. A mídia jornalística aponta para aqueles fatos da atualidade que devem ser memoráveis no futuro, revestindo-os de importância histórica e social, tornando-se um verdadeiro “lugar de memória” da contemporaneidade (RIBEIRO, 2007a, p. 7).

O semanário *VOZ DA UNIDADE* é um fragmento da memória política e social do Brasil e das transformações ocorridas com o desmanche do regime na década de 80. Surgiu para expressar uma “corrente de pensamento” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 1, p. 1, de 30 de março a 5 de abril de 1980), ou seja, os preceitos e as doutrinas marxista-leninistas e dar voz ao (ainda ilegal) Partido Comunista Brasileiro. Mas acabou se tornando em um registro da memória nacional, noticiando acontecimentos políticos e o surgimento dos “novos movimentos sociais” (SANTOS, 1994) do momento, bem como assuntos que interessavam a todos os cidadãos brasileiros, quer fossem estes comunistas ou não.

Buscando articular a abertura política em que o Brasil se encontrava, incentivando um debate amplo e democrático de seus problemas fundamentais, o *VOZ* patrimoniou assuntos da reconstrução política que estavam em discussão no país. E a representação das ações sociais – ou seja, a reprodução de textos, sons e imagens ou o isolamento de algum objeto – já configura o primeiro estágio do processo seletivo para a formação das memórias, podendo tornar-se, inclusive, “documentos do social” (DODEBEI, 2001, p. 60).

Os “documentos do social” nos trazem vestígios (informações, notícias, imagens, sons, artefatos, monumentos) que podem vir a integrar a construção da história e da memória, servindo para preservar, interpretar e entender ambas. Assim, afirma Dodebei, “a memória é [...] retida por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal, memória individual, quer na esfera pública, memória coletiva” (*Ibid*, p. 60-61).

O jornal *VOZ DA UNIDADE* passa pela preservação da memória social na busca pelo fortalecimento dos movimentos populares e pela identidade política do Partido, sendo que é no contexto das trocas entre indivíduos e destes com os seus grupos – instituições e sociedade – que são construídas as lembranças. Ao recuperar a história de uma categoria e divulgá-la de forma acessível, democratizando as informações, o trabalhador-cidadão se reconhecerá nessa luta, se contextualizará nessa história e, possivelmente, passará a ter uma inserção mais crítica e participativa na sociedade.

Em seu livro, já mencionado anteriormente, Halbwachs (1990, p. 54-55) faz uma distinção interessante entre duas memórias, chamando-as de interna e externa. Uma é pessoal, a qual ele também denomina como sendo autobiográfica; e a outra, memória social, ou mais precisamente memória histórica. A primeira se apóia na segunda, pois, segundo o autor, “toda história de nossa vida faz parte da história em geral”, são bagagens de lembranças históricas

que podemos ampliar pela oralidade ou pela leitura. Mesmo não testemunhando o próprio acontecimento, podemos ouvir as palavras ou os sinais reproduzidos através do tempo: é a voz da memória.

Halbwachs (*Ibid*, p. 130) conclui que:

Como uma sociedade qualquer que seja poderia existir, subsistir, tomar consciência dela mesma se não abraçasse, num olhar, um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de percorrer o curso do tempo e repassar incessantemente traços que deixou de si mesma? Sociedades religiosas, políticas, econômicas, familiares, grupos de amigos, relações, e mesmo reuniões efêmeras de salão, numa sala de espetáculos, na rua, todas mobilizam o tempo à sua maneira [...]. [...] Certamente, os limites até os quais recuamos no passado são variáveis conforme os grupos, e isto é o que explica que os pensamentos individuais de acordo com os momentos, isto é, segundo o grau de sua participação neste ou naquele pensamento coletivo, atingem lembranças mais ou menos distantes.

Michel Pollak (1992, p. 201) identificou que os elementos constitutivos da memória – individual ou coletiva – são, em primeiro lugar, os “acontecimentos vividos pessoalmente”, e em segundo, aqueles “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”, fato que ele designou por “acontecimentos vividos por tabela”. Desta forma, todas as organizações comunistas, e não somente o PCB, são voltadas para a construção de uma nova sociedade, possuindo um “articulado projeto, uma estruturada memória e uma forte identidade” (PANDOLFI, 1998, p. 21). E aportar na memória do Partido reforça a sua própria identidade, identidade esta que sempre foi construída e alimentada através não só dos discursos, mas sobretudo pelo universo simbólico constituído de objetos materiais, de ritos e de símbolos (*Ibid*).

A cristalização de identidades também passa pelas comemorações. Recordando o passado vivido, essas comemorações – consideradas como “lugares simbólicos” (LE GOFF, 1984a, p. 44) – valorizam a memória que espelha o caráter coletivo do grupo. Abreu (1994, p. 228) afirma que “ao evocar o passado, os agentes envolvidos nessa construção [o] re-criam [...] em função de seus interesses e de suas visões de mundo no presente”. Destituir o capitalismo e implantar uma sociedade comunista foi um dos principais interesses do Partido, e pela sua concepção de mundo a “humanidade caminha de forma irreversível para o comunismo, [assim] o presente existe em função do futuro, e é este futuro que dá forma ao passado” (PANDOLFI, 1998, p. 21), ou seja, através de seus ritos e símbolos o PCB além de manter sua coesão interna, pode disseminar seu *modus operandi* a todos os seus partidários.

Desta forma, comemorar o dia 25 de março, data de fundação do Partido Comunista Brasileiro, reforçava e valorizava seu passado histórico de lutas e resistência contra governos autoritários. Cantar o hino da Internacional Comunista, hastear a bandeira vermelha com o emblema da foice e do martelo eram ações indispesáveis que atuavam como um amálgama, forjando e sedimentando em seus militantes o sentimento de identidade e pertencimento (Id., 1995, p. 75), uma vez que a doutrina comunista se constitui na verdadeira “trama intelectual e moral” da vida de seus partidários, “seu meio de pensar, sua filosofia, sua fé” (DUVERGER, 1987, p. 157). Por isto, não é à toa que o *VOZ DA UNIDADE* tenha publicado muitas matérias sobre a história do Partido. Em seu fascículo inaugural, o jornal trouxe em duas páginas, sob o título “Democracia exige legalidade para o PCB”, um pouco dessa história, mostrando uma foto dos primeiros integrantes do Partido na época da fundação, e uma matéria menor falando sobre as suas origens que vieram do movimento anarquista e da Revolução Russa de 1917 (VER Anexo II).

Assim, ao abordarem o discurso em sua relação com o social, Oliveira e Orrico (2005, p. 87) concluem que “vislumbram-se as possibilidades e a riqueza que sua análise traz para a compreensão das construções memoriais, identitárias e culturais que nações, grupos, povos e comunidades projetaram para si, no presente, e para os demais, no futuro”.

2.3. Discurso e Interdiscurso

“[...] os discursos [...]: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras [...].”

(Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, 1986)

Etimologicamente a palavra discurso comprehende a ideia de “correr para diversas partes, de tomar várias direções”. Assim, em AD, ele é visto como ação, movimento e prática de linguagem, e não meramente como um conjunto de textos. Orlandi (2005, p. 15) afirma que “com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. E justamente por ser um processo em curso é que ele nunca se fecha, ficando sempre incompleto, “sem início absoluto nem ponto final definitivo” (Ibid, p. 10-11).

Pêcheux colocou o discurso em um patamar que excedeu as fronteiras da materialidade lingüística – vocabulário e gramática – estabelecendo um vínculo direto na articulação do histórico, do político e da ideologia, destacando sua ação na vida e nas atividades sociais do ser

humano, e, por isto mesmo, deslocando o discurso para as suas várias direções, sentidos e efeitos.

Nessa perspectiva da AD, os sentidos estão em constante movimento, e só podem ser apreendidos se ligados à rede preexistente dos “já-ditos” que os constitui. A este processo chamamos de interdiscurso, também conhecido como memória discursiva: “conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido” (ORLANDI, 2007, p. 87).

O interdiscurso é aquele que caracteriza as condições nas quais um acontecimento histórico venha a ser suscetível de inscrever-se na continuidade interna da memória. Os jornais, de uma forma geral, imprimem em suas folhas cores, fotos, imagens, tipos de letras, enfim, que, a depender do arranjo gráfico-visual, constroem um efeito de sentidos em seus leitores quando estes lêem as suas notícias. E o efeito de sentidos, em AD, está ligado ao interdiscurso. Para que as nossas palavras tenham sentido é necessário que elas já façam sentido (Id., 2005, p. 31-33), a considerar que todo discurso se engendra na relação com outros, dizeres presentes e dizeres que habitam a memória do dizer, afetando “o modo como o sujeito significa” em uma determinada situação discursiva (Ibid).

Assim, na AD, não há uma essência do sentido, pois ele é sempre uma relação que possui seu vínculo com o conjunto de formações discursivas (ORLANDI, 2006, p. 18). Pensar o discurso em seu funcionamento é ligá-lo à sua contextualidade, ou seja, às suas condições de produção, à sua historicidade: “trama de sentidos” em constante transformação. O interdiscurso advém de uma memória discursiva que trabalha na construção de um discurso, e são os “já-ditos” que trazem à tona, ainda que inconscientemente para o sujeito, formulações feitas anteriormente e já esquecidas, as quais irão determinar o que ele (sujeito) irá dizer. No interdiscurso “fala uma voz sem nome” (COURTINE apud ORLANDI, 2005, p. 34), ela não aparece explicitamente, mas, certamente, está lá.

E como no campo da memória existem implicações éticas e políticas, e as escolhas do que lembrar e do que esquecer jamais são ingênuas, o *VOZ DA UNIDADE* publicou em sua edição de lançamento, ao lado de uma matéria falando sobre as origens do PCB, um relato do golpe de 64. Duas datas que polarizaram de forma marcante a vida do Partido: 1922, sua fundação, e 1964, aquela que calaria a sua voz... por algum tempo (VER Anexo II). A montagem dessas matérias constrói um entremedio discursivo que faz dialogar dois momentos importantes na trajetória política do PCB: sua criação e o seu (pretenso) aniquilamento.

Ao enunciar “Democracia exige legalidade para o PCB”, “Origens: anarquismo e Revolução Russa” e “Golpe inaugura período mais negro no país” (VER Anexo II), o *VOZ DA UNIDADE* rememora (e reconstrói) a luta histórica do Partido contra governos ditadores, sua origem revolucionária e combativa e o golpe que tentou silenciá-lo. As experiências passadas do PCB são presentificadas nesses enunciados, acabando por trazer aos seus leitores a própria memória histórica do Partido.

Halbwachs (1990, p. 79) afirma que “há acontecimentos nacionais que modificam, ao mesmo tempo, todas as existências”. E os dois momentos da vida do Partido enunciados nas páginas de seu porta-voz ilustram bem a afirmação do autor. Os regimes ditoriais que atravessaram nações, desde a América Latina até a Europa e África, envolveram, afetaram e alteraram vidas de forma irreversível. Neste caso, a memória histórica não se limitará apenas a resgatar ou rememorar o passado, mas a explorar sua influência no presente pelos dilemas éticos e morais, tomando o sentido de resistência e de transformação (LOVISOLLO, 1989, p. 17): vivendo para lembrar e esquecendo para viver.

2.4. Vozes e Polifonia

Os termos **vozes** e **polifonia** foram importados da teoria musical para o campo da linguagem por Mikhail Bakhtin (teórico da linguagem e autor russo, 1895-1975). Para a música, polifonia designa um efeito que resulta do conjunto harmônico de instrumentos ou vozes que soam simultaneamente, ou ainda, a combinação simultânea de várias melodias. Bakhtin, valendo-se deste conceito, formulou e fundamentou toda a sua filosofia referente ao caráter dialógico da linguagem. Para o autor, um enunciado está em constante interação com outros enunciados, e esses outros enunciados com os quais ele exerce ação mútua estão presentes nele na forma de vozes. Assim, para Bakhtin, a polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço discursivo, de uma “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis” (BAKHTIN apud BEZERRA, 2007, p. 198). A palavra do **eu** se encontra intimamente em relação com a palavra do **outro**, fazendo com que em um enunciado não haja apenas a voz do locutor, mas, além da sua, muitas outras (diferentes) vozes que se integram em diálogo e em confronto, produzindo novas sínteses e tensões.

Bem antes de Michel Pêcheux (fundador da AD francesa), Bakhtin, vivendo em uma Rússia revolucionária do início do século XX, já havia proposto que “para dizer algo novo, a forma de dizer também haveria de ser nova” (BAKHTIN apud ORRICO, 2007). Segundo Bakhtin (1992, p. 314), a nossa fala – nossos enunciados – está sempre repleta das palavras dos outros, “caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação” em forma de vozes, evidenciando, assim, o que o autor denomina de polifonia. E inserida nesta perspectiva, em relação ao caráter dialógico da linguagem assumiremos os fundamentos bakhtinianos para os conceitos de vozes e de polifonia.

Bakhtin afirma que (1992, p. 294) “o diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal”. Mas as pessoas, em um diálogo, não trocam apenas palavras ou frases, e sim “enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua” (Ibid, p. 297).

Mikhail Bakhtin afirma que:

A oração e a palavra, enquanto *unidades da língua* (grifo do autor), não têm entonação expressiva. Se uma palavra isolada é proferida com uma entonação expressiva, já não é uma palavra, mas um enunciado completo, realizado por uma única palavra (não há razão de convertê-la numa oração). [...] A palavra que adquire, em dadas circunstâncias da vida sociopolítica, uma importância especial, torna-se enunciado exclamativo-expressivo: “Paz!”, “Liberdade!”, etc. (este é um gênero específico do discurso, referente à vida público-política). [...] não lidamos com a palavra isolada funcionando como unidade da língua, nem com a *significação* (grifo do autor) dessa palavra, mas com o enunciado acabado e com um *sentido concreto* (grifo do autor): o conteúdo desse enunciado. A significação da palavra se refere à realidade efetiva nas condições reais da comunicação verbal (Ibid, p. 309-310).

E é nessa comunicação verbal que podemos adotar para com ela, segundo o autor, “uma atitude responsiva ativa”, ou seja, “simpatia, concordância, discordância, estímulo à ação” (Ibid). Bakhtin (Ibid, p. 313-314) explica que “a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro”. Destarte, em um texto jornalístico – mesmo no **VOZ DA UNIDADE** – não existe aquele discurso que não seja entrecortado por múltiplas posições enunciativas, sejam as do enunciador, sejam as daquele que foi silenciado. Ambos são permeados pela voz do “outro”, uma vez que é nos discursos midiáticos, principalmente, que várias vozes coabitam e disputam a hegemonia das representações sociais (RIBEIRO, 2000, p. 41-42). Por este motivo é que, para o teórico russo, o discurso é visto muito mais como uma arena onde as relações de poder são construídas nas (e pelas) estratégias discursivas.

As palavras **voz** e **unidade** impressas no título do jornal do Partido Comunista Brasileiro ganham uma entonação expressiva que vai para além da significação lingüística, ou seja, não pertencente às próprias palavras, mas ao enunciado que lhe atribui significação: momento de abertura política, fim da censura, desmanche do regime, direitos civis recuperados e a busca do PCB pela coesão entre seus militantes e outras frentes de oposição ao governo militar. O enunciado **VOZ DA UNIDADE** toma a perspectiva de quem viveu em uma sociedade sem liberdade de expressão e unidade fragmentada, causando – em comunistas, cidadãos brasileiros e militares – um efeito de sentidos diferente. E esses sentidos são fundamentalmente históricos, ou seja, é a forma lingüístico-histórica (forma material da língua encarnada na história) que produz sentidos (ORLANDI, 2005, p. 19). Isto explica porque algumas publicações (aqui no Brasil desde o século XIX), ligadas a causas sociais, trabalhistas, socialistas ou anarquistas, trazem para o título de seu informativo oficial a palavra voz para compô-lo, uma vez que os militantes desses movimentos reconheciam a importância dos jornais para fazer circular suas reivindicações e trazer, para elas, o maior número possível de adeptos.

Exemplos disto foram: *A Voz do Povo* (1860), *A Voz Operária* (1890), *Voz do Marmorista* (1903), *A Voz do Trabalhador* (1908), *A Voz do Sapateiro* (1915-1922?), *Voz Cosmopolita* (1915-1922?), *Voz do Operário* (1920), e *Nossa Voz* (1923) (BREVE história da imprensa sindical no Brasil, 2005, p. 25-27 e 91-92).

No intuito de recuperar seu lugar de representante político das massas, lugar que havia sido ceifado pelo golpe, e apoiando-se em uma memória discursiva em que vários jornais anteriores se valeram da palavra voz, o PCB como enunciador do discurso sobre si mesmo (através de seu porta-voz **VOZ DA UNIDADE**), almeja galgar espaços de visibilidade e proeminência adequados para quem sempre se apresentou como a vanguarda da classe proletária.

Nas palavras **voz** e **unidade**, o interdiscurso – “a voz sem nome” – trabalha na construção do próprio título **VOZ DA UNIDADE**, ou seja, trazendo à tona formulações feitas anteriormente e já esquecidas, determinando, assim, o que o Partido pretende enunciar perante o novo momento político. Tudo o que já foi dito sobre cidadania, sobre a censura à imprensa, ditadura e regime militar, dissidências e cisão político-partidária estão, de certo modo, significando ali, no título do jornal.

As experiências vividas pelo Partido no regime militar e as muitas lutas internas relativas à sua prática política e formas de atuação – resultando no nascimento de novas agremiações de esquerda – são presentificadas por este enunciado – **VOZ DA UNIDADE** – fazendo com que os sentidos constituídos em comunistas (e militares) venham a ser construídos pela própria voz da memória.

3. O DISCURSO DO VOZ DA UNIDADE: A VOZ FALA... E SE CALA

Apresentaremos neste capítulo a análise da primeira página dos fascículos: inaugural (1980) e dos últimos números do *VOZ DA UNIDADE* que acompanharam o fim do semanário (1991) bem como o racha no Partido Comunista Brasileiro.

Em seu fascículo de lançamento, o jornal *VOZ DA UNIDADE* – aproveitando o processo de abertura política – divulga os objetivos e propostas iniciais do Partido sob o título “O que pretendemos”, apresentando um conjunto de enunciados que fortalecem o seu ideário e que tem as suas bases no socialismo marxista que interpreta a vida social conforme a dinâmica da luta de classes. No entanto, apesar de ainda manter o laime com as concepções de Marx, o PCB igualmente se mostra, em 1980, aberto a alianças políticas e à união com outras frentes democráticas, enunciando uma nova postura política. Este fato deveu-se aos primeiros integrantes do corpo editorial do jornal serem da linha eurocomunista, conhecidos também como renovadores. Os eurocomunistas consideravam que o caminho para o socialismo deveria ser pacífico, democrático e “de acordo com a lógica do desenvolvimento social interno”, descartando as “ditaduras proletárias unipartidárias” e a “hegemonia soviética sobre o movimento comunista internacional” (BOTMORE, 1988, p. 143).

Contrapondo-se à manchete de lançamento, em 1991 o PCB se manifesta nas páginas do *VOZ* como *Partido Novo*, fato surpreendente para a agremiação política que sempre se designou como a vanguarda da classe proletária. O estudo é conduzido a partir da primeira página de cada edição dos anos referenciados, perfazendo um *corpus* de dez primeiras páginas, incluindo as duas últimas edições do jornal já com o seu título cambiado para *Partido Novo*. Nessas primeiras páginas foi feito um recorte considerando somente as manchetes nas quais o próprio Partido enuncia a si mesmo, (re)construindo, após anos de ditadura militar, a sua imagem como sujeito político e representante das massas trabalhadoras. No entanto, como um discurso é também construído em vários enunciados, podemos complementar a análise dessas primeiras páginas consultando outras no corpo do jornal *VOZ DA UNIDADE*, lançando mão de edições posteriores e anteriores em relação ao anos analisados, exemplificando o que Foucault (1986, p. 26) designou de “nó em uma rede” discursiva.

3.1. 1980, ano de lançamento do jornal: o que eles pretendem?

“É preciso assumir que a democracia não é dádiva de senhores do poder, mas sempre produto da luta das camadas sociais exploradas e oprimidas e, inclusive, da esquerda.

(Antônio Rubim, *História Viva*, p. 103)

Nos estudos da linguagem, o enunciado é visto como “unidade de comunicação e de significação” (BRAIT e MELO, 2007, p. 63) necessariamente dentro de situações específicas, fato que Ducrot expôs como “acontecimento histórico” (DUCROT apud BRAIT e MELO, 2007, p. 64). Nos jornais, os enunciados são produzidos e reproduzidos através do discurso noticioso que utiliza fragmentos da realidade, seja para a transmissão de cultura, política, seja para influir ideologicamente na formação da opinião pública. Os jornais falam ao, do e no mundo, e é nesse falar que o discurso, dentro de um determinado contexto, adquire “uma relação de significação entre os interlocutores” (CARDOSO, 2001).

E fazendo uma leitura do presente, o discurso jornalístico se revela como uma “prática social repetidora de certa ideologia”, sendo que, ao mesmo tempo, é transpassado pelas muitas “vozes divergentes” que, não obstante, são constitutivas da história (MARIANI, 1999, p. 111). Trabalhar o discursivo é analisar o processo social cuja especificidade fundamenta-se na materialidade lingüística, apreendendo, assim, a confluência do lingüístico e do histórico (Ibid, p. 109).

A mídia impressa assume o seu “lugar de memória” pelo bem conhecido fenômeno da mediatização (NORA, 1993, p. 8). Mas ser um “lugar de memória” também implica ser um campo de “jogos de força” (GONDAR, 2005, p. 25), lugar de escolhas e procedimentos que preservam, resgatam e transportam para o presente o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. O que deflagra a memória social são “relações e afetos” (Ibid), pois o ato de lembrar e esquecer jamais é inocente, ele trabalha na intencionalidade quanto ao que está por vir.

Após os estudos de Halbwachs, o conceito de memória, produzido no presente, passou a ser uma maneira de pensar o passado vislumbrando o futuro que se almeja, revelando com isto que nossas escolhas estarão (sempre) comprometidas ética e politicamente (Ibid, p. 17). Tais escolhas são construídas na própria linguagem utilizada pelo jornal **VOZ DA UNIDADE**. Entretanto, para a AD, nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes, mas concorrem simultaneamente sob os efeitos do simbólico, ou seja, se não houver o

assujeitamento do indivíduo à língua e à história ele (o sujeito) não se constitui, não fala, e não produz sentidos.

Em AD o sentido de uma palavra, de uma expressão – partes de um discurso – “não existe em si mesmo”. Antes, ele é determinado por posições ideológicas que atuam no processo sócio-histórico no qual essas palavras e expressões acontecem. E elas mudam de sentido segundo as formações ideológicas de cada um, fato reconhecido como “relação de forças no discurso”. Podemos concluir, então, que o lugar ocupado pelo locutor está imerso no processo das significações, conhecido como formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada” (ORLANDI, 2005, p. 43). O indivíduo não possui independência para dizer o que quer, mas enuncia em conformidade com a formação discursiva em que está imerso. Por isto, tanto o idealista e o materialista, quanto o revolucionário e o antidemocrático têm à sua disposição o mesmo sistema de língua, sem que com isso venham a enunciar o mesmo discurso.

A posição ocupada pelo sujeito do discurso, o lugar a partir do qual ele fala é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de sindicalista, suas palavras e proposições significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar de presidente da fábrica. E é em uma sociedade como a nossa constituída por relações hierarquizadas e de força – relações sustentadas no poder de diferentes lugares discursivos – que se constitui a comunicação. Esses mecanismos de funcionamento do discurso trabalham no que é conhecido como formações imaginárias, pois não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções.

Eni Orlandi (2007, p. 87-88) assinala que:

[...] sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. Além disso, é preciso lembrar sempre [...] que o sujeito não tem no interdiscurso nenhum lugar para si, já que “no domínio da memória ressoa uma voz sem nome”, isto é, anônima. O interdiscurso, o dizível não é o sentido, por exemplo, de “colonização” para “x” ou para “y”, é o (grifo do autor) de colonização. Daí seu efeito referencial, sua objetividade. [...] O que despossui o sujeito é o que ao mesmo tempo torna seu dizer possível; é recorrendo ao já-dito que o sujeito ressignifica. E se significa.

Por isto, para a AD, o contexto histórico-social não é apenas uma moldura ou pano de fundo, ou ainda, um simples exterior que trabalha independente, mas age como parte constitutiva na produção de sentidos. E houve um tempo no Brasil em que a única voz que pretendia ser enunciada era a voz da “língua-de-chumbo” (ORLANDI, 2007, p. 98), uma vez que o governo militar impôs uma política de silêncio e exclusão, existindo somente a sua voz.

Em junho de 1964, logo após o golpe, o governo militar criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), ato discricionário no controle dos cidadãos e de sua expressão política e social. O objetivo categórico do SNI era reunir e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna (FAUSTO, 2001, p. 259), agindo mais diretamente sobre os comunistas, vistos como os verdadeiros inimigos da nação, segundo a propaganda militar.

Como um grito, brado, clamor, o PCB lança seu jornal com o sintagma nominal **voz** em realce e em letras grandes. Voz é palavra cheia de sentidos, pois é através dela que construímos os nossos enunciados. Pode significar o som produzido pelas vibrações das pregas vocais, condição imanente ao ser humano; na gramática, a categoria do verbo, constituindo o seu significado, conceito ou ideia; para a música, o tipo de impostação de voz, para Bakhtin, quando este propõe sua medida de dialogismo. Mas, nesse momento, para o Partido Comunista Brasileiro ter voz era resgatar os direitos civis furtados pela ditadura e influir sobre as decisões que afetariam o curso do país e de seus trabalhadores. Já para os militares linha-dura e resistentes à abertura política, a voz – reivindicatória, de denúncia, a voz cidadã – causava desconforto e ameaça, precisando ser ainda controlada e vigiada, fato que se refletiu no início dos anos 80 em ataques com bombas a redações de jornais da oposição e bancas que os vendiam, recebendo estas até mesmo ameaças anônimas. Mesmo assim, a liberalização do regime seguiu lenta e gradual, apesar de... não tão segura.

O termo escolhido para designar o processo de liberalização da ditadura militar serve bem para mostrar o quanto o regime se fechou em si mesmo. A abertura política trouxe novo ânimo, esperança e possibilidade de expressão ao povo brasileiro. Assim, em 1980, com o desmanche do regime, o Partido busca retornar ao mundo da “grande política” por intermédio de sua própria fala no **VOZ DA UNIDADE**.

O PCB, buscando unificar o eleitorado, quer comunistas ou não, em prol da legalidade de “todas as organizações partidárias”, inclusive a sua própria legalidade (*VOZ DA UNIDADE*, nº 29, p. 3, de 17 a 23 outubro de 1980), lança o seu porta-voz oficial *VOZ DA UNIDADE*. Ao constituir o sintagma nominal *VOZ DA UNIDADE* para compor o título de seu jornal, o Partido dialoga com a rede interdiscursiva que prioriza os preceitos marxista-leninistas de imprensa, princípios que priorizam a imprensa como sendo “a consumação da liberdade humana”, “a boca onipresente” (MARX apud MORAES, 1994, p. 59) – voz que deve denunciar todas as injustiças do regime capitalista – e, especialmente a imprensa comunista, possuir internacionalismo operário, ou seja, unidade partidária de seus membros nos quatro cantos da Terra.

O matiz vermelho, cor política considerada representante dos processos e movimentos revolucionários, bem como das ações e reivindicações de oposição, preencheu todo o título *VOZ DA UNIDADE* durante a maior parte de sua vigência como órgão informativo oficial do Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, a primeira página de sua edição inaugural traz o “nome-de-jornal” na cor preta. Outras edições igualmente compuseram o título *VOZ DA UNIDADE* nesta cor, como, por exemplo, os fascículos de 01 a 07 de junho de 1985 (nº 252) e de 15 a 21 de junho do mesmo ano (nº 254), trazendo em sua primeira página, respectivamente, as manchetes “Só reacionários não querem reforma agrária” e “Latifundiários afrontam a Nova República”. A edição de 08 a 14 de março de 1990 também trouxe o título do porta-voz comunista em preto, publicando nota de falecimento de Luiz Carlos Prestes (1898-1990). Essa composição gráfica revela que o projeto discursivo do jornal interatuava com imagens e seqüências verbais trabalhando na construção de sentidos de emoção, juízos de valor, expressão, e revelando que os enunciados do *VOZ* traziam em si uma significação para além da palavra, referindo-se à realidade efetiva nas condições reais em que se dá a comunicação verbal (BAKHTIN, 1992, p. 310).

A seguir, mostraremos a primeira página (em suas cores originais) da edição de lançamento do jornal publicada em março de 1980.

VOZ da unidade

2013-10-21 20:59:25 ± 21 ms, 15.500 ms/1.000000

Metalúrgicos unidos defenderão sindicato

Ministro Macedo não passará à história

Unidade das oposições continua como eixo da luta

Políticos são favoráveis à legalização do PCB

Chaque élément de la partie
est suivi par la pression des
touches *ctrl* et *tab*.



O que pretendemos

dar grandes avanços na sua
estruturação da narrativa em
drama. E pode ser
estimulante e gratificante, por
parte dos leitores de ampla
abordagem desse gênero, observar a
pertinência desse enunciado teatral
correspondendo a questo
caráter de novas idéias e de culto
poético exercido a escrita
poética nesse enunciado teatral, palavras e
sentenças que, é certo, que
não só visam a ampliar impo-
sição teatral, mas também de
desenvolver e dar maior intensi-
dade, aos estudos e des-
cubrimentos, desse gênero.
Assim, é de grande
importância esse enunciado teatral.

intensas e intensivas e unidade de ação para facilitar as competências e a ética por meio de políticas administrativas que atendam as prioridades e o contexto social e cultural das populações que vivem na comunidade. Afirmou que essa nova política municipal prioriza a educação e a cultura e o desenvolvimento de pessoas, ressaltando os riscos e desafios a serem superados e a necessidade de integrar e harmonizar as ações da educação e da cultura em todos os níveis. Só, salgou que as três gerações devem ser consideradas ecológica e humana.

hasta cuadros para decorarlos.
No se ha querido o podido
comer. Los soldados han dejado
de ser tan desordenados.
Hasta ayer las aves han
sido las únicas que han
comido y que han
bebido. Hoy todo comen
solida, como a ratos las historias
de otras épocas y no solo
esta se come en la finca de
dolores las grandes aves
norteamericanas, de pechos tan abultados
que casi no vuelan, los polluelos.
Los soldados que iban en busca
a visitar a la señora política
y trajeron de casa un sombrero
de tres picas, que se vio
cada de noche en el teatro
a los soldados y a los generales de gala
y a que los tres campesinos

Lançamento da "Voz" conta com presença de Gregório



Documento da Igreja é rude golpe contra latifúndio

Corpo a corpo com realidade do "milagre"

Comissão de Ciências Sociais
organizada pelo Conselho Federal

Figura 1 – Primeira página do fascículo inaugural do *VOZ DA UNIDADE* (30 de março a 5 de abril de 1980)

Na análise desta edição de lançamento do jornal, uma estrutura se destaca e chama a atenção: a charge que se localiza bem no centro da página. O *VOZ DA UNIDADE* utilizava muitas charges em suas edições. A charge é um desenho humorístico, com ou sem legenda, que se refere a fatos acontecidos, freqüentemente políticos. Seu objetivo principal é denunciar, criticar e satirizar. Além de ter uma forte representação no contexto em que é produzida, a charge permanece viva porque tem respaldo histórico, ou seja, ela evidencia historicidade no conjunto de signos representados, sejam eles imagéticos e/ou lingüísticos (MIANI, 2001).

A charge que vem em destaque na primeira página deste fascículo ressalta operários galáticos – demonstrando estarem em uma viagem espacial em um século bem mais à frente do século XX – consultando livros dentro da espaçonave em que se encontram (provavelmente um dicionário biográfico ou publicações do período Figueiredo), e confirmam sua (provável) intuição de que “nada consta sobre o Ministro do Trabalho da época Figueiredo...”, o Sr. Murillo Macedo. O Ministro Macedo veio para, nas palavras do *VOZ*, “(...) desencorajar a luta dos metalúrgicos, (...) que os operários limitem suas reivindicações (...) e [para] garantir que não se toque na lucratividade das indústrias” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 1, p. 4, de 30 de março a 5 de abril de 1980).

Enquanto porta-voz de um discurso político, o jornal enuncia a fala do Partido no interior de uma formação discursiva doutrinária sobre o que passará ou não. E o Ministro Macedo não virá a existir na história do país porque, como Ministro do Trabalho, entrou em embate com a classe trabalhadora e suas reivindicações, atuando como opositor do proletariado brasileiro, e, desta forma, tanto mais dos comunistas representantes do povo. A charge mostra uma cena do futuro que confirmará a inexistência do Ministro corroborando uma estratégia de apagamento.

Ao lado direito da caricatura humorística estabelece-se um diálogo com a charge: a memória histórica comunica. O *VOZ DA UNIDADE* publicou uma foto do atuante líder comunista Gregório Bezerra (1900-1983) com seus punhos cerrados em uma postura simbólica de luta. Bezerra, por ocasião do golpe de 64, foi brutalmente torturado em público na cidade de Recife. Viveu dez anos na União Soviética, e, beneficiado pela anistia, retorna ao Brasil somente em 1979. Vemos, então, o embate discursivo de dois enunciados: um Ministro da ditadura que “não passará à história” e a “presença de Gregório”, um exilado político que, apesar de ter ficado fora do país por tanto tempo, retorna à cena com participação e influência entre

os militantes do Partido. E como as escolhas entre o que lembrar e o que esquecer revelam sempre “implicações ético-políticas, e o nosso comprometimento com o porvir (GONDAR, 2005, p. 17), o *VOZ DA UNIDADE*, enunciando a postura doutrinária do Partido formulada na luta estabelecida entre as classes sociais pelo controle dos aparatos e frutos do labor humano, se coloca como um instrumento estratégico para selecionar o que ficará ou não na memória histórica (ou coletiva), escolhas que são construídas no próprio discurso do jornal e evidenciadas nos sintagmas **não passará e presença**.

Segundo Lovisolo (1989, p. 16), a memória histórica trabalha como fundamento “para a consciência de classe, étnica ou das minorias, tomando parte nas “lutas contra a opressão ou a dominação”, e também servindo como âncora e plataforma. Como âncora, porque, uma vez que o passado perde lugar para o presente, permite que não nos “desmanchemos no ar”. E como plataforma nos propicia lançar perspectivas para o futuro que desejamos com os pés bem fincados em um passado que pode ser, segundo o autor, “criado, recriado ou inventado como tradição” (Ibid).

Em todos os fascículos do ano de 1980, o editorial do *VOZ DA UNIDADE* vinha em destaque na primeira página do jornal, precedido por um título e tratando, eminentemente, de assuntos ligados à questão democrática e à política (VER Anexo III), manifestando a voz do PCB e colocando o Partido perante os assuntos que estavam na pauta de debate da sociedade civil brasileira. Além do título *VOZ DA UNIDADE* vir na cor vermelha na maior parte das edições do jornal, este matiz de conotação política também preencheu as notícias de primeira página que falavam de igualdade, direitos sociais, trabalhistas e políticos, mesclando, assim, as duas vozes enunciadas no discurso do partido: a voz comunista, engajada na implantação de um governo socialista no país, e a voz representante dos direitos civis do povo brasileiro, foco de sua ação, uma vez que era objetivo do Partido atuar em todas as pastas que compunham o governo nacional.

Sob o título “O que pretendemos” o *VOZ DA UNIDADE* abre a manchete de sua edição inaugural, sentença emblemática que traduz os objetivos e as propostas do jornal que é o locutor autorizado do Partido. A meta do *VOZ DA UNIDADE* é o principal destaque para a primeira página do fascículo de lançamento. O PCB que sempre foi visto como o partido da revolução, no processo de redemocratização do Brasil ora em andamento enuncia em seu discurso a voz de ajuda e assistência ao povo brasileiro, e igualmente a voz de luta contra os “privilégios dos monopólios” (linha 4 da reprodução do editorial logo a seguir) e as “pressões

por parte dos poderosos" (linha 25 idem). Aqui as vozes do Partido não falam em conflito, mas trabalham "eqüipolentes" (BEZERRA, 2007, p. 194), ou seja, em uma relação de forças pretensamente iguais que representam um determinado universo e que são marcadas pelas peculiaridades desse mesmo universo (Ibid, p. 195), universo este que se constituía em abertura política, desmanche do regime e volta do país à democracia.

Transcrevemos abaixo, para melhor visualização, o editorial do *VOZ* publicado em seu fascículo inaugural.

O que pretendemos: "Voz da Unidade" surge para ser expressão e veículo de uma corrente de pensamento, cuja linha de ação está orientada para ajudar a classe operária e todas as forças democráticas do país a conseguirem que a solução dos problemas políticos econômicos e sociais que afligem a nação se dê em benefício das grandes massas do nosso povo, rompendo com os privilégios dos monopólios, banqueiros e latifundiários. E buscará contribuir para que esta classe operária, e com ela a maioria do povo brasileiro, amadureça para a compreensão de que só o socialismo é capaz de oferecer soluções definitivas para seus problemas fundamentais. A partir dessa perspectiva é que este jornal se situará diante das questões que estão na pauta de discussão da sociedade civil brasileira. É assim que enfrentaremos a questão da luta por um regime de amplas liberdades democráticas, aberto à participação das grandes massas, reconhecidamente a questão central de nossos dias, e de cuja solução depende o caminho para maiores mudanças no panorama social, político e econômico do país. É assim que faremos nosso o amplo leque de reivindicações setoriais da classe operária e dos trabalhadores do campo, das mulheres e das camadas urbanas, dos estudantes dos artistas e da intelectualidade brasileira. Como faremos nossa a luta por uma reforma agrária democrática, que dê terra e assistência técnica e financeira a centenas de milhares de famílias de camponeses e a luta por uma política econômico-financeira que elimine os privilégios e o controle exercido pelas multinacionais na economia brasileira. Lutaremos para que essa política contemple prioritariamente a empresa nacional e se volte para o mercado interno, de modo assegurar um progressivo e ininterrupto aumento da oferta de emprego em todas as regiões do país. São soluções que só um governo verdadeiramente democrático está apto a realizar. Tal posição não se choca com a preocupação unitária que presidirá nossa conduta. A diversidade das correntes que lutam atualmente pela democracia não deverá ser obstáculo a essa ampla frente unitária em defesa de um Brasil democrático. Não temos ilusões quanto a esta luta. Preferiremos sempre dizer o que nos parecerá possível e o que nos parecerá aventureiro e utópico. Como todo jornal voltado para a defesa dos interesses da classe operária e do povo, e que se coloca na linha de defesa das grandes causas nacionais, ele poderá ser alvo de pressões por parte dos poderosos. Mas sabemos que não nos faltará a solidariedade política e material da classe operária e das massas populares, assim como de todos os setores democráticos e progressistas do país. É o que nos fará cumprir a missão que temos.

O verbo pretender, escolhido pelo jornal para compor o enunciado de primeira página, sintetiza um lema mais expressivo e marcante que denota “reclamar como um direito, exigir”. Colocando-se em uma posição reivindicatória para o exercício dos direitos políticos e civis resgatados recentemente, o porta-voz do PCB enuncia a voz militante e revolucionária do Partido. O *VOZ DA UNIDADE* ao afirmar que “surge para ser expressão e veículo” e também “para ajudar a classe operária e todas as forças democráticas do país a conseguirem” a solução para os problemas nacionais (linhas 1, 2 e 3 da reprodução do editorial) atua discursivamente como um condutor e aglutinador das diversas frentes democráticas do país, o novo inserido na política de abertura. Mas ao enunciar “que só o socialismo é capaz de oferecer soluções definitivas”, conserva até esse momento o velho representante da classe operária criado em 1922, posição e hegemonia que seria disputada com o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, apesar de recorrer à semântica do novo e do consenso, pois é necessário apresentar-se como um partido transformado e ajustado à política de abertura, o PCB ainda mantém traços (discursivos) de sua origem, quer seja o partido do proletariado e o partido da revolução, persistindo, ainda, o centralismo político que o fez conhecido como sendo um partido totalitário.

Nesse editorial, o *VOZ* menciona diversas vezes as palavras **democracia** e **democrático** (a), vejamos: forças **democráticas**, liberdades **democráticas**, reforma agrária **democrática**, um governo verdadeiramente **democrático**, correntes que lutam atualmente pela **democracia**, em defesa de um Brasil **democrático**, os setores **democráticos** progressistas do país.

Falar em democracia, e em espaços ou posições democráticas, significava dialogar com a política de abertura e a nova ordem dos partidos, reafirmando a postura democrática do PCB que pressupõe aliança, unidade e luta, uma vez que a *Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos* havia extinto, em dezembro de 1979, o bipartidarismo – ARENA e MDB – permitindo a formação de novos grupos políticos e de novas frentes de esquerda. Isto possibilitou a fragmentação da oposição e outras disputas na busca pela liderança partidária no campo político. Os pecebistas defendiam o restabelecimento da democracia no país através do caminho eleitoral e de “soluções politicamente negociadas”, ou seja, lutar pelas reformas e fazer a sua revolução socialista apenas na lei e na ordem (PANDOLFI, 1995, p. 206-207), enunciados que, imersos em uma formação discursiva jurídica, constroem a imagem de um PCB legítimo.

Ao (re)construir a sua imagem como representante da classe trabalhadora e dos anseios do povo brasileiro, enunciando ser um Partido democrático e inserido na política de abertura, o PCB, visto como “sujeito político coletivo” (COUTINHO, 1984, p. 26), passa, então, a ocupar o seu lugar social no discurso temporal do processo de redemocratização do país.

Mas a construção discursiva do Partido Comunista Brasileiro também se faz, nitidamente, pela inspiração militar: o militante comunista é um soldado “preparado, leal e disciplinado” (ALBUQUERQUE e SILVA, 2007, p. 1 e 9), e o Partido um exército em incessante guerra do Trabalho contra o Capital (apud PANDOLFI, 1995, p. 41), luta de classes que, segundo Marx, é eminentemente uma luta política (MARX, 1998). O PCB, ainda que imerso em uma formação discursiva de pioneirismo, novidade e jurídica, na edição de lançamento do *VOZ* podemos observar a “transposição do discurso militar” (RODRIGUES, 2002, p. 222) nos enunciados do jornal, traços e vestígios que remontam o perfil revolucionário do Partido. Vejamos, então, pelos sintagmas extraídos do editorial “O que pretendemos”: **linha de ação, enfrentaremos a questão da luta, faremos nossa a luta, a luta por uma política econômico-financeira, lutaremos para que essa política contemple, ampla frente unitária em defesa, voltado para a defesa dos interesses, não temos ilusões quanto a esta luta, como todo jornal [...] se coloca na linha de defesa, poderá ser alvo de pressões**, e todos esses enunciados somados a uma frase de luta que representa a missão precípua do caráter combativo do PCB: ser o representante da classe proletária brasileira e reivindicador de seus direitos (*VOZ DA UNIDADE*, nº 1, p. 1, de 30 abril a 5 de março de 1980).

Nas seqüências discursivas mencionadas acima, o PCB ainda incorpora em seus enunciados o discurso marxista-leninista, concepção que via a reforma da organização social por meio da práxis revolucionária. E ao lançar mão de expressões que reforçam o seu perfil revolucionário, ainda que nesse momento granjeado por aparatos legais e pacíficos, o Partido traz imerso em seu discurso – por meio da linguagem – o seu passado histórico de lutas contra o domínio de governos ditoriais e lideranças autoritárias, corroborando ainda mais para a cristalização de sua identidade militante comunista.

Além dos enunciados que falam sobre democracia, e também aqueles que evidenciam o caráter democrático do PCB, podemos perceber que são várias as vozes presentes no texto inaugural do *VOZ*, vozes que, na verdade, construíram um perfil político multifacetado para o Partido. Sob o enunciado “O que pretendemos”, o *VOZ DA UNIDADE* traz em destaque na

edição de lançamento a essência do que é ser um jornal comunista: a luta por direitos civis e o debate político.

Vejamos a seguir, para melhor compreensão, as muitas vozes enunciadas na manchete de lançamento do jornal com seus respectivos enunciados que, a princípio, nos permitem reconhecê-las, demonstrando, assim, o caráter dialógico presente nas páginas do *VOZ*.

Quadro 1 – As (muitas) vozes presentes nos enunciados da manchete inaugural do *VOZ DA UNIDADE* (1980)

<u>A VOZ...</u>	<u>ENUNCIADO</u>
comunista	<ul style="list-style-type: none"> - o que pretendemos - só o socialismo é capaz de oferecer soluções definitivas - classe operária e das massas populares
do novo	<ul style="list-style-type: none"> - Voz da Unidade surge para ser expressão e veículo de uma corrente de pensamento
representante dos direitos civis e de ajuda e assistência ao povo brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> - rompendo com os privilégios dos monopólios, banqueiros e latifundiários - se situará diante das questões que estão na pauta de discussão da sociedade civil brasileira - faremos nosso o amplo leque de reivindicações setoriais - que elimine os privilégios e o controle exercido pelas multinacionais - assegurar um progressivo e ininterrupto aumento da oferta de emprego - para ajudar a classe operária - em benefício das grandes massas do nosso povo - e buscará contribuir para que esta classe operária, e com ela a maioria do povo brasileiro
democrática	<ul style="list-style-type: none"> - ajudar todas as forças democráticas - por um regime de amplas liberdades democráticas - por uma reforma agrária democrática - um governo verdadeiramente democrático - correntes que lutam atualmente pela democracia - em defesa de um Brasil democrático - os setores democráticos progressistas do país

combatente	<ul style="list-style-type: none"> - linha de ação - enfrentaremos a questão da luta - faremos nossa a luta - a luta por uma política econômico-financeira - lutaremos para que essa política contemple - ampla frente unitária em defesa - voltado para a defesa - como todo jornal [...] se coloca na linha de defesa - poderá ser alvo de pressões - nos fará cumprir a missão que temos
pacífica e da unidade	<ul style="list-style-type: none"> - não nos faltará a solidariedade - todas as forças - nosso povo - a maioria do povo brasileiro - enfrentaremos a questão - a questão central de nossos dias - reivindicações setoriais da classe operária e dos trabalhadores do campo, das mulheres e das camadas urbanas, dos estudantes, dos artistas e da intelectualidade brasileira - a preocupação unitária que presidirá nossa conduta - essa ampla frente unitária - assim como de todos

Quando o campo adversário era um só – o regime militar – a oposição uniu-se para combater este inimigo comum. Mas à medida que o desmanche do regime foi evoluindo, as diferenças ideológicas começaram a emergir, criando um outro campo de lutas: os embates entre os diversos partidos oposicionistas que desejavam conquistar a classe operária e os trabalhadores em geral, espaço preferencial do PCB (FAUSTO, 2001, p. 280). Vivendo dissidências internas, nessa época o Partido Comunista Brasileiro perdeu muitos de seus militantes. Alguns passaram a integrar o Partido dos Trabalhadores (PT) recém fundado em fevereiro de 1980, outros se filiaram ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ex-MDB) ou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Na verdade, os comunistas não viam com muita simpatia o despontar de um outro partido que viesse a disputar (e, quem sabe, talvez esposar...) com o PCB o controle do movimento trabalhista (RODRIGUES apud SANTANA, 2001, p. 195).

O retorno à democracia fazia valer o papel unificador e salvatório do Partido contra as aflições da nação que eram da ordem política, econômica e social, ou seja, o *VOZ DA UNIDADE*, como locutor autorizado do PCB, é o remédio que faltava para salvar as “grandes massas do nosso povo”. O jornal, buscando maior vínculo com os seus leitores, se apresenta a estes utilizando uma operação lingüística de aproximação. Com o sintagma nominal “nossa povo” o jornal estabelece familiaridade e empatia com aquele que é o seu interlocutor e a quem atribui status de igualdade consigo mesmo: mesma nação e mesmos interesses políticos e sociais, ou seja, a unidade com o povo brasileiro.

Duas vozes complementares aqui se apresentam: a voz pacificante que surge para ajudar o povo e afirmando que “não [lhes] faltará a solidariedade”, compromisso que busca promover a paz e o entendimento, e (novamente) a voz comunista, em benefício das “grandes massas”, enunciado utilizado pelos partidos comunistas para a sua luta em prol das aspirações populares e da classe trabalhadora, levantando a bandeira de igualdade social e econômica para todos.

E ao mencionar “privilégios dos monopólios, banqueiros e latifundiários” (linhas 4 e 5 da reprodução do editorial) o jornal traça, igualmente, o perfil de seu opositor, de seu “outro”: o governo ditatorial-militar e os capitalistas com o seu lucro intenso. Com a posse de Figueiredo, em março de 1979, Mario Henrique Simonsen continuou comandando a pasta da economia. Mas, ao impor uma política restritiva, sofreu oposição de diversos setores. Entre eles, o empresariado nacional que se beneficiava do crescimento com a inflação e um grande número de integrantes do Governo interessado em mostrar realizações e, com isto, gastar muito. Em agosto do mesmo ano Simonsen foi substituído por Delfim Neto, e os anos 80 foram, então, considerados uma “década perdida”. A inflação disparou, a expansão da moeda foi severamente limitada, as taxas de juros internos aumentaram e o investimento privado enfraqueceu, acontecimentos que contribuíram para maior privação da “massa assalariada” (FAUSTO, 502, 545-546).

Para o PCB, todos esses desajustes que se seguiram na vida do país durante o regime, ou seja, arrocho salarial, elevação vertiginosa do custo de vida, dívida externa, inflação incontrolada, foram saldos da revolução (termo usado pelos militares para o golpe) de 64, levando a população brasileira a uma dura realidade social, econômica e política.

E o *VOZ DA UNIDADE* ao enunciar que “faremos nosso o amplo leque de reivindicações setoriais”, abarcando desde a classe operária, trabalhadores do campo, até as mulheres, estudantes, artistas e a intelectualidade brasileira (linhas 11 a 13 da reprodução do editorial), reata o compromisso inicial do Partido com o marxismo, sendo este considerado uma filosofia que contempla todas as áreas da vida humana. O PCB buscava conquistar e atrair para as suas fileiras inclusive os não comunistas, quer fossem eles jovens, do campo, da cidade, mulheres ou letrados. Esse amálgama se evidencia em matéria de maio de 1980 quando o *VOZ* publica “Que Voz querem os comunistas?” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 6, p. 3, de 08 a 14 de maio de 1980), de autoria do sociólogo Marco Aurélio Nogueira. Ali, o Partido declara nitidamente o seu compromisso com a unidade e a democracia, afirmando haver um “interesse vital no debate”.

O jornal – indo para além do espaço comunista – afirma que:

[...] devemos lembrar que a **questão da unidade** (grifo do jornal) é central na política que os comunistas insistentemente defendem, em respeito às próprias determinações da realidade. Nesta medida, seria estranho que um jornal que se apresenta como porta-voz da unidade estivesse voltado tão somente para um setor da frente democrática e da sociedade, fechando-se aos demais (Ibid).

Foucault (1986, p. 26) afirma que um discurso se constrói “em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases”, é o “nó em uma rede” (FOUCAULT, 1986, p. 26) e a integração em um “jogo enunciativo” (Ibid, p. 114). E ainda que um discurso se apóie em outros, deles se distingue (Ibid). No artigo citado acima, o *VOZ DA UNIDADE* reitera suas propostas iniciais enunciadas em sua edição inaugural (de 30 de março a 5 de abril de 1980, p. 1), que são, dentre outras, a busca por um amplo debate e a representação de uma corrente de opinião (o próprio PCB) comprometida com todas as lutas democráticas e populares do país. Mas o jornal também suscita uma pergunta (a qual ele mesmo responde): “trata-se [...] de um jornal apenas de comunistas, feito exclusivamente para os comunistas?”.

O *VOZ* declara que seria um contra-senso – em um momento que clamava por liberdades políticas, e se apresentando como “porta-voz da unidade” – fechar-se a outras frentes democráticas, vindo, assim, a dificultar o próprio debate, colocando-se, inclusive, como aquele que buscará o “diálogo franco com as demais correntes de pensamento, abrindo suas páginas à livre manifestação destas”.

Com o pluripartidarismo, houve também a fragmentação da oposição, pois, além da democracia se constituir um objetivo comum geral das “forças democráticas”, era a luta pela hegemonia dentro da democracia que ocupava os (reais) debates dentro dos partidos e grupos de oposição (WEFFORT, 1986, p. 59). Assim, ao mesmo tempo em que o jornal enuncia “buscar o máximo de homogeneidade e coesão possível”, ele adota a posição de “legítimo interlocutor da luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 6, p. 3, de 08 a 14 de maio de 1980), colocando-se ele mesmo como (o verdadeiro) espaço (porta-voz) para os debates, enunciando, assim, a sua voz de partido totalitário.

Nos anos 70, os principais partidos comunistas europeus – PCF (Francês), PCI (Italiano) e PCE (Espanhol) – perceberam que o sucesso político de seus programas dependeria de uma mudança estratégica de atuação, ou seja, conquistar – além da massa proletária – novos eleitores, principalmente e inclusive as “novas classes médias”, e alcançar o poder através de coligações e/ou outras vias institucionais (BOTTOMORE, 1988, p. 143). Nessa perspectiva, em sua proposta inaugural o Partido destaca que “não nos faltará a solidariedade política e material da classe operária e das massas populares, assim como de todos os setores democráticos progressistas do país. É o que nos fará cumprir a missão que temos” (linhas 25 a 27 da reprodução do editorial). O discurso do PCB enuncia uma voz de unidade abarcando “todos” e divulgando suas propostas para além dos comunistas.

O semanário *VOZ DA UNIDADE* construiu discursivamente o Partido procurando inseri-lo no novo panorama político que ora despontava: a redemocratização do país e a coesão da oposição contra os resíduos da ditadura que ainda existiam. Apesar de seu título na cor vermelha – sempre acompanhado pela foice e o martelo – ter preenchido a maior parte de suas edições, símbolo imagético que remete às origens do comunismo, o PCB buscou conquistar todas as frentes democráticas no país, quer fossem partidos ou eleitores. O Partido, inclusive, coloca que “só o socialismo” era apto para oferecer “soluções definitivas” para os “problemas fundamentais” do povo brasileiro, apresentando para a memória política sua posição doutrinária de que o Partido Comunista Brasileiro era o único partido político que detinha as condições para solucionar os problemas nacionais.

Com a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT), o PCB entendia que este grupo oposicionista seria mais um aliado no processo de redemocratização do país. Mas a grande aceitação do PT no (novo) cenário político brasileiro surpreendeu o histórico Partidão, conquistando, inclusive, alguns militantes comunistas, como foi o caso de Carlos Nelson

Coutinho, autor do artigo “A democracia como valor universal”, e de Leandro Konder, filósofo marxista.

Na edição de 05 a 11 de dezembro de 1980, o *VOZ DA UNIDADE* publica uma matéria intitulada “Lula, o PT e os comunistas”, manifestando o apoio do PCB ao PT pela obtenção de seu registro provisório no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas igualmente criticando a sua postura de colocar-se como o “partido dos trabalhadores”, título que durante décadas foi desfrutado pelo PCB. O jornal enuncia que:

Os comunistas brasileiros são os primeiros a manifestar sua satisfação com o fato e a reconhecer o direito à existência legal do PT. E isto porque entendem, entre outras coisas, que o PT expressa a consciência e os interesses de parcela da classe operária brasileira, ocupando por isso um espaço em nossa vida política (um espaço ainda não bem definido, é verdade, dada a relativa indefinição em que se encontra o próprio PT). Exatamente por isso, estranham e lamentam declarações como as de Luis Inácio da Silva, presidente nacional da nova agremiação oposicionista. Lula afirmou, certamente movido pela euforia decorrente da vitória obtida junto ao TSE: O partido das classes trabalhadoras não foi criado em 1922; foi criado agora, dia 1º de dezembro de 1980, acrescentando que em 22 foi fundado um partido para os trabalhadores e agora o partido dos trabalhadores (*VOZ DA UNIDADE*, nº 36, p. 6, de 05 a 11 de dezembro de 1980).

Ao se colocar como locutor oficial e autorizado do PCB – enunciador das vozes democrática e comunista, “expressão e veículo” do Partido (*VOZ DA UNIDADE*, nº 1, p. 1, de 30 de março a 5 de abril de 1980) – o jornal fala em seu nome, enunciando ser o conjunto dos “comunistas brasileiros” que manifestam sua satisfação pela existência legal do PT.

E como em AD as particularidades histórico-políticas dos diferentes contextos em que a linguagem se desenvolve são consideradas, a disputa entre PT e PCB pela conquista do eleitorado brasileiro também pode ser observada, no excerto acima, no embate discursivo (entre os referidos partidos) construído nos enunciados do *VOZ DA UNIDADE*. O jornal, valendo-se de duas operações lingüísticas – a comparação e a negação – estabelece relações entre eles (PT e PCB). Comparação, porque existem semelhanças entre os dois, uma vez “que o PT expressa a consciência e os interesses de parcela da classe operária brasileira”, e, de igual forma, também o PCB. Negação, pois ainda que o PT esteja “ocupando [...] um espaço em nossa vida política” – a vida dos brasileiros – este espaço, segundo o *VOZ*, não é bem definido, propondo aos seus leitores – quer comunistas ou não – que para essa nova agremiação ainda lhe falta experiência e a definição política de um partido de caráter operário, e não ser somente “algo assemelhado a

um sindicato crescido e *sui generis*" (*VOZ DA UNIDADE*, nº 36, p. 6, de 05 a 11 de dezembro de 1980).

Se autodenominando um partido dos trabalhadores e ganhando existência oficial em dezembro de 1980, o PT enuncia (e afirma) ser uma organização política pertencente ao próprio proletariado brasileiro, seu bem e propriedade em favor das reivindicações trabalhistas, salariais e sociais do povo, uma vez que este partido nasceu do movimento organizativo do operariado e apresentando disposição para buscar sua hegemonia dentro das esquerdas brasileiras (SANTANA, 2001, p. 200). Essa inserção – “tanto nos movimentos como na institucionalidade política parlamentar” – deu-lhe “legitimidade e peso para se constituir na principal representação dos trabalhadores brasileiros” (*Ibid*, p. 288), e não ser apenas um partido para os trabalhadores, sua utilidade ou proveito.

O *VOZ DA UNIDADE* buscou unificar a classe trabalhadora e todos os segmentos de oposição ao governo militar em prol da redemocratização do país, elaborando um jornal não só para comunistas, mas que interessasse a todos os brasileiros e atendesse às suas reivindicações. E aproveitando o fim da censura no país e a saída dos militares do governo, o jornal se lança publicamente como o instrumento informativo oficial do PCB, construindo discursivamente o Partido imerso em uma formação discursiva jurídica de ordem e legalidade.

E ao iniciar a década de 80, ainda que lutando por inserir-se no novo processo político ora em andamento, a desarticulação do regime, o jornal *VOZ DA UNIDADE*, sob o signo da Revolução Russa – a foice e o martelo envoltos em um matiz vermelho – enuncia as muitas vozes do Partido Comunista Brasileiro, a saber: a **voz comunista**, militante e revolucionária; a **voz do novo**, das mudanças; a **voz representante dos direitos civis e de ajuda e assistência** ao povo brasileiro; a **voz democrática**; a **voz combatente** de um exército em constante guerra do Trabalho contra o Capital; a **voz pacífica**, do diálogo e do entendimento; e a **voz da unidade**, como o aglutinador das muitas correntes políticas pró-democracia.

Vimos que o discurso inaugural do *VOZ DA UNIDADE*, sob o enunciado “O que pretendemos”, mantém uma relação com a própria memória histórica do Partido. Ainda que imerso em uma formação discursiva do novo, da mudança, e enunciando as vozes democrática e combatente, o PCB, como sujeito político coletivo, (re)constrói a sua identidade remontando seu passado de lutas e reivindicações contra governos autoritários, pois é um exército em constante guerra: do Trabalho contra o Capital, contra a exclusão dos direitos civis, contra a

opressão do povo, e sendo a convergência das diversas correntes democráticas, se coloca, assim, como o enunciador de uma só voz.

Mas o despontar dos anos 90 não prenunciava bons momentos para o PCB. Com o “desmantelamento do sistema socialista do Leste Europeu” (ALCOFORADO, 1997, p. 12), os partidos comunistas em todo o mundo sofreram grande impacto, e o ideário marxista perdeu sua influência com a nova liderança dos Estados Unidos na política internacional (Ibid, p. 61). Essa mudança de rumo, e tentando fazer o seu próprio caminho, se refletiu nas páginas do **VOZ DA UNIDADE**, quando em 1991 o jornal anuncia a formação de um novo partido.

3.2. 1991, o que eles pretendiam?

“Sem galhardia nem bandeiras vermelhas”.

(Francisco Weffort, *História Viva*, p. 98)

Após ter noticiado nas páginas do **VOZ** o início do desmanche do regime (1980), o PCB chega ao ano de 1991 (mais uma vez) em crise e vivenciando muitas divergências internas. Ulterior à Campanha das *Diretas Já* (1984) – movimento que uniu todo o país em torno da bandeira e do sentimento nacional **votar para presidente** – o Brasil e seus brasileiros caminharam em direção à expansão de seus direitos políticos. A dissolução do regime, a sanção da anistia política, a redemocratização do país, e o restabelecimento da liberdade de expressão somados à promulgação da nova Constituição formaram um conjunto que possibilitou aos cidadãos atuarem mais expressivamente nas questões políticas e sociais.

Os direitos civis se consolidaram, efetivamente, em 1989 com a primeira eleição pelo voto popular direto para Presidente da República, fato que não acontecia desde 1960 (CARVALHO, 2001, p. 199). No ano das campanhas eleitorais, o jornal dedicou-se a publicar principalmente matérias referentes à candidatura dos comunistas Roberto Freire e Sérgio Arouca, respectivamente para presidente e vice. A candidatura de Freire trouxe ao PCB uma expectativa de inserção do Partido no universo político brasileiro, após anos de repressão militar e tentativas (com sucesso) do governo ditador de calar a voz desta organização. Vale ressaltar que nessa época o primeiro Conselho Editorial do **VOZ** já havia mudado. Em meados de 1981, o semanário sofreu intervenção e seus principais integrantes-fundadores, os eurocomunistas, foram afastados da direção do jornal, sendo este, inclusive, considerado por alguns militantes

mais ortodoxos como “uma excrescência” (PANDOLFI, 1995, p. 217), revelando, assim, mais conflitos dentro do Partido.

No segundo semestre de 1989, o tremor político que veio do Leste Europeu atingiu diretamente o PCB, e todos os regimes socialistas que integravam o bloco soviético ruíram. O cenário mundial mudou radicalmente, e a bipolaridade econômica, política e militar que, até então, era rivalizada entre a União Soviética e os Estados Unidos, ficou sendo dominada por este último país, elevando-o à única superpotência mundial. Em novembro do mesmo ano cai o Muro de Berlim, unindo as Alemanhas capitalista e socialista, o que para muitos resultou no fim da Guerra Fria e na derrubada do muro político e ideológico entre a esquerda e a direita (SEGRILLO, 2004, p. 615), fatos que prediziam o colapso da União Soviética em 1991.

E precedendo este ano (1991), fim do **VOZ DA UNIDADE** e momento em que o jornal anuncia (e enuncia) a criação de um Partido Novo, já em algumas edições de 1989 aparece o discurso sobre a renovação da esquerda, trazendo a público os enunciados **nova esquerda** e **novo socialismo**. As seqüências discursivas abaixo (Quadro 2) afiguram o desejo do PCB em efetuar mudanças com o objetivo de situar-se no novo panorama político nacional e mundial. Vejamos, a seguir, algumas seqüências discursivas extraídas das edições do **VOZ DA UNIDADE** do ano de 1989 que já (pré)enunciavam a renovação da esquerda brasileira.

**Quadro 2 – Algumas seqüências discursivas extraídas das edições de 1989
do **VOZ DA UNIDADE** enunciando o **novo** no PCB**

TÍTULO DA MATERIA	1989 / FASCÍCULO	PÁGINA
Com a candidatura Roberto Freire, o PCB oferece sua melhor contribuição à luta pela renovação política e social (...)	27 de janeiro a 09 de fevereiro	Primeira página
Em debate um Brasil novo	05 a 11 de maio	Suplemento
Roberto Freire e a nova esquerda	04 a 10 de agosto	Página 5

Freire e a renovação da esquerda	28 de setembro a 04 de outubro	Página 3
Socialismo renovado	19 a 25 de outubro	Primeira página
A proposta de justiça e liberdade do socialismo renovado	26 de outubro a 1º de novembro	VOZ Especial
Partido e nova esquerda	23 a 29 de novembro	Página 3

Desde sua fundação se colocando como um partido de vanguarda, o PCB se constrói imerso em uma formação discursiva da (constante) transformação e renovação. Ele é sempre o novo, o atual, o contemporâneo..., ou seja, a melhor opção política sempre em sintonia com as mudanças no mundo e as reivindicações do povo. E a voz do novo, apontada inicialmente no editorial inaugural de 1980, reaparece nas páginas principais das edições de 1989 fortalecendo o perfil do PCB de partido de “vanguarda consciente dos trabalhadores” (DOMENACH, 2001, p. 9).

Em entrevista ao **VOZ DA UNIDADE** de 05 a 11 de outubro de 1989, Salomão Malina (presidente nacional do PCB na época) declarou que com as mudanças ocorridas na URSS – a perestroika (reorganização do sistema econômico) e a glasnost (política de democratização e liberdade nos meios de informação) – estava havendo “uma revolução na revolução”, ou seja, com o avanço da ciência e da tecnologia nas linhas de produção dos países capitalistas avançados a guerra já não tinha mais um caráter decisório, fazendo com que a instauração da paz, a defesa do meio ambiente, a exploração conjunta entre países (socialistas e capitalistas) do espaço cósmico e dos oceanos estariam levando, eminentemente, os países socialistas à democratização e também à automatização, deixando para trás o modelo stalinista de governo que, segundo o próprio Malina, foi “o ponto de partida dos desvios na esfera política e social”.

O discurso político, ao se colocar como expressão e aglutinador das aspirações coletivas, trabalha independente, pois, segundo Orlandi (1983, p. 220), “o político não só é autônomo em

relação à voz do povo como ele pode até mesmo criar, inventar a voz do povo que lhe for mais conveniente”, subtraindo a sua voz e se colocando em seu lugar no plano imaginário.

Como exemplo disto, podemos observar na edição de 19 a 25 de outubro de 1989 (p. 6) o *VOZ* expondo 23 razões para votar na chapa Freire-Arouca, e afirmando que

A candidatura Roberto Freire-Sérgio Arouca à Presidência da República é um fato novo e historicamente positivo na vida política brasileira. Ela corresponde aos anseios do povo por mais democracia e mudanças. Constitui a proposta política mais avançada já surgida no país, mobilizando a sociedade para discutir seriamente a crise que afeta a todos, ao lado das questões da atualidade nacional e internacional. Além de levantar idéias e projetos modernos, atraindo a simpatia e o voto de milhares de pessoas, de uma ponta a outra do país, ela é também uma alternativa de renovação ética e moral das práticas políticas [...] e] o fruto do amadurecimento de consciência dos brasileiros que aceitam clara e nitidamente os comunistas como interlocutor político indispensável.

O *VOZ DA UNIDADE* ao se colocar como a fala autorizada dos comunistas e estes, por sua vez, considerados os representantes do povo, trabalha em uma postura doutrinária determinando que a candidatura Freire-Arouca irá atender aos anseios e às necessidades do povo. Não foi à toa que o jornal enumerou 23 razões para justificar o voto em Roberto Freire. Seu número como candidato do PCB era este, e destacando os principais temas que fariam parte de sua agenda como presidente – caso fosse eleito – o *VOZ DA UNIDADE* enuncia promessas e críticas que fazem parte da especificidade de um discurso político eleitoral (MENDES, 1998, p. 144).

Como o discurso é produzido em um determinado contexto histórico-social, os enunciados do jornal apresentam forte vínculo com as preocupações políticas da época. O *VOZ DA UNIDADE*, ao enunciar justiça e democracia mobiliza os sentidos daqueles que viveram a ditadura: cidadãos e militares. Para estes, era a volta do comunismo; e para aqueles, deixar para trás, definitivamente, as mazelas e os resquícios de injustiça da ditadura e retomar a implantação do socialismo no Brasil pelas vias jurídica e democrática, ou seja, por instrumentos legais. Exemplo disto é quando o jornal afirma que a candidatura de Freire

[...] materializa a concepção do Partido Comunista Brasileiro, o seu programa por um Brasil desenvolvido e justo, democrático e socialista, soberano e integrado num mundo pacífico e mais fraternal (*VOZ DA UNIDADE*, nº 468, p. 6, de 19 a 25 de outubro de 1989).

O jornal, buscando dialogar com os eleitores, se utiliza de enunciados que compunham a memória discursiva do socialismo-comunista – justiça, democracia, paz e fraternidade – resultando, assim, em um Brasil desenvolvido. O engajamento político e social somado à Nova Ordem Mundial do momento, ou seja, o rearranjo geopolítico das potências mundiais, fez com que o Partido enunciasse (mais uma vez) a voz pacífica – paz e fraternidade – uma vez que, com o desenrolar dos acontecimentos, a guerra já não era mais uma solução viável para os conflitos globais, levando os países a negociar suas diferenças – ideológicas, políticas, sociais e econômicas – por meios pacíficos e através do diálogo entre as nações.

O advogado Roberto Freire não saiu vitorioso das eleições, tendo a concorrência para a presidência ficado para segundo turno entre Fernando Collor de Mello (do Partido da Reconstrução Nacional – PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores – PT). Na edição de 23 a 29 de novembro de 1989 (p. 3), o *VOZ DA UNIDADE* manifesta publicamente o apoio do Partido ao candidato dos trabalhadores, e Salomão Malina, nessa mesma edição do jornal, afirma que nunca houve “movimento democrático, progressista, patriótico e popular que não contasse com a participação dos comunistas”, e que a Revolução (Russa) de Outubro continuava sendo a “raiz histórica” do Partido Comunista Brasileiro.

No entanto, Malina enfatiza que o momento demandava “uma nova mentalidade política” para enfrentar as alterações que vinham acontecendo no mundo capitalista e nos países socialistas. O presidente do PCB afirma que:

A ideia de uma nova esquerda deve ser compreendida como a concretização de um instrumento político capaz de herdar a experiência positiva do passado, romper seus limites e colocar-se à altura das novas tarefas. Para o nosso Partido nuclear essa nova esquerda – comprometida com o socialismo renovado, a consolidação da democracia e a modernização do país com mais justiça social – precisamos começar dessa avaliação da realidade e seus movimentos. No entanto, essa ideia não significa a dissolução ou diluição do PCB. Pelo contrário. Significa sua renovação e fortalecimento, para que possamos representar uma alternativa moderna e pluralista de direção das forças que almejam o socialismo. [...] quando falamos em formar uma nova esquerda para disputar a hegemonia no novo bloco democrático e progressista, também levamos em consideração essa relação entre o Partido historicamente constituído e esse movimento de opinião articulado na campanha eleitoral. Depende do PCB – e de sua efetiva renovação – a transformação desse movimento em vanguarda de movimentos sociais [...]. Para essa tarefa fomos todos convocados. Viva o comunismo! (Ibid, p. 2)

No extrato acima, podemos apreender (mais uma vez) no discurso do jornal a tendência discursiva ligada à semântica da renovação. Mas ao enunciar “vanguarda de movimentos sociais” e “Viva o comunismo!” (linhas 14 e 15), o *VOZ DA UNIDADE* ainda pressupõe uma

relação interdiscursiva com as suas origens marxistas quando o Partido foi considerado a “vanguarda consciente dos trabalhadores” (DOMENACH, 2001, p. 9), e ao saudar o comunismo com vivas (“Viva o comunismo!”) o jornal reitera em seu discurso os princípios leninistas de propaganda que, agindo pela escrita, suscita nas massas o caráter combativo e revolucionário (Ibid, p. 10)

O vínculo do Partido com os preceitos leninistas – que objetivava levar a classe operária a uma luta bem mais abrangente, indo para além das relações entre patrões e empregados – nunca deixou de existir dentro do conjunto doutrinário do PCB enquanto este possuía ligação com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Inicialmente, o PCB não pensava em dissolução ou diluição de seus conceitos, mas uma adaptação perante os recentes acontecimentos nos países socialistas, ajustando novamente o seu perfil para enquadrar-se na política nacional e sobretudo internacional, uma vez que a “nova configuração diplomática e militar do mundo pós-guerra fria” (ALCOFORADO, 1997, p. 67) obrigava as nações e seus partidos políticos à integração e ao diálogo.

A perplexidade que se abateu sobre os militantes comunistas, após o bloco socialista ruir, tornou-se nítida no *VOZ DA UNIDADE* de 11 a 17 de janeiro de 1990. No editorial desta edição (p. 2), e o sob o título “Um novo caminho”, o Partido via com incredulidade o fim do socialismo, sentindo-se impotente diante dos fatos e tomado por uma sensação de angústia e incertezas. Vejamos nas seqüências discursivas a seguir, extraídas do editorial, a evidência desse sentimento que invadiu o mundo socialista e, mais especificamente, os comunistas brasileiros.

As esquerdas no Brasil mal conseguem acompanhar os acontecimentos nos países socialistas, muito menos compreender sua essência e prever consequências, mesmo as mais imediatas. É generalizada a sensação de que o socialismo pode acabar [...]

As imagens das mudanças transmitidas pela televisão, chocando a opinião pública com a verdade dos fatos, geram perplexidade e indignação.

Se compreender tudo isso – e acreditar – não é nada fácil para as esquerdas brasileiras, especialmente os comunistas, mais difícil será representar esse novo projeto socialista em nosso país, jogando na lata do lixo velhos conceitos, esquemas e estereótipos.

Os comunistas brasileiros, duramente atingidos por tudo o que está acontecendo na sua relação com a sociedade e também no mais íntimo da, estão diante desse desafio.

Esses fragmentos discursivos nos revelam a preocupação dos comunistas com o fim do socialismo, fato que poderia representar o seu próprio fim. E a União Soviética, que por muito tempo foi o símbolo e o modelo do ideal político socialista como forma de governo, passou a ser, então, a utopia fracassada. O PCB desejava um Partido inserido em um novo socialismo, ou seja, “participação e efervescência de ideias [...] edificando um regime de democracia e liberdade” (p. 2 do editorial), no qual estivessem inseridos desde operários até a intelectualidade acadêmica, inclusive os setores econômicos do país, buscando atrair para o seu bojo todas as camadas da classe trabalhadora. Nesse momento de transformações no panorama político global e no mundo socialista a hesitação do Partido já não era mais descobrir um jeito novo de caminhar, mas sim qual o caminho a seguir.

Iniciando 1991, o jornal publica o primeiro fascículo do ano com a manchete em letras vermelhas declarando “A mudança radical do Partidão”. Essa mudança, segundo Roberto Freire, seria romper com dogmas, catecismos e verdades que desmoronam com o “primeiro sopro da realidade” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 508, p. 12, de 01 de dezembro de 1990), referindo-se à crise mundial que afetava a esquerda e as incertezas quanto aos rumos do socialismo real como forma eficiente de governo. O socialismo real, e que agora estava em colapso, foi aplicado na (ex)URSS e no Leste Europeu por décadas, e que, segundo os marxistas-leninistas, é a fase inicial em que são criadas as bases para se chegar à sociedade comunista, como, por exemplo, a socialização dos meios de produção e de distribuição, dos meios de transporte coletivos, dos serviços, escolas, universidades, serviço médico, e etc. Para Freire, o momento era de unir todas



Figura 2 – Primeira página do fascículo de 01 de janeiro de 1991

as forças políticas que lutavam por um novo socialismo, sendo este caracterizado pela independência de filiação partidária e exercitando o pluripartidarismo dentro da esquerda, renunciando, assim, a qualquer “modelo-guia” (Ibid, p. 13).

Somada à manchete, aparece a imagem do Presidente Nacional do PCB na época – Salomão Malina – em uma feição de perplexidade. A combinação do enunciado “A mudança radical no Partidão” mais o semblante abalado do militante Malina instaura no discurso do *VOZ* o sentido de preocupação, sentimento que verdadeiramente se abateu sobre os comunistas brasileiros, e, de igual forma, sobre o mundo socialista. E, ao mencionar “Partidão”, o *VOZ DA UNIDADE* encerra sua relação com a memória histórica que permeia todo o discurso do jornal, ou seja, o PCB é o mais antigo de todos os partidos políticos brasileiros, pois estando sempre envolvido com a resistência a governos e lideranças arbitrários, e tendo (sobre)vivido na vigência destes... tornou-se, assim, no histórico Partidão.

De particular importância e relevância na caracterização de uma notícia, as manchetes expressam o seu tópico mais importante, indicando ao leitor qual informação de maior proeminência (DIJK, 2004, p. 123). O “valor informativo” (AMARAL, 1986, p. 67) de uma notícia também se evidencia na diagramação de um jornal. A primeira metade de um jornal (situada na parte superior, envolvendo, inclusive, o título) é mais importante do que a segunda (inferior), o lado direito mais do que o esquerdo, e o lado superior esquerdo mais do que o espaço central inferior (Ibid). Considerando essas disposições técnicas de diagramação, o enunciado que fala sobre a mudança do PCB ocupou mais de 80 por cento da primeira página do *VOZ*, ganhando destaque no lado superior direito e totalmente preenchido pela cor vermelha, conclamando militantes comunistas e simpatizantes da causa a participar da discussão de novos caminhos para a esquerda brasileira. Tal diagramação enuncia a importância que o jornal dedica a essa mudança, égide do novo sempre presente na construção discursiva do Partido. Mas ainda que enunciando mudanças, novo programa e nova formação política para o PCB, a cor vermelha, nuança histórica que lhe confere identidade, ainda incide no título *VOZ DA UNIDADE*, envolvendo o encontro da foice e do martelo, também símbolos da luta comunista.

A crise pela qual passava o Partido refletiu-se nitidamente nas edições de seu porta-voz. Houve apenas nove fascículos editados em 1991. Até o número de 1º de abril todos eles traziam um encarte intitulado *Tribuna de Debates*, contendo as teses que iriam nortear as discussões do IX Congresso do PCB, previsto para acontecer entre os dias 30 de maio e 02 de junho. Sofrendo a perda de muitos de seus integrantes que mudaram para o PT, o PCB divulgou que faria o seu

Congresso com a participação, inclusive, de não filiados, decisão incomum para um partido político no qual a adesão é organizada e formal (DUVERGER, 1987, p. 138).

Sob o título “A caminho da renovação radical” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 509, de 01 janeiro de 1991 – Encarte Voz no Congresso, p. 2-3), o Diretório Nacional do Partido enumerou cinco itens que apresentavam suas novas diretrizes para a formação do novo socialismo, afirmando que para o Brasil chegar à modernidade seria necessário mais democracia, crescimento econômico e justiça social somados a integração do país à economia mundial. Falar em mais democracia – tema recorrente nos enunciados do Partido na década de 80 e início dos anos 90 – significava estar inserido no novo contexto discursivo que abrigava divergências de opinião, credos e linha política, no qual os partidos deveriam balizar seus compromissos em uma postura ética e moral. Entretanto, o PCB não buscava apenas a sua inserção política, mas igualmente o envolvimento em questões como paz, meio ambiente, direitos humanos e a ampliação dos direitos da cidadania, colocando – pela primeira vez e de forma surpreendente – que “os produtos da dogmatização do pensamento marxista” haviam se exaurido (*Ibid.*). O Partido torna público, nesse momento, a sua total desesperança e descrença em ainda permanecer com os preceitos de Marx para dar seguimento aos seus projetos futuros. Seria, então, a solidez do marxismo se desfazendo no ar juntamente com os seus fundamentos? (SANTOS, 1994, p. 25).

Nos anos 80, muitos acontecimentos contribuíram para um (novo) repensar do marxismo: a transnacionalização da economia, com atividades comuns a várias nações integradas na mesma iniciativa política e/ou econômica; a consagração do neoliberalismo como política de mercado, estimulando a competitividade; o surgimento e fortalecimento dos “novos movimentos sociais” (NMS), com a participação de diferentes classes, quer fossem elas de operários, sindicalistas, ecologistas, feministas, pacifistas, urbanos ou rurais (*Ibid.*, p. 30 e 222), expandindo para muitos setores a atuação cidadã da massa trabalhadora, e levando para outro nível a “luta de classes”.

Embora as páginas centrais da edição de 01 de fevereiro de 1991 tenham continuado a ser dedicadas à renovação do PCB, a primeira página deste fascículo foi a única dos nove números publicados no ano a não tratar desse tema. Este número do *VOZ* apresenta sua manchete (única) falando sobre a Guerra do Golfo, com silhuetas de soldados armados em uma página respingada de sangue com o título “Guerra no Golfo, da tecnologia à barbárie”.

Por ser considerada a cor dos processos revolucionários (GUIMARÃES, 2001, p. 121), e por estar diretamente associada ao comunismo, a cor vermelha revela-se sempre presente nos enunciados – quer textuais ou imagéticos – do *VOZ DA UNIDADE* que falam sobre direitos civis, reivindicações e conflitos. Nessa primeira página da edição de fevereiro de 1991, o jornal constrói o seu discurso em consonância com as notícias da guerra do momento: a Guerra do Golfo. Nesse contexto, apresentando silhuetas de soldados armados em uma página manchada de sangue, o *VOZ DA UNIDADE* retoma uma rede interdiscursiva que remete à sua própria luta contra as injustiças sociais e os governos imperialistas, luta que teve o seu início na histórica (e sangrenta) revolução bolchevique.

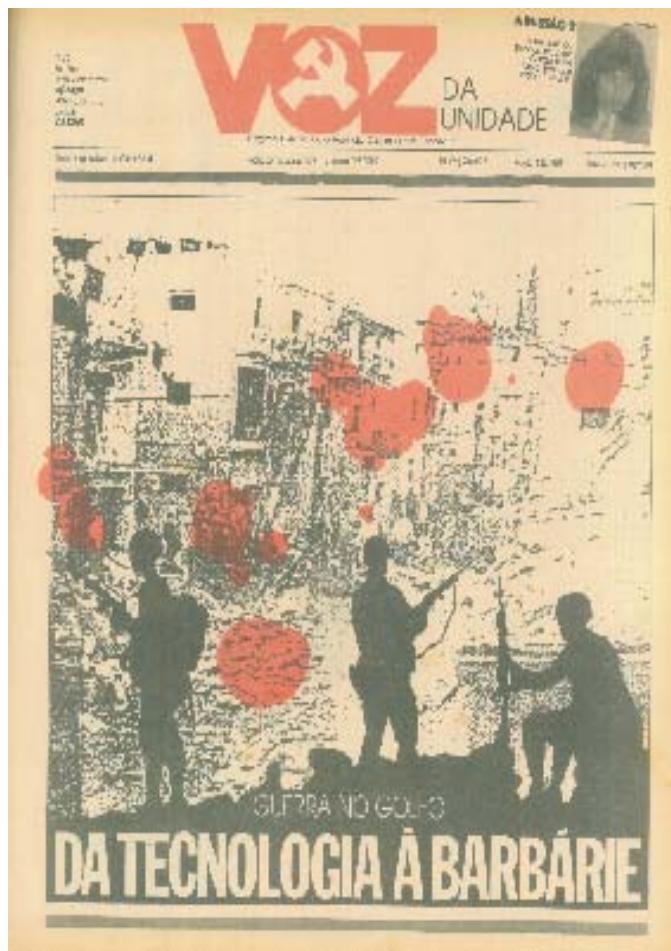


Figura 3 – Primeira página do fascículo de 01 de fevereiro de 1991

Este conflito militar, iniciado em 1990 na região do Golfo Pérsico, contou com a invasão do Kuwait por tropas do Iraque. E a causa deste confronto foi, mais uma vez, a cobiça pelo controle do petróleo, provocando imediatamente uma reação da comunidade internacional, envolvendo uma coalizão de forças militares liderada pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Esforçando-se para continuar como representante das aspirações coletivas e inserido nas questões políticas – quer nacionais ou internacionais – o PCB coloca-se, como “sujeito político”, em defesa dos interesses do país e da sociedade internacional. Do país, porque o Brasil

perdeu seu principal fornecedor de petróleo e um grande importador de produtos e serviços: o Kuwait; e da sociedade internacional, porque a via pacífica tornava-se imperiosa em função de já terem acontecido muitas mortes militares de ambos os lados.

Nas páginas centrais desse fascículo (01 de fevereiro de 1991), podemos observar enunciados que revelam uma preocupação com a via pacífica de negociação. Vejamos: “neste final de século [...] o projeto de uma sociedade verdadeiramente humana há de ser reconstruído” (p. 5); “o imperativo da paz de compromisso com a vida” (p. 1 do Caderno Tribuna de Debates); “a esquerda só terá autoridade ético-política se não vacilar na indissociabilidade entre paz e autodeterminação” (p. 11); “manutenção da paz e da segurança internacionais para preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra” (p. 12). Desta forma, ao enunciar a preocupação do Partido com a paz mundial, o **VOZ DA UNIDADE** ajuda a construir o perfil pacífico do PCB, qualidade que se tornara *sine qua non* para tratar as questões políticas do momento.

As próximas (e últimas) edições do **VOZ** seguiram anunciando a renovação do Partido. E em todos os fascículos o título **VOZ DA UNIDADE** esteve acompanhado da foice e do martelo, somente nos dois últimos números do jornal, outubro e novembro de 1991, este símbolo foi abolido, momento em que o PCB se coloca como *Partido Novo*, também adotando este nome para o seu informativo. Folheando as páginas do **VOZ** do ano de 1991, podemos perceber que a principal preocupação do Partido era quanto ao seu futuro e à sua sobrevivência.

“O destino dos comunistas” é o título que abre a manchete de março. Abaixo deste enunciado, o jornal explica que o PCB está intensificando a “preparação de seu 9º Congresso [...] em meio à maior polêmica sobre o futuro do Partido”. A esta edição somou-se o Caderno Tribuna de Debates, encarte que acompanhou todos os fascículos de 1991 até a realização do evento, e que reuniu questões sobre a nova face do PCB, assunto que seria a tônica para o debate no Congresso.



Figura 4 – Primeira página do fascículo de 01 de março de 1991

A imagem que ilustra a primeira página desta edição é um espaço quadrado dividido em quatro partes com figuras humanas, homens e mulheres em cada uma das divisões, de frente umas para as outras e de cabeça para baixo, evidenciando, assim, que o mundo socialista estava em crise. Duas partes desta imagem apresentam-se, ainda, sob a forma de negativo (como é conhecido no campo da fotografia) em relação àquela que lhe está defronte. E perplexos com os novos rumos do socialismo, os comunistas tentavam se identificar com o seu “mesmo”, ou seja, um militante comunista. Mas também reconheciam que os “outros” – aqueles que apoavam a renovação do Partido – se revelavam nos claros e escuros da imagem (do “mesmo”) retratada. Isto mostra que, para os conservadores, a ala renovadora representava um negativo do que seria um verdadeiro militante comunista, este que deveria fundamentar seus princípios no legado histórico deixado por Marx.

E apesar de haver uma forte construção discursiva sob a égide da novidade nos enunciados do Partido, o PCB, para sobreviver na grande política, pauta-se no “mesmo” na busca pela sua consolidação. Mas o Partido estava fragmentado – condição evidenciada no próprio quadrado dividido – e a unidade, fator que sempre foi desejado (mas nunca totalmente alcançado) pelo PCB, agora (e mais do que antes) se encontrava bem distante de suas pretensões. O próprio enunciado “O destino dos comunistas” revela a preocupação do Partido em relação à sua existência e permanência no cenário político nacional.

Com a desintegração do bloco socialista, houve dentro do PCB o agrupamento de forças políticas que defendiam posturas diferentes em relação aos acontecimentos. Uma vertente aceitava a reestruturação dos referenciais centrais do Partido e da esquerda, e a outra acatava as mudanças, mas não queria renunciar à sua condição de comunistas. Esses embates discursivos podem ser notados no jornal.

Em duas matérias publicadas nesta edição, uma intitulada “Firmeza leninista”, escrita por Antonio Fernando V. de Almeida, professor e militante comunista, e a outra, “Novas, velhas tarefas”, de autoria do economista Rodrigo B. Campos, sindicalista e membro da Executiva Nacional do PCB, podemos observar as vozes divergentes – claros e escuros – no mesmo espaço discursivo comunista, o jornal **VOZ DA UNIDADE**.

Vejamos, então, nas seqüências discursivas a seguir, extraídas respectivamente das matérias supra citadas, esses embates entre as vertentes opositoras, ou seja, o novo e o velho (socialismo) disputando seu lugar na política brasileira:

A bandeira do PCB (com a foice e o martelo) não cairá, como deseja a direita articulada dentro e fora do Partido. É preciso que os marxistas-leninistas tenham firmeza. Lênin nos deixou um grande legado de sabedoria e determinação e não vamos ser nós os traidores da classe operária. Do IX Congresso deve sair um PCB revigorado, marxista-leninista e com identidade própria (*VOZ DA UNIDADE*, nº 511, de 01 de março de 1991, p. 8 do Caderno Tribuna de Debates – matéria “Firmeza leninista”) – **Vertente conservadora**

O PCB, com seus quase 70 anos de existência, pelo acúmulo de experiência política, pode ser o embrião deste projeto [a via brasileira para o socialismo a partir da consolidação da democracia]. A tarefa exigirá ampliação. O PCB como está, merece morrer. Afinal, tudo o que nasce merece morrer. Morrer para fermentar o nascimento de um partido apto a realizar as novas tarefas que a realidade criou. Os desafios colocados nos apontam a necessidade de aglutinarmos as forças de esquerda em um novo partido (*Ibid*, p. 6 e 7 do Caderno Tribuna de Debates – matéria “Novas, velhas tarefas”) – **Vertente renovadora**

Uns defendiam a firmeza leninista, declarando que os renovadores eram “liquidacionistas”, pois buscavam o fim do “PCB do povo”. E outros, afirmavam que o Partido Comunista Brasileiro deveria morrer para tornar-se, assim, o embrião de um novo partido. O PCB trabalhou com este dilema até a realização de seu 9º Congresso.

Os conservadores, mais ortodoxos, apostavam na solidez do marxismo. Para este grupo manter viva a memória do Partido nos fundamento marxistas, que foram a sua base, origem e razão de existência, funcionaria como uma âncora... trabalhando para que o histórico PCB não se desmanchasse no ar. Já os renovadores consideravam o centralismo democrático e os fundamentos marxista-leninistas como a “pré-história” de seu projeto político, desejando entrar no século XXI como um “partido aberto” e que contribuísse na “aceleração das conquistas democráticas e sociais na sociedade brasileira orientadas para o socialismo de face humana” (*VOZ DA UNIDADE*, nº 511, de 01 de março de 1991 – Tribuna de Debates, p. 2).

A construção discursiva da identidade do Partido também era constituída pelos “outros” comunistas que integravam o PCB. Em 1991, existindo uma ala renovadora e outra conservadora, dentro do mesmo espaço partidário, os militantes ortodoxos se autodenominavam marxistas-leninistas, defensores do legado histórico deixado por Lênin. E, para esta ala, os renovadores eram a “direita articulada” e os “traidores da classe operária” (*Ibid*), uma vez que estes declaravam a criação de um novo partido socialista.

Discursivamente, o jornal expõe vozes em uma relação de forças, ou seja, deixar para trás os preceitos fundadores do comunismo para ajustar-se à Nova Ordem Mundial? Ou ficar esquecido em uma ilha ideológica à margem das questões globais?

O novo caminho a ser escolhido pelo Partido trouxe para as páginas do **VOZ** posições (e vozes) conservadoras e de renovação, renovação esta que foi considerada na época como uma possível refundação do Partido Comunista Brasileiro.

Renovação e refundação do Partido de fato aconteceram em 1992. A renovação, tão apregoada por uma ala de militantes comunistas, deu origem ao Partido Popular Socialista (PPS), criado em janeiro de 1992 e abolindo de sua estrutura organizacional e orientação ideológica o modelo partidário marxista-leninista juntamente com os símbolos tradicionais do comunismo: a foice e o martelo, o nome e a sigla do PCB (ABREU, 2001a, v. 4, p. 4279). E a refundação efetiva do PCB se deu com a recuperação, em maio de 1996, de seu registro definitivo, permanecendo, então, como Partido Comunista Brasileiro. Vejamos a seguir, no Quadro 3, algumas seqüências discursivas que demonstram como os renovadores e os mais ortodoxos eram designados – cada um pelo seu opositor – no **VOZ DA UNIDADE** da edição de 01 de março de 1991. Essas designações foram extraídas das matérias publicadas neste fascículo do jornal, espaço discursivo onde ambos os grupos – renovadores e conservadores – tinham voz.

Quadro 3 – Algumas seqüências discursivas de designação das alas renovadora e conservadora do PCB enunciados pelo opositor de cada um
 (extraídas da edição de 01 de março de 1991 do **VOZ DA UNIDADE**)

<u>PARA OS CONSERVADORES</u> <u>A ALA RENOVADORA ERA...</u>	<u>PARA OS RENOVADORES</u> <u>A ALA CONSERVADORA ERA...</u>
extratos radicais do Partido	burocratização do Estado socialista
reveladora de pobreza de espírito, quando não do eterno oportunismo	concepção autoritária de construção do socialismo
processo autofágico	passado bolchevista
transformismo	marxistas-leninistas
pseudo-renovadores	pré-história [do comunismo]
social-democratas	corporativismo partidário

liquidacionistas [do Partido]	centralismo burocrático
anti marxistas-leninistas	sátrapas do farisaísmo burocrático
pseudomodernidade	partido "evangelizador"
direita do PCB	-

Esses embates discursivos – na verdade – nunca deixaram de coexistir no interior do PCB, e fizeram surgir, desde sua fundação, muitos rachas e facções de esquerda. Pandolfi (1995, p. 185) explica que “um dos mais significativos paradoxos” vividos por ele foi o de se “auto-intitular um partido revolucionário – o partido da classe operária – e adotar uma política mais ampla, buscando abranger os mais variados setores da sociedade”, evidenciando que o campo discursivo do PCB era muito mais uma “arena de luta de vozes, que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes” (BRANDÃO, 1994, p. 10).

No próximo fascículo, o jornal traz um enunciado declarando abertamente esta relação: a crise mundial que afetou a esquerda, colocando ela mesma em crise.

A primeira página da edição de abril de 1991 traz uma multiplicidade de setas, inseridas na bandeira vermelha, que é desnorteante. As muitas direções em evidência tornam visíveis as incertezas e os questionamentos que assolavam o Partido naquele momento. A bandeira vermelha – emblema histórico da Revolução Russa – mostra que o PCB, estando ainda sob a égide de suas origens, não sabia ao certo qual rumo tomar. E como o sentido de um discurso está ligado às suas condições de produção, uma vez que este (sentido) é história, e não literal (ORLANDI, 2005, p. 95), a historicidade que emana desses enunciados – “A esquerda na crise, A esquerda em crise” – constrói um sentido de dúvidas, disputas políticas e perplexidades, sentimentos vividos pelo Partido e que se constituíam das questões: permanecer com os preceitos marxistas que fizeram a sua trajetória, adaptando-os ao novo momento político



Figura 5 – Primeira página do fascículo de 01 de abril de 1991

mundial, ou, ainda que considerando esses mesmos preceitos como tradição histórica, repensar um socialismo sem doutrinarismos ou modelos do passado?

Não seria o caso de se criar um novo partido, mas um partido novo, renovado, que se encontra no início de um novo ciclo, inserido em um processo que se caracteriza pela atualidade e substituindo algo já ultrapassado. Será...? Nessa edição de abril (*VOZ DA UNIDADE*, nº 512, de 01 de abril de 1991 – *Tribuna de Debates*, p. 12), o jornalista e militante Luis Felipe Miguel evidencia exatamente isto, destacando que:

o novo partido socialista deve ser laico – um partido que se defina não pela adesão a textos sagrados, mas pelos objetivos que persegue. [...] Não se trata de remendar o velho PCB, reeditá-lo sob nova sigla, novos símbolos, de forma a esconder seu passado. Trata-se de criar algo novo, novo de fato, um partido coerentemente socialista e radicalmente democrata.

Carlos Nelson Coutinho se antecipou nesta questão aqui no Brasil. Citando o matemático e pedagogo italiano Lucio Lombardo Radice, respeitado intelectual comunista, Coutinho (1984, p. 116-117) reafirma a posição de Radice dizendo que “não se trata apenas [...] de construir um partido de massas, democrático e nacional, plenamente autônomo [...] mas um partido também laico, ao qual se deve aderir por concordância com sua linha política e não pela adoção de concepções filosóficas gerais e obrigatórias”, ou seja, dentro de uma autêntica realidade política brasileira o Partidão deveria caminhar com os seus próprios pés e pensar por si próprio, deixando para trás o Partido personalista – sujeito a lideranças carismáticas, como foi com Prestes – e o Partido subordinado ao “espírito da Terceira Internacional” – organização criada por Lênin para reunir os partidos comunistas dos diversos países, centralizando as diretrizes que deveriam ser tomadas para promover a revolução socialista.

“O PCB vai mudar” abre a edição de 01 de maio. A primeira página apresenta uma foice e um martelo – símbolos do comunismo – seccionados como se estivessem prestes a se desfazer, ou talvez... perecível a novas ideias e concepções. Em matéria assinada por Francisco Almeida, membro da Executiva e do Secretariado do Diretório Nacional do PCB, o erro básico do Partido “foi a sacralização de princípios e conceitos que



Figura 6 – Primeira página do fascículo de 01 de maio de 1991

levou a estagnação teórica, ideológica e política da rica concepção da práxis concebida por Marx e Engels e desenvolvida por Lênin" (p. 3 do caderno Tribuna de Debates). Não descartando a importância da Revolução Russa, enquanto primeira revolução anticapitalista vitoriosa (apud COUTINHO, 1984, p. 117), Francisco Almeida declara que existe no Brasil um vazio a ser preenchido com um "partido moderno, [...] com capacidade de alianças, [...] vinculado ao cotidiano da política, das grandes questões nacionais e internacionais, aos problemas locais e dos diferentes movimentos, e tendo a iniciativa das lutas e reivindicações populares, das esquerdas e demais correntes democráticas e progressistas". Tudo isto resultaria em uma única opção para o PCB: "mudar ou submergir" (*VOZ DA UNIDADE*, nº 513, de 01 de maio de 1991 - Tribuna de Debates, p. 3). Nesta edição, o *VOZ DA UNIDADE* mostra o símbolo que preencheu toda a história do Partido dividido, sim... se desfazendo no ar, construindo, assim, o sentido de desaparecimento.

Todas as quatro últimas edições do *VOZ* vêm enunciando em sua primeira página "Partido Novo". A ilustração de um perfil humano do qual parte uma seta tomando uma única direção encerra a edição de 15 de maio de 1991. Vale destacar que, para quem está lendo o jornal, a seta indica a esquerda como o único caminho.

Abaixo da imagem, o título "Um Partido Novo" vem somado à explicação de que as propostas de resoluções para o 9º Congresso estão apresentados no jornal.

Nas páginas centrais, sob o título "Nova política, partido novo", o PCB apresenta nesta edição as principais questões que serão discutidas no evento, reconhecendo que os "os velhos critérios, parâmetros e princípios" estavam ruindo, trazendo à tona a necessidade de se pensar "novos caminhos e abrir novos horizontes" (p. 7). Nessa matéria o Partido apresenta um panorama da situação mundial, a sua posição e a do Brasil frente aos recentes



Figura 7 – Primeira página do fascículo de 15 de maio de 1991

desafios, e as propostas do PCB colocadas para discussão no Congresso. Abrindo mão de uma linha política mais fechada, que se relacionava eminentemente e preferencialmente com outros partidos comunistas, o Partido reconhece que “a ideia da democracia como via do socialismo coloca a necessidade de [...] uma visão de horizontes mais alargados”, possibilitando “intercâmbio e colaborações inéditos entre a esquerda”, envolvendo, inclusive, os democráticos em geral (*VOZ DA UNIDADE*, nº 514, de 15 de maio de 1991, p. 8). A busca da credibilidade nacional e sua inserção no novo panorama internacional fizeram com que o PCB alinhasse seu discurso com as recentes transformações políticas, ou seja, diálogo e relação com outras frentes democráticas, quer sejam estas comunistas ou não; a questão da paz mundial, rompendo definitivamente com o seu caráter revolucionário; a igualdade no mundo do trabalho para homens e mulheres; e um Partido atuante nos “novos movimentos sociais” surgidos ao final do século XX: antiracistas, ecológicos, de consumidores, feministas, etc. (SANTOS, 1994, p. 222).

Assim, a ilustração da primeira página enuncia um único caminho a tomar: o da esquerda em consonância com as transformações mundiais, posição que requeria uma nova atitude perante os problemas internacionais. Nesta edição (p. 5), a Direção Nacional do PCB afirma que se deve mais uma vez mudar – o novo socialismo – conforme podemos ver na seqüência a seguir:

O movimento pelo novo socialismo não comporta a contra-posição entre reforma e revolução, uma velha e inútil discussão que sempre dilacerou a esquerda brasileira. Para nós, no Brasil, as reformas democráticas, contrapondo-se às elites e oligarquias tradicionais, têm um sentido revolucionário de duplo caráter: elas serão em si uma mudança de estrutura, rompendo a lógica da modernização conservadora; e por sua envergadura e caráter, colocarão na ordem do dia o socialismo com democracia e liberdade.

Um mês após, no fascículo de 15 de junho, o 9º Congresso do PCB já havia acontecido, e as propostas de resoluções debatidas e aprovadas. Neste número, o *VOZ* publica em sua primeira página o título “NOVA POLÍTICA, NOVO PARTIDO”, e ao centro, um globo terrestre com uma figura humana numa posição de que estaria descerrando seus braços. O PCB vendo que o mundo acenava para um convívio mais pacífico e cooperativo entre as nações, e reconhecendo que arregimentar somente a classe operária para derrubar o Estado burguês já não bastaria para fazer a sua revolução, considerou que se manter fechado nas doutrinas de Marx e de Lênin não seria mais possível, devendo, a partir de então, aprender e aplicar o intercâmbio econômico, político e social entre países e partidos.

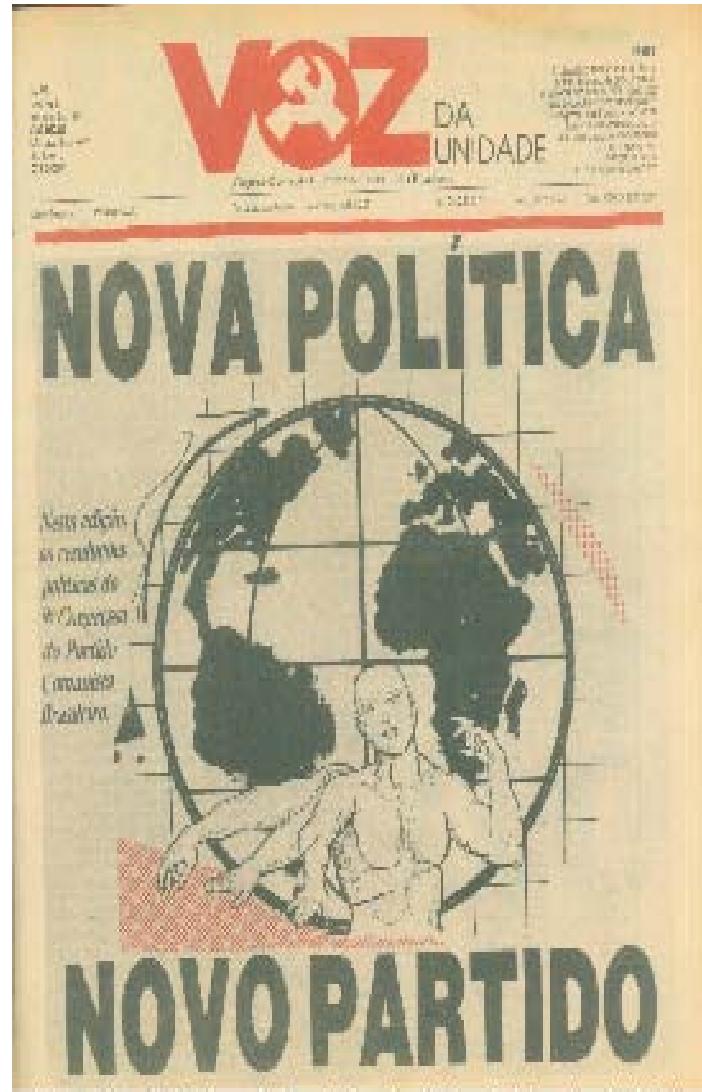


Figura 8 – Primeira página do fascículo de 15 de junho de 1991

Apesar de o jornal enunciar novo partido, a marca que lhe confere identidade, ou seja, a foice e o martelo e o título *VOZ DA UNIDADE*, ainda constavam em sua capa. Mouillaud (2002b, p. 101) afirma que as “páginas externas do jornal são suas páginas sensíveis”, e que “constituem, de alguma maneira, uma membrana do jornal, que é sua interface com o mundo exterior”. Nesse sentido, manter a presença do símbolo tão fortemente construído aponta para um embate entre as vozes que enunciaram mudanças e as que enunciaram a manutenção da identidade do Partido, vozes do novo e vozes do mesmo.

O nome-de-jornal, para Mouillaud (2002a, p. 97), “empresta seu olho ao leitor para ver o mundo”, como um olho mágico, e “o olho do leitor, a partir desse nome, difrata-se sobre o mundo que se torna sua própria visão” (Ibid). Para os leitores do jornal – comunistas, socialistas, de esquerda ou mesmo simpatizantes da causa – ainda podiam ver os vínculos históricos que

acompanharam o Partido desde sua fundação, e que, até esta edição, ainda se alojavam no “nome-de-jornal” **VOZ DA UNIDADE**. Mas a tênue e sensível membrana do jornal, suas páginas externas, revelava de forma surpreendente que o PCB estava de braços abertos para “novas concepções de trabalho e organização, abertura para o novo e rejeição de tudo aquilo que a vida vem demonstrando que não está dando certo” (**VOZ DA UNIDADE**, nº 515, p. 2, de 15 de junho de 1991), ou seja, a descrença no socialismo real.

Além da crise doutrinária e ideológica, o **VOZ DA UNIDADE** atravessava também uma crise financeira. Após o mês de junho, o semanário (que já tinha se tornado mensal) publicaria seu próximo fascículo somente em outubro de 1991. Ao início deste ano, o jornal editou uma nota pedindo “contribuições mensais e regulares” para garantir a sua circulação (**VOZ DA UNIDADE**, nº 510, de 01 de fevereiro de 1991, p. 10).

A formação do novo partido foi proposta no 9º Congresso, e finalizando o ano de 1991 o PCB tinha pressa para definir seus novos rumos de existência (e permanência) no cenário político. Espelho deste sentimento foi a rápida divulgação do próximo Congresso (extraordinário) do Partido na edição de outubro, anunciado para acontecer em janeiro de 1992 e sendo a capital do país, Brasília, o local escolhido.

Na edição de outubro de 1991, a radical mudança do Partido e o abandono do símbolo histórico do comunismo puderam ser claramente observados na primeira página de seu portavoz. O “nome-de-jornal”, a foice e o martelo, e o “status” que o jornal ocupava dentro do PCB como Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro deixaram de existir. Refletindo a busca do Partido por renovação o jornal muda de nome, passando a denominar-se **PARTIDO NOVO** e informando que está “rumo ao X Congresso extraordinário do PCB”. Mas a manutenção da cor vermelha nesse novo título escolhido declara, até esse momento, a posição de luta e de reivindicação características dos partidos comunistas. A manchete “Congresso em janeiro convocado para mudar” abre a primeira página desta edição, somada à foto do, então, Deputado Federal e eleito presidente nacional do PCB, Roberto Freire conversando com o seu antecessor Salomão Malina.

PARTIDO NOVO

Rumo ao X Congresso Extraordinário do PCB

Outubro de 1991

Congresso em janeiro convocado para mudar



Reitor Freire e Secretário Mafra: como à frente na implementação das mudanças

A Comissão Executiva do Conselho Nacional do PCB, reunida nos dias 27 e 28 de setembro últimos, decidiu, por unanimidade, realizar o X Congresso Nacional nos dias 24, 25 e 26 de janeiro de 1992, em Brasília. Esta decisão implementa resolução adotada no dia 19 de setembro pelo Diretório Nacional, que havia convocado extraordinariamente o Partido para este mesmo dia em nível mais alto.

O X Congresso, como se sabe, adotou mudanças profundas e ousadas nas concepções políticas e organizacionais do PCB. Concluído aquele momento, era de se esperar que suas determinações se dessem através de um processo de legalização das decisões既得利益 e imediatas e da discussão, aprofundamento e exploração das questões mais complexas e profundas concepcionais.

Por outro lado, as primeiras iniciativas para implementação das decisões

gracilis, sem traumas nem atrapélos, nelas estando sequente, provocavam-se um novo congresso. Entretanto, alguns fatos essenciais indicam a necessidade de aceleração desse processo e de deflagração de novo momento decisório.

Um desses fatos foi o quadro internacional, particularmente o golpe e a restauração popular na URSS, e suas repercussões entre nós. A participação da cúpula do PCUS no trecho final da reunião, e a posição assumida no golpe, salienta os desvios e idemnidades do PCB em relação ao próprio Diretório Nacional e, em si mesmo, no Executivo. Videocassete a urgente necessidade de reafirmarmos e explicitarmos ainda mais o compromisso da radicalidade democrática, aprovado no IX Congresso, e sua aplicação e realização.

Por sua vez, os enunciados iniciais

congressuais expõem uma séria incompatibilidade entre o novo conteúdo programático e o instrumento simbólico do Partido (nome, sigla e símbolo). Substituída por ocasião do IX Congresso, essa discordância entre as novas concepções e a velha identidade mostrou sua veracidade impondo logo em seguida.

Os próximos acontecimentos mundiais, e, particularmente, a crise da imobilidade e impossibilidade de uma ação eficaz encerram a aplicação da linha política baseada na democracia e no novo socialismo em suas bases estabelecidas por uma identidade vanguarda, existente na seu oposto — o velho socialismo (o socialismo mal) e o desapreço à democracia.

Notícia a respeito do X Congresso está na página 3, editorial na 2 e as Minhas Considerações estão na última página.

A "Voz da Unidade", cuja edição sobre as reuniões do X Congresso do PCB, sumaria, voltaria a circular sob um novo formato a ser usado no interior do Partido e suas seções, o projeto do tipo de periódico que é necessário, para expressar a nova política e o novo partido.

Projeto esse resulta já está sendo elaborado pelo comitê Líder, Liderança, projeto que se encontra à disposição à Executiva e ao Diretório Nacional e posteriormente distribuído amplamente.

1 Entendimento não rima com Emenda **2 Divergências dos PCs sobre golpe na URSS** **3 Encontros de jovens e moradores em outubro**

Página 4 Página 9 Página 10 Página 11

Figura 9 – Primeira página do fascículo de outubro de 1991 (VOZ DA UNIDADE já com o seu título transmutado para Partido Novo)

O jornal esclarece que no 9º Congresso foram adotadas "mudanças profundas e ousadas nas concepções políticas e organizacionais do PCB", e que para continuar seria necessário romper com o "velho socialismo [...] e o desapreço à democracia" (primeira página acima). Nesses enunciados há um deslizamento de sentido em relação à renovação, ou seja, para se tornar em um novo partido o PCB deveria romper com os preceitos e fundamentos que deram origem à "vanguarda consciente dos trabalhadores", e que já nesse momento o que era vanguarda havia se tornado em "velho socialismo".

Com a desintegração do bloco soviético, o muro entre a esquerda e a direita já havia caído, mas outro muro se levantou dentro do próprio Partido. Duas correntes dividiram opiniões no interior do PCB. Uma, liderada por Oscar Niemayer, defendia a permanência dos alicerces fincados por Marx, Engels e Lênin, doutrinas, ritos e símbolos agindo como um amálgama no sentimento de pertencimento entre os membros do Partido. Para Jacques Le Goff (1984a, p. 40) “as imagens do passado [...] evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua identidade passada [...]”, legitimando sua unidade presente através da manutenção de seus traços e vestígios do passado. E a outra corrente, a de Freire e Malina, desejava “novas concepções” para o Partido, deixando para trás, definitivamente, a “velha identidade”.

Discursivamente, podemos observar na primeira página desta edição do **VOZ** (outubro de 1991) o embate dessas duas correntes dentro do Partido. O jornal declara que:

Os próprios acontecimentos internacionais já referidos contribuíram para evidenciar a impossibilidade de uma atuação eficaz enquanto a aplicação da linha política baseada na democracia e no **novo sindicalismo** (grifo do jornal) continuasse obstaculizada por uma identidade vinculada, exatamente ao seu oposto – o velho socialismo (o socialismo real) e o desapreço à democracia.

Para esta Ala comunista que desejava mudanças (os renovadores), a Revolução Russa e os fundamentos marxista-leninistas, legado histórico que acompanhou o Partido durante décadas, haviam se esgotado inteiramente. A “velha identidade” do PCB, que estava relacionada com a “ditadura do proletariado”, com o “monopólio do poder pelo partido único e a sua fusão com o Estado”, e com “a predominância dos quadros sobre a participação das massas” já não constituíam mais as bandeiras levantadas pelo Partido Comunista Brasileiro. Para os renovadores, o novo partido deveria ser “profundamente democrático, respeitador das minorias, das convicções e credos individuais, pluralista, permanentemente capaz de renovar as direções”, colocando-se, inclusive, “à interpelação da nova natureza dos movimentos sociais, da intelectualidade e das forças democráticas” (**PARTIDO NOVO**, p. 3, outubro de 1991).

Uma pequena nota à direita do jornal, circundada por uma linha vermelha, explica bem essa busca por uma nova identidade partidária, busca que resultou na despedida definitiva do **VOZ DA UNIDADE**. A nota esclarece:

A “Voz da Unidade”, cuja última edição trouxe as resoluções do IX Congresso do PCB, somente voltará a circular após um amplo debate a ser travado no interior do Partido e com segmentos da sociedade, a respeito do tipo de periódico que é necessário, para expressar a nova política e o novo partido. Projeto nesse sentido já está sendo trabalhado pelo companheiro Luiz Carlos Azedo, projeto que será submetido à Executiva e ao Diretório Nacional e posteriormente distribuído amplamente (**PARTIDO NOVO**, outubro de 1991, primeira página).

PARTIDO NOVO em letras pretas inaugura a edição de novembro. O Partido caminhava “rumo ao X Congresso extraordinário, mostrando em sua primeira página a imagem de uma reunião de líderes e outros dirigentes do PCB ladeada pela foto do líder Roberto Freire.

O PCB afirma que “vai à sociedade discutir suas propostas”. E, procurando engajar-se nos temas nacionais e internacionais, publica notícias da política brasileira e do exterior. Mas o que irá ocupar a maior parte de suas páginas é justamente o assunto que estava na agenda do dia do Partido: a sua renovação. A busca por um novo nome, um novo símbolo e uma nova sigla demonstrava um desejo de total rompimento do Partido com a dogmatização do pensamento marxista. O que os renovadores buscavam era superar o projeto político e ideológico que deu origem ao PCB em 1922, colocando-o como um “novo operador político” na “construção de um novo socialismo” (página 3). Brandão (1997, p. 22) afirma que o PCB é o “agrupamento político com maior ligação com a classe operária, além de virtual detentor do monopólio do marxismo”.

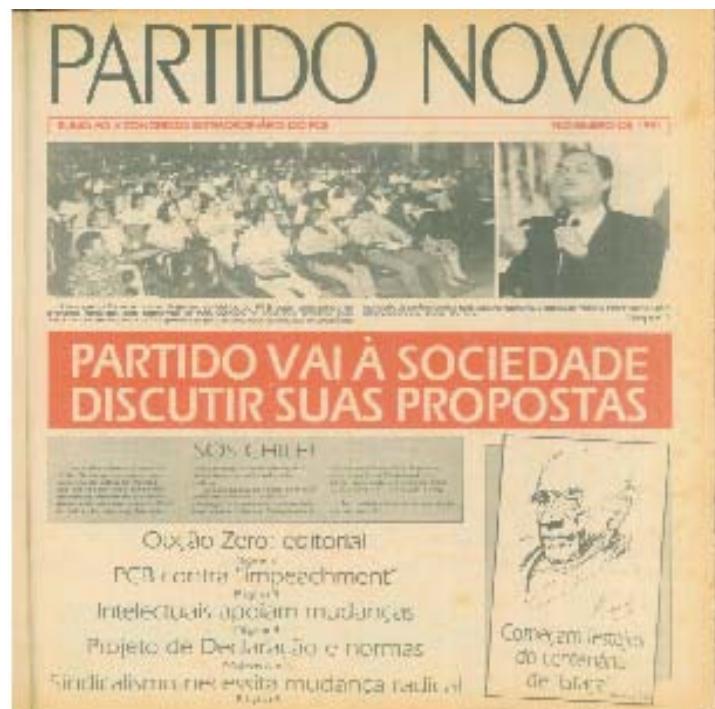


Figura 10 – Primeira página do fascículo de novembro de 1991

Mas para não submergir entre velhos e novos fundamentos, o Partido se dissolve e o *VOZ* se cala. Do X Congresso saíram dois PCB's. Apesar de a extinção do Partido ter sido proposta no evento, a corrente mais conservadora não a aceitou, obstruindo inclusive sua votação. Mesmo assim, ao final do X Congresso o PCB foi declarado extinto (ABREU, 2001, v. 4, p. 4279), sendo criado o Partido Popular Socialista (PPS), herdeiro do histórico legado político deixado pelo Partido Comunista Brasileiro. E aqui interrompemos esta análise, considerando que, a partir da extinção, inicia-se, assim, uma “outra” história...

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A ela se deve a volta de um tipo de acontecimento: aquele onde os fatos se escondem e demandam a crítica da informação, a confrontação de testemunhos, a dissipação do segredo mantido pelos desmentidos oficiais, o colocar em questão princípios que apelam à inteligência e à reflexão, o apelo obrigado a um saber prévio que somente a imprensa escrita pode fornecer e recordar".

(Pierre Nora, *O retorno do fato*, In: *História: novos problemas*, 1988)

Desde o *Manifesto* de 1848 é declarado que os comunistas trabalham pela união e pelo entendimento dos partidos democráticos em todo o mundo. Sob a égide "Proletários de todos os países, uni-vos!", Marx e Engels finalizam o histórico documento convocando toda a classe trabalhadora a derrubar a burguesia capitalista.

Em 1980, sob o enunciado "O que pretendemos", o Partido Comunista Brasileiro inaugura o seu momento de alianças e entendimento político com todas as frentes democráticas do país objetivando ver extirpado do governo o Estado ditador. Em AD é conhecido que os processos históricos fornecem as condições para a produção de um discurso, trabalhando o sentido deste na e pela história. E esses sentidos funcionam em um constante movimento pendular de (re)significações. Assim, para se adequar à política de abertura e ao processo de redemocratização do país, era premente ao PCB colocar-se como um partido representante das aspirações e direitos civis (negados durante a ditadura) de todo o povo brasileiro, buscando dentro do chamado pluripartidarismo a unidade como sinônimo de diálogo e da convivência de diversas ideias democráticas.

Chegando até aqui, reconheço ser impossível esgotar os estudos e as análises sobre o Partido Comunista Brasileiro e, no meu caso, sobre o seu último porta-voz: o jornal **VOZ DA UNIDADE**. Por este motivo, nos foi necessário limitar o nosso espectro de pesquisa entre os anos de 1980 e 1991 para responder à questão: por que o PCB, vanguarda do proletariado, se colocou discursivamente em 1991 como *Partido Novo*, e confrontar essa nova posição – doutrinária e ideológica – com a manchete inaugural do **VOZ** de 1980 quando o Partido divulga suas pretensões políticas sob o título "O que pretendemos", momento em que o jornal já anunciava mudanças doutrinárias no PCB.

O PCB chegou aos anos 80 precisando deixar de lado as características que historicamente lhe concederam o perfil de partido totalitário. Na análise da primeira página da edição inaugural do **VOZ DA UNIDADE** é exposto que, rompendo com o próprio invólucro, o Partido enuncia (e reconhece) nas páginas do jornal que o sectarismo, posição que os comunistas

cultivaram por décadas, era o grande obstáculo que os separava da interação com outras frentes liberais, enunciando para o Brasil e seus brasileiros a sua voz democrática, inserida na política de abertura e no processo de redemocratização do país. Já aqui... havia mudanças.

“O que pretendemos”, manchete inaugural para o lançamento do jornal, enuncia um Partido Comunista Brasileiro interessado e preocupado na reconstrução política, econômica e social do país, trazendo no título de seu informativo palavras de ordem que representavam as suas aspirações do momento: **voz** e **unidade**. O semanário publicou, na década de 80, principalmente matérias políticas, dirigindo-se não somente aos comunistas, mas a toda sociedade civil, empenhando-se por afirmar-se como um instrumento aglutinador das massas. O PCB, apesar de imerso em uma formação discursiva jurídica, que, professando a lei, decide pela ação tática da ordem e da legalidade, em 1980 abandona a posição enquistada que preencheu boa parte de sua atuação, lutando, igualmente, para sair da longa clandestinidade. Mas o Partido ainda conservava seu vínculo com o ideal de Marx que foi a sua base, afirmado, inclusive, que somente o socialismo era apto para apresentar soluções definitivas para os problemas nacionais e adotando formalmente, após a sua legalização, a foice e o martelo como integrantes de seu “nome-de-jornal”, trazendo para as suas páginas a memória histórica da criação do Partido.

Além das vozes democrática e da mudança, do novo, o jornal também enunciou muitas outras vozes do Partido presentes em suas páginas, demonstrando, assim, a relação eqüipolente em que elas trabalham, ou seja, em uma relação de forças pretensamente iguais, que foram: a voz comunista, militante, revolucionária e engajada na implantação de um governo socialista no país; a voz representante dos direitos civis e de ajuda e assistência ao povo brasileiro; a voz combatente de um exército em constante guerra do Trabalho contra o Capital; a voz pacífica, do diálogo e do entendimento; e a voz que lhe deu o título, a da unidade, como o aglutinador das muitas correntes políticas pró-democracia e, sendo assim, o enunciador de uma só voz. Essas vozes construíram um perfil político multifacetado do Partido.

E por se apresentar, desde sua fundação, como um partido de vanguarda na representação política das massas trabalhadoras, o PCB se construiu também imerso em uma formação discursiva de liderança e pioneirismo, fazendo com que seus enunciados fossem marcados pelo escopo de novidade: *Partido Novo*. Sendo o enunciado um acontecimento

histórico, ou seja, ele é a unidade de comunicação e significação dentro de determinados contextos, falar em vanguarda em 1991 seria, de alguma forma, remeter-se às origens do comunismo quando o PCB (ainda) se autodenominava a vanguarda dos trabalhadores, construindo, assim, a ideia de ditadura do proletariado e a luta de classes proferidos nos fundamentos marxistas, fundamentos estes que já estavam bem desgastados.

Já iniciado o processo de consolidação do regime liberal-democrático, em 1991 o PCB vivencia (nova) crise interna. E o sentimento de incertezas e dúvidas quanto ao seu futuro político já não era mais aguilhoados pela ditadura dos generais, mas – surpreendentemente – por aqueles que foram a sua origem e razão de existência: a queda da URSS e o declínio do sistema socialista no mundo.

Desta vez, a solidez do socialismo marxista se dissolvia perante àquela que foi denominada de a nova ordem mundial. O sonho socialista de formação de uma sociedade democrática e igualitária ruiu-se perante um mundo muito mais preocupado com o crescimento econômico, a liberalização e a globalização dos mercados: a cartilha neoliberal. Tentando acompanhar o curso dos acontecimentos, o Partido buscou (novamente) inserir-se no modelo político que ora se apresentava. E, além de desejar ser um partido representante do povo, em 1991 o PCB também se esforçava para ser um *Partido Novo*, desenvolvendo aptidão não somente para competir no jogo político, mas sobretudo para dialogar e atuar nos novos tipos de relações entre as nações, ou seja, integração das economias nacionais em nível mundial.

As transformações discursivas que envolvem as esquerdas brasileiras e a própria existência do PCB – e que aparecem nos dois últimos fascículos do (ex)VOZ DA UNIDADE, já com o seu título cambiado para **PARTIDO NOVO** – podem ser nitidamente observadas em suas primeiras páginas. Deixando para trás os antigos dogmas que fizeram a sua história – a ditadura do proletariado, o centralismo democrático e o caráter de partido único e totalitário – o (novo) PCB abandona a foice e o martelo impressos inicialmente em seu “nome-de-jornal”, apresentando-se como um partido moderno e integrado na vida social nacional, continental e mundial, evidenciando sua nova postura perante as transformações internacionais e reconhecendo a (atual) existência de um mundo interdependente que exigia o respeito ao direito e à livre opção sociopolítica.

Para os dois períodos analisados – 1980 e 1991 – as condições enunciativas foram distintas. Em 1980 era necessário sair das sombras e ficar de pé, (re)afirmando-se como aquele que nasceu para ser o legítimo representante do proletariado nacional... era, então, o que eles pretendiam. Já em 1991, colocando-se como *Partido Novo*, o PCB buscava dialogar com as novas regras mundiais e permanecer no jogo, pois, enunciando a voz da oratória política do mundo atual, reconhecia a existência de um mercado interdependente e de postura democrática. Nascia, então, o Partido Popular Socialista (PPS).

Em 1996 o PCB foi (oficialmente) refundado, obtendo seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral. Mas o **VOZ DA UNIDADE** não seguiu com ele... acabou por nos deixar apenas a sua voz da memória, e a memória de sua voz, condição que nos faz compreender a forte disputa que se dá pelo e no espaço do discurso jornalístico.

Os símbolos tradicionais do comunismo – a foice e o martelo – continuaram para aqueles que refundaram o PCB e se negaram a abolir seu passado histórico. Ainda há muito que se falar do histórico e lendário Partidão. E chegamos até aqui reconhecendo que o PCB se traduz em uma verdadeira arena de vozes políticas afetadas pela historicidade, jamais se fechando ou se esgotando. O **VOZ DA UNIDADE** é uma fonte infinita no que se refere à memória política da década de 80, bem como o discurso do Partido enunciado em suas páginas. Entre textos, matérias de militantes, suplementos, cadernos especiais, fotos, imagens, charges e tiras humorísticas, e diagramação editorial em um jornal político-partidário não existe um ponto final, espaços no jornal que nos permitem analisar discursivamente o partido político mais antigo do Brasil.

No decorrer da pesquisa percebemos que seria interessante analisar outros recortes analíticos para compreender, em diferentes períodos históricos, novas construções de sentido. Nessa perspectiva acreditamos que os anos de: 1985, legalização do PCB e início da transição do regime ditatorial para o regime democrático; 1988, promulgação da nova Constituição brasileira; e 1989, consolidação do regime liberal-democrático comporiam um *corpus* importante para o estudo do discurso do jornal no período da distensão militar e do processo de redemocratização do país, revelando, assim, novas sínteses e tensões histórico-discursivas.

No site do PPS, considerado por alguns como o herdeiro do PCB, o partido anuncia o seu XVI Congresso Nacional. Programado para acontecer na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 7 e 9 de agosto de 2009, traz como lema a expressão “Sem mudança não há esperança”. Mais uma vez percebemos a recorrência de termos que remetem ao novo, à mudança como uma construção discursiva atrelada à (constante) transformação com vistas a conseguir assumir um papel hegemônico na sociedade como representante político dos trabalhadores brasileiros. Perguntamos, então, o que poderá brotar deste enunciado? Bem, creio eu que só o tempo político poderá nos dizer, ou... quem sabe... o doutorado.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de et al. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930.** 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro : Ed. da FGV/CPDOC, 2001a. 5 v.
- _____. (Org.). **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX.** Rio de Janeiro : Ed. da FGV, 2001b. 188 p.
- ABREU, Regina Maria do R. M. de. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; SILVA, Marco Antonio Roxo da. **Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil.** Revista E-Compós, v. 9, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/172/173>. Acesso em: 08 ago. 2008.
- ALCOFORADO, Fernando. **Globalização.** São Paulo : Nobel, 1997. 168 p.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página.** 4. ed. rev. aum. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1986. 234 p.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.** Rio de Janeiro : Ed. da FGV, 2000. 190 p.
- _____. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias.** Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 2007. 291 p.
- BAKHTIN, Mikhail. O enunciado, unidade da comunicação verbal. In: _____. **Estética da criação verbal.** São Paulo : Martins Fontes, 1992. p. 289-326. (Coleção Ensino Superior).
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro : Mauad X, 2007a. 262 p.

- _____. **Jornalistas, “senhores da memória?”** Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/1248/1/R0165-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2007b.

- BERGSON, Henri. A consciência e a vida. In: _____. **Cartas, conferências e outros escritos**. São Paulo : Abril Cultural, 1974. p. 75-88. (Os Pensadores ; 38).

- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo : Pinsky, 2007. p. 191-200.

- BOTMORE, Tom et al. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1988. 454 p.

- BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília, DF : Ed. da UnB, 1991. 255 p.

- BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/encunciado concreto/enunciação. In: _____. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo : Pinsky, 2007. p. 61-78.

- BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista-1920/1964**. São Paulo : Hucitec, 1997. 290 p. (Estudos Brasileiros ; 32).

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 1994. 96 p.

- BREVE história da imprensa sindical no Brasil. Rio de Janeiro : Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. 97 p. (Cadernos da Comunicação. Estudos ; 14).

- CAMPOLLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte : Autêntica, 2005. 181 p.

- CARDOSO, Darlete. O jornalismo como (re)produtor de enunciados. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 1, n. 2, jan-jun 2001. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/06.htm>. Acesso em: 27 abr. 2008.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Simpósio Minorias Silenciadas. In: _____ (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo : EDUSP : Imprensa Oficial do Estado : Fapesp, 2002. p. 19-22.
 - CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. 236 p.
 - CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 2. ed. rev. aum. Brasília, DF : Ed. da UnB, 1985. (Coleção Temas Brasileiros ; v. 5).
 - CHAUÍ, Marilena de Souza. A “questão democrática”. In: WOLFE, Alan et al. **A questão da democracia**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. p. 139-172. (Coleção CEDEC/Paz e Terra ; v. 4).
 - _____. In: **Folheto Comemorativo da Declaração dos Direitos do Homem**. São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura da Cidade, 1989.
 - CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972**. Trad. Celso Mauro Pachosnik. Rio de Janeiro : Graal, 1982. 413 p. (Biblioteca de Ciências Sociais, Série Política ; v. 22).
 - CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.
 - COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: _____. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984. p. 17-48.
 - _____. Duas notas sobre o eurocomunismo. In: _____. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984. p. 111-117.
 - CPDOC. **Site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em: 02 dez. 2007.
- DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958. Disponível em: <http://www.declaracaomarco1958.org.br/site/index.php>. Acesso em: 08 out. 2008.

- DIJK, Teun Adrianus van. **Cognição, discurso e interação.** 6. ed. São Paulo : Pinsky, 2004. 207 p. (Caminhos da Lingüística).
- DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa T.Brittess; MORAES, Nilson Alves de (Org.). **Memória e construção de identidades.** Rio de Janeiro : 7Letras, 2001. p. 59-66.
- DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política.** 2001. Disponível em: <http://buscalegis.ccj.ufsc.br/arquivos/propagandapolitica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** 3. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987. 465 p.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 8. ed. São Paulo : EDUSP, 2000. 660 p. (Didática ; 1).
- _____. **História concisa do Brasil.** São Paulo : EDUSP : Imprensa Oficial do Estado, 2001. 324 p.
- FAUSTO NETO, Antonio. O jornalismo e os limites da representação. In: **Discursos: estudos da linguagem como prática social**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-30, 2005. (UFRJ/ECO/NUPEC).
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Os dez dias que abalaram o mundo socialista: impacto da crise no socialismo sobre as esquerdas no Brasil.** 1999. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos do Departamento de História – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://gladiator.historia.uff.br/nec/textos/text09.pdf>. Acesso em: 22 out. 2008.
- FERREIRA, Maria Cristina L. O caráter singular da língua na análise do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo.** 2. ed. São Paulo : Ática, 1999. 318 p. (Ensaios ; 144).
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre : Bookman, 2004. 312 p.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1986. 239 p. (Coleção Campo teórico).
- _____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14. ed. São Paulo : Loyola, 2006. 79 p.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: _____. DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro : Contra Capa : Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005. p. 11-26.
- GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores**. 3. ed. São Paulo : Annablume, 2001. 148 p.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.
- HISTÓRIA VIVA Temas Brasileiros. São Paulo : Duetto, n. 5.
- HUYSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro : Aeroplano, 2000. p. 9-40.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 1997. 268 p.
- _____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: _____. CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre : Sagra, 2000. p. 70-81.
- JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: _____. BARATIN, Marc (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Trad. Marcela Mortara. Rio de Janeiro : Ed. da UFRJ, 2000. p. 45-73.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 1999. cap. 7-9. p. 130-225.

- LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Ed. Portuguesa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 1, p. 11-50, 1984a.
- _____. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Ed. Portuguesa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 1, p. 95-106, 1984b.
- LOVISOLLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.
- LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino**. Brasília, DF : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999. 170 p.
- MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo : Pinsky, 2006. p. 115-131.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro : Revan ; Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 1998. 256 p.
- _____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico - A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda ; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre : Sagra, 1999. p. 102-121.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Trad. Marcus Vinicius Mazzari. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, set./dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300002&script=sci_arttext&tlang=en. Acesso em: 08 set. 2008.
- MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Metáfora/metonímia e discurso político. In: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). **Metáforas do cotidiano**. Belo Horizonte : UFMG, Departamento de Letras Anglo-Germânicas, 1998. p. 133-156.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge: uma prática discursiva e ideológica**. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/5090/1/NP16MIANI.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2008.

- MICHELS, Robert. **Los partidos políticos: um estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna.** Trad. Enrique Molina de Vedia. 2. ed. Buenos Aires : Amorrortu Ed., 1972. v. 1

-MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em:
http://www.mte.gov.br/sal_min/MINIMO01.pdf. Acesso em: 13 out. 2007.

- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** 4. ed. São Paulo : Pinsky, 2007. p. 167-176.

- MORAES, Dênis Roberto Villas Boas de. **O jornal partidário como instrumento ideológico na busca pelo poder: o caso do VOZ DA UNIDADE.** 1986. 118 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986.

- _____. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53).** Rio de Janeiro : J. Olympio, 1994. 247 p.

- MORAES, Nilson Alves de. Memória e mundialização. In: LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (Org.). **Memória, identidade e representação.** Rio de Janeiro : 7Letras, 2000. p. 92-101.

- MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** 2. ed. Brasília, DF : Ed. da UnB, 2002a. p. 85-98. (Coleção Comunicação ; 2).

- _____. O título e os títulos. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** 2. ed. Brasília, DF : Ed. da UnB, 2002b. p. 99-116 (Coleção Comunicação ; 2).

- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: _____; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** São Paulo : Cortez, 2001. v. 2, p. 101-142.

- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos problemas.** 3. ed. Rio de Janeiro : F. Alves, 1988. p. 179-193.

- _____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo : PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo : Ed. da USP : Imprensa Oficial do Estado : Fapesp, 2002. p. 25-35.
- NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2., 2005, Porto Alegre, RS. Anais... Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf. Acesso em: 01 set. 2008.
- OLIVEIRA, Carmen Irene C. de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro : Contra Capa : Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005. p. 73-87.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo : Brasiliense, 1983. 237 p.
- _____. **Terra à vista: discurso do confronto – velho e novo mundo**. São Paulo : Cortez ; Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 1990. 260 p. (Biblioteca da Educação. Série 5. Estudos de Linguagem ; v. 5).
- _____. **Discurso e leitura**. 2. ed. São Paulo : Cortez ; Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 1993. 118 p. (Coleção Passando a limpo).
- _____. Texto e Discurso. In: _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas, SP : Pontes, 2004. p. 52-62.
- _____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP : Pontes, 2005. 100 p.
- _____. Análise de Discurso. In: _____; RODRIGUES, Suzy Lagazza (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP : Pontes, 2006. p. 9-31.

- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 2007. 181 p.
- ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Caleidoscópio info-disciplinar: discurso no entremeio. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 573-576, jun. 2007.
- PANDOLFI, Dulce. **Os comunistas na busca da democracia.** Rio de Janeiro : FGV/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1991. 35 f. (FGV/CPDOC 1211f).
- _____. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB.** Rio de Janeiro : Relume-Dumará : Fundação Roberto Marinho, 1995. 258 p.
- _____. Os comunistas e a memória nacional: memória, identidade e futuro. **Democracia Viva**, n. 3, p. 21-27, jul. 1998 (FGV/CPDOC 1529f).
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP : Pontes. 2006. 68 p.
- PEDROSA, Cleide Emilia F. Diversidade dos modos de inscrição da alteridade: discursos midiáticos e literários. In: SANT'ANNA, Vera; DEUSDARÁ, Bruno (Org.). **Trajetórias em enunciação e discurso: conceitos e práticas.** São Carlos, SP : Claraluz, 2007. p. 55-69.
- PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20 (1960-1980).** São Paulo : Publifolha, 2004. 108 p. (Folha Explica ; 61).
- _____. **A história do Brasil no século 20 (1980-2000).** São Paulo : Publifolha, 2006. 102 p. (Folha Explica ; 69).
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudo Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

- PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** 2. ed. Brasília, DF : Ed. da UnB, 2002. 587 p. (Coleção Comunicação ; 2).
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística.** São Paulo : Cortez, 2005. v. 3. p. 353-392.
- QUINTELLA, Sergio F. A política econômica brasileira após 1964: seus reflexos para o desenvolvimento nacional. **Carta Mensal - Problemas Nacionais:** conferências pronunciadas nas reuniões semanais do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, v. 53, n. 636, p. 3-35, mar. 2008.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico.** 1995. 159 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum - Estudos de mídia, cultura e democracia,** Rio de Janeiro, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000.
- _____. FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação.** Rio de Janeiro : Mauad X, 2007a. 359 p.
- RIBEIRO, Maria Izabel Branco (Org.). **As Constituições Brasileiras.** São Paulo : Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), 2007b. 316 p.
- ROBIN, Régine. O equívoco. In: _____. **História e lingüística.** Tradução de Adélia Bolle, com a colaboração de Marilda Pereira. São Paulo : Cultrix, 1977. p. 17-39.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido.** 2. ed. Brasília, DF : Ed. da UnB, 2002. p. 217-233. (Coleção Comunicação ; 2).
- ROEDEL, Hiran et al. **PCB: 80 anos de luta.** Rio de Janeiro : Fundação Dinarco Reis, 2002.

- ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Leitura, sujeito e sentido: o arquivo. In: _____. **Era uma vez uma outra história, leitura e interpretação na sala de aula.** São Paulo : Difusão Cultural do Livro, 2006. p. 15-22.

- SALES, Jean Rodrigues. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. **Revista Diálogos.** Maringá, PR, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=111&layout=> Acesso em: 15 ago. 2009.

- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil** . Rio de Janeiro : UNIRIO ; São Paulo : Boitempo, 2001. 311 p. (Mundo do trabalho).

- SANTOS, Boaventura de Sousa. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também? In: _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 2. ed. Porto [Portugal] : Edições Afrontamento. 1994. p. 25-46. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem/Sociologia, Epistemologia ; 18).

- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa [Portugal], n. 19, 2002. Disponível em:
http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2019%20-%202002.pdf. Acesso: 05 mai. 2007.

- _____. **Memória coletiva & teoria social.** São Paulo : Annablume, 2003. 210 p.

- SEGRILLO, Angelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n3/a06v47n3.pdf>. Acesso em: 30 out. 2008.

- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. **Literatura e Autoritarismo: memórias da repressão.** Revista nº 9, jan./jun. 2007. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php. Acesso em: 21 fev. 2008.

- SOARES, Gláucio Ary D. Censura durante o regime militar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 10, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/132/54/>. Acesso em: 04 mai. 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo : Global Ed., 1984. 119 p. (Passado & presente ; 30).
- VOESE, Ingo. Vozes sociais citadas e sobrepostas: a polifonia e a dialogia. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 5, n. 2, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0502/06.htm> Acesso em: 29 nov. 2008.
- WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. 133 p.
- WILLIAMS, Raymond. Ideology. In: _____. **Keywords : a vocabulary of culture and society**. Glasgow (Scotland) : Fontana, 1981. p. 126-130. (Fontana Communications Series).
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Trad. Tomaz Tadeu da Silva. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000. p. 7-72. (Educação pós crítica).

ANEXOS

Anexo I

PERIÓDICOS QUE TEVE O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO DESDE SUA FUNDAÇÃO EM 1922

<u>ANO</u>	<u>TÍTULO DO JORNAL</u>	<u>PEQUENO HISTÓRICO</u>
Abril de 1922	Movimento Comunista (Rio de Janeiro)	Órgão teórico comunista. Destruído pela polícia deixou de circular em junho de 1923.
Maio de 1925	A Classe Operária (Rio de Janeiro)	Órgão oficial do Partido Comunista do Brasil. Interditado pela polícia em seu 12º número. Reaparece em maio de 1928.
Janeiro de 1926	Revista Proletária	Órgão teórico do PCB.
Janeiro de 1927	A Nação (Rio de Janeiro)	O Partido passa a valer-se deste jornal legal de Leônidas de Resende, professor de Direito. Em agosto, o jornal deixa de circular.
Maio de 1928	A Classe Operária (Rio de Janeiro)	Reaparece, sendo interditada 18 meses depois. Seu lema original era “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”. Retorna em janeiro de 1946.
Julho de 1928	Autocrítica (Rio de Janeiro)	Veículo de discussão e debate, criado pela Comissão Central Executiva, para circular entre os membros do Partido até a realização do III Congresso do PCB com o objetivo de divulgar as divergências internas.
Outubro de 1934	Jornal do Povo (Rio de Janeiro)	Dirigido por Aparício Torelly (Barão de Itararé), militante e um dos fundadores da ANL- Aliança Nacional Libertadora. Existiram outros jornais, com o mesmo nome, em Curitiba, João Pessoa, Minas Gerais e em Aracaju.
Julho de 1935	A Manhã e A Platéia	A Manhã (Rio de Janeiro) - jornal diário do PCB editado por Pedro Motta Lima, e A Platéia (São Paulo) - diário da ANL (Aliança Nacional Libertadora).

Julho de 1937	Revista Problemas	Dirigida por Arnaldo Pedroso d'Horta, Oswald de Andrade, Rubem Braga, Afonso Schmidt e Nabor Caires de Brito.
Maio de 1939	Cultura: Mensário Democrático	Dirigida por Nabor Caires de Brito.
Dezembro de 1944	O Momento	Órgão comunista que surgiu na Bahia.
Maio de 1945	Tribuna Popular (RJ), Hoje (SP), Folha do Povo (PE), A Tribuna Gaúcha (RS), Folha Capixaba (ES), O Estado de Goiás (GO) e O Democrata (CE)	Nascimento simultâneo em diversos Estados brasileiros. Alguns títulos, na verdade, reapareceram neste ano, como O Estado de Goiás (fundado em 1932) e Folha do Povo (diário de propriedade de comunistas, foi publicado inicialmente de julho a novembro de 1935).
Janeiro de 1946	A Classe Operária (Rio de Janeiro)	Deixando a clandestinidade, volta a circular como principal órgão do PCB após sua legalização em 1945.
Julho de 1946	Divulgação Marxista (Rio de Janeiro)	Revista quinzenal editada por Calvino Filho e S. O. Hersen. A maioria dos artigos são de origem estrangeira.
Setembro de 1946	Literatura (Rio de Janeiro)	Periódico literário comunista editado por Astrojildo Pereira.
Agosto de 1947	Problemas (Rio de Janeiro)	Órgão teórico comunista mensal, e, às vezes, bimensal. Contém documentos importantes do Partido e discursos de seus dirigentes.
Março de 1948	Imprensa Popular (Rio de Janeiro) e Gazeta Sindical (Rio de Janeiro e/ou São Paulo?)	Respectivamente, diário do PCB e mensário comunista que tratava das questões operárias.
Fevereiro de 1949	Voz Operária (Rio de Janeiro)	Semanário publicado pela primeira vez neste ano, substituindo A Classe Operária como órgão central do PCB, que se encontrava ilegal.
Maio de 1949	Terra Livre (Rio de Janeiro e/ou São Paulo)	Semanário comunista dedicado a problemas fundiários.
Junho de 1949	Notícias de Hoje (São Paulo)	Sucessor de Hoje e publicado sob a bandeira "A verdade a serviço do povo".
Agosto de 1950	Democracia Popular (Rio de Janeiro)	Editado por J. Sá de Carvalho.

Dezembro de 1950	Frente Popular (Goiás)	Semanário populista sob a direção de Aloísio Crispim.
Janeiro de 1951	Para Todos (Rio de Janeiro)	Jornal pacifista de orientação comunista, fundado por Álvaro Moreyra.
Janeiro de 1954	Novos Rumos (Rio de Janeiro)	Publicado sob a editoria de Emmo Duarte.
Maio-Junho de 1958	Estudos Sociais (Rio de Janeiro)	Órgão quinzenário teórico oficial do PCB, e editado por Astrojildo Pereira até fins de 1963.
Fevereiro de 1959	Novos Rumos (Rio de Janeiro)	Órgão semanal do PCB pró-soviético que vigorou até março de 1964.
Agosto de 1964	Voz Operária (Rio de Janeiro)	Volta a circular clandestinamente entre 1964 e 1975 e, de então, até agosto de 1979, foi editado no exterior. Teve alguns números publicados clandestinamente durante o ano de 1980.
Janeiro de 1980	Correio Sindical (São Paulo)	
Março de 1980	Voz da Unidade (São Paulo)	Com a presença de centenas de pessoas de todos os Estados brasileiros, é lançado em São Paulo o semanário nacional.

Fontes: *VOZ DA UNIDADE*, nº 242, p. 7, 23 a 29 de março de 1985, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 2001, v. 5, p. 6104 e CHILCOTE, Ronald H. Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. p. 371-384.

Anexo III

TÍTULOS DOS EDITORIAIS DO **VOZ DA UNIDADE** NO ANO DE 1980 (ano de lançamento do jornal)

<u>FASCÍCULO</u>	<u>TÍTULO DO EDITORIAL</u>
30 de março a 5 de abril	O que pretendemos
10 a 16 de abril	Questão é política
17 a 23 de abril	Um apelo enganador
24 a 30 de abril	Solidariedade ao ABC
01 a 07 de maio	Sindicato e política
08 a 14 de maio	Liberdade para Lula
15 a 21 de maio	Greve impõe reflexão
22 a 28 de maio	Pela revogação da LSN (Lei de Segurança Nacional)
29 de maio a 04 de junho	Unificar a oposição
05 a 12 de junho	Saudando o PT
12 a 18 de junho	Bloquear o acordo
19 a 25 de junho	Isolar o retrocesso
26 de junho a 04 de julho	Imperialismo em ação
05 a 11 de julho	Fazer política
10 a 16 de julho	Cultura e democracia
18 a 24 de julho	Contra o terrorismo
25 a 31 de julho	Unidade contra terror
01 a 07 de agosto	Pela Constituinte
08 a 14 de agosto	Falta mobilização
15 a 21 de agosto	Quem paga pela crise?
22 a 28 de agosto	É preciso ampliar
29 de agosto a 04 de setembro	Basta com o terrorismo! Abaixo a direita ensandecida!

05 a 11 de setembro	Terror só será batido com mobilização popular
12 a 18 de setembro	Quem está contra a democracia no país?
19 a 25 de setembro	A hora é do programa comum das oposições
26 de setembro a 02 de outubro	Apesar do regime, abertura continua
03 a 09 de outubro	Abertura prossegue porque Nação o quer
10 a 16 de outubro	Só um Brasil livre pode ajudar o Chile
17 a 23 de outubro	Um pouco de audácia não faz mal a ninguém
24 a 30 de outubro	Quem tem medo das eleições de 1982
31 de outubro a 06 de novembro	Reação tenta ofensiva, após fracasso do terror
07 a 13 de novembro	Reforçar a luta pela paz
14 a 20 de novembro	E os salários, como ficam os salários?
21 a 27 de novembro	Os comunistas e a Constituinte
28 de novembro a 04 de dezembro	Anticomunismo é arma que golpeia democracia
05 a 11 de dezembro	Fazer unidade desde já para garantir eleições
12 a 18 de dezembro	Alegria e esperança: a festa vai começar!
13 de dezembro (edição EXTRA)	Responda à violência: ajude mais a Voz
19 a 30 de dezembro	Natal de 80: ainda sem democracia e justiça
31 de dezembro de 1980 a 08 de janeiro de 1981	... unidade em 1981!